

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO  
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE  
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

**Reunião n.º 50**

15 de fevereiro de 2019

(14,40 h – 19,17 h)

**Ordem do dia:** Audição do Eng.º Jorge Moreira da Silva, ex-Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia do XIX Governo

**Presidente da Comissão:** Emídio Guerreiro

**Deputados:**

Duarte Alves (PCP)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

André Pinotes Batista (PS)

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Muito boa tarde a todos.

Vamos dar início aos trabalhos da sessão de hoje da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

*Eram 14 horas e 40 minutos.*

Hoje temos connosco o Eng.º Jorge Moreira da Silva, que está aqui na qualidade de ex-Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, a quem saúdo e cumprimento, agradecendo a disponibilidade e o esforço que faz para aqui estar.

Partilhava com as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados o facto, que é conhecido de todos: o Sr. Engenheiro teve uma intervenção cirúrgica recentemente e, ao contrário do que pensávamos, teve mesmo uma recaída, como acabou de nos transmitir, por isso, sempre que for preciso, faremos as pausas necessárias para que possa colaborar connosco da melhor forma.

O Sr. Engenheiro traz uma apresentação inicial, para apoio da sua intervenção, que já foi, entretanto, distribuída pelos Srs. Deputados, e darei, assim, sem mais, a palavra ao Sr. Eng.º Jorge Moreira da Silva.

Relembro que temos ali o relógio, para ajudar a controlar o tempo indicado para a intervenção inicial, que deverá ser de 15 min. Confesso que poucos dos nossos inquiridos o têm cumprido, mas é um tempo indicativo e faço o apelo para que seja o mais conciso possível, para que possamos gerir os nossos trabalhos.

Sr. Engenheiro, a palavra é, então, sua.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Quero agradecer a vossa flexibilidade, desde logo com a alteração do agendamento inicial.

Tenho uma intervenção escrita, até para ficar no espólio da Comissão, e, para que possa ser também de utilidade para o relator da Comissão, pedi que esta intervenção fosse, entretanto, distribuída.

Gostava de começar, obviamente, por dizer que aquilo que aqui vou expor me é imputado apenas a mim, na qualidade de ex-Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia entre 2013 e 2015 e, de modo algum, às funções que atualmente exerço na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), portanto, falarei com inteira liberdade, de acordo com as funções que exerci.

Começava, precisamente, por situar o contexto. Vários dos participantes nesta Comissão fizeram-no e acho que faz sentido, porque o contexto determina muito das opções de política pública que foram sendo desenvolvidas.

Gostava de sublinhar que, ao nível do contexto de julho de 2013 a novembro de 2015, desde logo, servi o Governo — ou servi o País, no Governo —, no âmbito de uma nova orgânica ministerial que, pela primeira vez, juntou ambiente, ordenamento do território e energia no mesmo ministério.

Esta realidade não é, de modo algum, despicienda, quanto aos objetivos e aos resultados que foram sendo alcançados, na medida em que, tal como sempre defendi, era importante criar condições únicas de consistência entre os objetivos de sustentabilidade, competitividade, coesão e inovação. E esta junção do Ministério do Ambiente e da Energia com o Ordenamento do Território, conferiu-nos, além do mais, uma maior capacidade de influência na agenda europeia internacional.

Em segundo lugar, no plano nacional, o Ministério que liderei vivia, tal como todos os outros ministérios, com um objetivo essencial, que era o de realizar um quadro de reformas ambiciosas, que permitisse ultrapassar a situação de emergência, concluir o programa de ajustamento económico e financeiro, monitorizado pela troica, recuperar a confiança dos credores e da comunidade internacional, regressar ao financiamento por mercado e recuperar a nossa plena autonomia política.

Para mim, como para a generalidade desse Governo, governar era sinónimo de reformar e não de gerir.

Em terceiro lugar, no plano europeu, esse período coincidiu com uma negociação, da maior relevância, sobre o Pacote para Clima e Energia 2030, a reforma do sistema europeu de comércio de emissões e a institucionalização da União da Energia, em torno dos objetivos da descarbonização, segurança de abastecimento e competitividade, consubstanciando um dos mais eloquentes desígnios europeus das últimas décadas. E é evidente que isso condicionou também a nossa agenda nacional.

No plano das relações transatlânticas, entre a União Europeia e os Estados Unidos, estávamos a negociar — houve mesmo uma negociação muito profunda — o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, o famoso TTIP, que previa mecanismos na área da energia com fortes implicações no mercado energético.

No plano internacional, este período também foi marcado pela negociação, entre 2013 e 2015, do Acordo de Paris para as alterações climáticas, substituindo o Protocolo de Quioto.

No plano científico, foram sendo consolidadas e aprofundadas as informações e o conhecimento que demonstrava a inexorabilidade da mudança climática, seja através dos relatórios que foram sendo produzidos, seja pela evidência que também em Portugal se foi verificando, quanto às consequências da mudança climática. Ficou mesmo claro, de acordo com

estes relatórios do painel intergovernamental para as alterações climáticas, que a mudança climática tem especial incidência em Portugal e na região mediterrânica.

Neste contexto, tive também a honra de servir o País, no Governo, sob a liderança de um Primeiro-Ministro que deu ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, uma ampla margem de manobra, não só para realizar política pública setorial mas, principalmente, para poder promover políticas que tivessem impacto transversal.

Sempre disse — sendo, como sabem, alguém que acompanha a área do ambiente há muitos, muitos anos —, que a influência de um Ministro do Ambiente, depende, única e exclusivamente, da sua capacidade de influenciar as outras casas, isto é, de transformar a política ambiental e, neste caso, também de energia e ordenamento do território, numa política transversal.

Quero sublinhar o facto de, mesmo nos momentos mais difíceis, e não me faltaram controvérsias no período em que governei, ter tido sempre o apoio do Primeiro-Ministro e a sorte e a honra de ter sido apoiado por três excelentes secretários de Estado, sendo, por exemplo, o caso, na área da energia, do Dr. Artur Trindade, que esteve aqui recentemente, a responder às perguntas dos Srs. Deputados.

Neste contexto de 2013-2015, que acabo de descrever, assumi e concretizei, através de um quadro ambicioso de reforma estruturais, três grandes desafios: reduzir custos, descarbonizar e interligar.

Gostava, agora, de desenvolver um pouco cada um destes três pilares.

Em primeiro lugar, temos a redução de custos da energia e a eliminação de rendas excessivas, protegendo os consumidores e a competitividade da economia.

O Governo implementou dois pacotes de redução das rendas excessivas no sector elétrico, o primeiro, de 2100 milhões de euros, aprovado

pelo meu antecessor — o Prof. Álvaro Santos Pereira —, em Março de 2013, e o segundo, já liderado por mim, de cerca de 1300 milhões de euros, aprovado em setembro de 2013. Estes pacotes totalizaram, assim, uma redução de custos no sector elétrico em cerca de 3400 milhões de euros e envolveram cortes na cogeração, eólicas, mini-hídricas, custos de manutenção do equilíbrio contratual (CMEC), garantias de potência, remuneração de terrenos hídricos e distorções no mercado de serviços de sistema.

A única medida que não foi aplicada foi aquela relativa ao carvão. O que significa que os cortes no setor elétrico, se descontarmos estes 200 milhões de euros, totalizaram cerca de 3200 milhões de euros no setor elétrico.

Desta forma, evitaram-se aumentos nas tarifas de 12% a 14%, limitando-os a 1,5% mais inflação, até 2020. E assegurou-se a redução da dívida tarifária — que estava prevista, para 2020, na ordem dos 6000 milhões de euros —, para um valor residual de 600 a 1000 milhões de euros, totalmente sustentável.

O défice tarifário na eletricidade atingiu, em 2015, o valor mais baixo dos quatro anos anteriores e os cortes realizados asseguraram a existência de um *superavit* tarifário anual de 300 milhões de euros, a partir do final de 2015, isto é, com o anúncio das tarifas para 2016, por parte da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), em Outubro de 2015. Adicionalmente, isto é, além destes 3200 milhões de euros — que foram, de facto, concretizados — de cortes nos custos do sistema, o Governo aplicou, em 2014 e em 2015, uma contribuição extraordinária sobre o setor energético com uma receita esperada de 150 milhões de euros. Uma parte, a mais significativa, alocada ao Orçamento do Estado, de cerca de dois terços, e a parte remanescente para o sistema elétrico.

Mas, como sempre dissemos, energia não é eletricidade. Aliás, a eletricidade representa apenas 25% do consumo final de energia. Por isso, já num contexto pós-troica, avançámos para um terceiro pacote de reformas e de cortes na área da energia, alargado a todo o setor energético e que incluiu, em primeiro lugar, o reforço da tarifa social, proporcionando reduções de 34%, e não de 20% — que era o benefício que vigorava nas tarifas de eletricidade —, e o alargamento a mais beneficiários, com a ambição de atingir 500 mil consumidores. Esta medida foi financiada por um corte adicional de 25 milhões de euros por ano nas empresas do setor elétrico. Isto significa que, ao longo de 12 anos, este corte no setor elétrico para financiar a tarifa social totaliza 300 milhões de euros, dos quais 180 milhões de euros para as centrais CMEC, CAE (contratos de aquisição de energia) e ex-centrais CMEC e CAE.

Julgo que esta informação é relevante, na medida em que é adicional aos cortes que tinham sido identificados.

Em segundo lugar, também no âmbito do terceiro pacote de cortes dos custos no setor da energia, no âmbito dos combustíveis foi introduzida, desde novembro de 2014, a publicação de preços de referência para os combustíveis líquidos e para o gás propano e butano de botija, e avançou-se para a generalização dos combustíveis *low cost*, aumentando a competitividade, a transparência e a liberdade de escolha dos consumidores. Foram introduzidos, também, benefícios para os consumidores, ao nível da comercialização do GPL (Gás de Petróleo Liquefeito) engarrafado, ao definir, por um lado, a obrigatoriedade de troca das garrafas, independentemente da marca e sem encargos adicionais para os consumidores, e, por outro, a possibilidade de comercialização deste gás de garrafa em unidades de aferição de peso, permitindo a valorização do gás que fica no fundo da garrafa. Esta medida, infelizmente, foi, entretanto, revertida.

Em terceiro lugar, alargou-se a aplicação da CESE (Contribuição Extraordinária para o Setor Energético) aos contratos de aprovisionamento de gás natural de longo prazo, celebrados com a Nigéria e a Argélia, em regime *take or pay*, proporcionando, com a receita adicional de 150 milhões de euros, integralmente consignada ao sistema nacional de gás natural, uma redução das tarifas aos consumidores domésticos e industriais de 5%, durante 3 anos. Isto é, os cortes aplicados pelo Governo às rendas excessivas no setor energético, tanto com os dois primeiros pacotes, como com o terceiro pacote pós-troica, ultrapassaram — mesmo descontando a medida do carvão, que não foi implementada — os 4000 milhões de euros, no setor energético, com benefícios para os consumidores e para a competitividade da economia.

Vale a pena, ainda, referir, no plano da redução de custos para os consumidores, a aprovação do MIBGAS (Mercado Ibérico do Gás Natural) e a revisão do sistema petrolífero nacional e o novo enquadramento para a logística e armazenamento.

Em segundo lugar, isto é, depois de ter enunciado as medidas da primeira prioridade, a redução de custos, gostava de enunciar a nossa ação no segundo pilar, no combate às alterações climáticas e na descarbonização da economia, assente na promoção das energias renováveis, da eficiência energética e da mobilidade elétrica.

Nesse sentido, vale a pena recordar, no âmbito da política climática e do crescimento verde, em primeiro lugar, a aprovação do novo Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC) que incluiu o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020-2030) e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020); a aprovação do pacote europeu clima e energia para 2030, estabelecendo, como proposto por Portugal, pela primeira vez, quatro metas vinculativas



para energias renováveis, eficiência energética, redução de gases com efeito de estufa e também para as interligações.

Gostava de recordar ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que o pacote anterior, para 2020, tinha apenas três metas — CO<sub>2</sub>, renováveis e eficiência energética —, e este novo pacote para 2030, por liderança de Portugal, passou a incluir uma quarta meta, a das interligações, assunto sobre o qual me debruçarei mais adiante.

Em terceiro lugar, ainda ao nível da política climática e do crescimento verde, gostava de sublinhar a aprovação da reforma da fiscalidade verde.

No âmbito da Reforma da Fiscalidade Verde, aprovada em 2014, seguindo o lema «tributar mais aquilo que se polui, para tributar menos aquilo que se aúfere», introduzimos novos impostos sobre a degradação de recursos naturais e poluição, nomeadamente, a taxa sobre os sacos plásticos leves, a taxa de carbono sobre os setores não cobertos pelo sistema europeu de comércio de emissões, a taxa sobre a deposição de resíduos em aterro, a taxa sobre a degradação e desperdício de recursos hídricos. O valor de 150 milhões de euros, gerados em 2015, foi integralmente alocado ao desagravamento do IRS no âmbito do quociente familiar e aos incentivos atribuídos, aos veículos elétricos, híbridos *plug-in* e veículos a gás natural, aos projetos de conservação da natureza e às atividades de gestão florestal sustentável. Como se sabe, esta reforma deu excelentes resultados. Lamento apenas que, ao contrário do estipulado na lei aprovada na Assembleia da República, no final de 2014, não tenha ocorrido uma avaliação e aprofundamento desta reforma e que, na minha opinião, se esteja a violar o princípio da neutralidade fiscal, com as alterações que, entretanto, foram sendo introduzidas no sistema fiscal.

Gostaria também de sublinhar, nesta parte final do pilar de crescimento verde e de política climática, a aprovação, em 2015, depois de um processo amplamente debatido, de um verdadeiro pacto social: o

compromisso para o crescimento verde, subscrito pelo Governo e por 82 organizações da sociedade civil em torno de metas, iniciativas e indicadores para 2020 e 2030.

No âmbito da eficiência energética gostaria de enunciar a implementação do programa Eco.AP (Programa de Eficiência Energética na Administração Pública), destinado à redução em 30% do consumo de energia nos serviços da Administração Pública, a aprovação do novo regime jurídico relativo ao desempenho energético dos edifícios, a aprovação do instrumento financeiro para a eficiência energética e do instrumento financeiro para a reabilitação urbana com os fundos do PO SEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), totalizando 1000 milhões de euros, o que permite alavancar investimento privado a partir da banca comercial, mas também a integração, pela primeira vez, da eficiência hídrica e da eficiência energética. A eficiência hídrica e a eficiência energética encontravam-se dispersas por várias entidades e passou a estar concentrada na ADENE esta abordagem integrada de energia e eficiência hídrica.

No âmbito da promoção das energias renováveis, a instalação de 2610 MW de nova potência renovável entre 2011 e 2015, valor que supera largamente a potência instalada nos últimos três anos, isto é, 1661 MW. Conseguimos provar que, ao contrário do sucedido em Espanha, era possível e incontornável cortar nas rendas excessivas no setor elétrico e aumentar o investimento nas energias renováveis.

Também merece sublinhar a reforma da microprodução e do regime do autoconsumo de energia. Ao contrário do que vigorava, em que, na prática, se promovia o autoconsumo de energia para injeção na rede, onerando os outros consumidores de energia que não tinham painéis solares, a reforma que introduzimos estava orientada para projetos, para o consumo individual, de forma a que, sem onerar os outros consumidores, cada cidadão pudesse produzir em casa a energia de que necessita, possibilitando a injeção

do remanescente na rede com 10% de desconto face ao preço do mercado, isto é, uma alteração de paradigma, em que em vez de termos um autoconsumo a gerar rendas e sobrecustos no sistema passamos a ter um autoconsumo orientado para o consumo em casa e não para a injeção na rede. O objetivo é o de chegar a 300 MW de autoconsumo.

Ainda na área de eficiência energética, energias renováveis e clima, a definição de um novo regime remuneratório das energias renováveis, no âmbito da lei de bases do setor elétrico e das portarias remanescentes, que passa a ter em conta o grau de desenvolvimento tecnológico das energias renováveis, privilegiando a progressiva introdução do regime de mercado para as tecnologias mais maduras.

Como se recordam, houve mesmo uma central solar que foi licenciada sem tarifa *feed-in*, porque o anterior Governo, o governo que integrei, permitiu que assim acontecesse, através da Lei de Bases do Setor Elétrico e da portaria publicada pelo Secretário de Estado da Energia.

Gostaria também de incluir a criação de linhas de investimento, no âmbito do PO SEUR, sem custo para os consumidores, de projetos de redes inteligentes de energia e de tecnologias renováveis disruptivas e a viabilização das transferências estatísticas e projetos conjuntos entre Estados-Membros da UE.

Finalmente, neste segundo pilar verde, fizemos uma aposta custo-eficiente e estrutural — logo, não assistencialista ou simbólica — na mobilidade elétrica. Esta aposta concretizou-se através do novo regime jurídico da mobilidade elétrica, substituindo a fase-piloto que vigorava desde 2009, criando as condições para alargar a rede e introduzir maior concorrência na rede pública de pontos de carregamento e privilegiar o carregamento residencial e nos locais de trabalho. Em segundo lugar, os incentivos à aquisição de veículos elétricos e híbridos *plug-in*, no âmbito da reforma para a fiscalidade verde que, infelizmente, foram diminuídos nos

últimos anos. Em terceiro lugar, o fomento da mobilidade elétrica na Administração Pública, enquadrado pelo Programa Eco.Mob, fixando o objetivo de introdução até 2020 de 1000 viaturas elétricas na renovação da frota, em contexto de gestão partilhada, com poupanças estimadas em 50 milhões de euros. Foi igualmente fixada, como recentemente veio divulgado na comunicação social, a proibição de adquirir veículos na Administração Pública com emissões superiores a 95g CO<sub>2</sub>/km.

Para concluir, o terceiro pilar é relativo ao nosso desafio no reforço das interligações de eletricidade e de gás na União Europeia, superando o crónico isolamento energético da Península Ibérica. Este tema está também associado aos custos da energia, como poderei facilmente demonstrar.

Depois de praticamente um ano de diligências, conseguimos, em outubro de 2014, que o Conselho Europeu chegasse a acordo quanto aos principais elementos do quadro relativo ao clima e energia para 2030. Como disse há pouco, Portugal liderou estas negociações e conseguiu que, além das três metas fosse incluída uma quarta meta associada às interligações energéticas, resgatando, por um lado, o objetivo de atingir 10% de interligações elétricas até 2020 e, por outro lado, fixar uma nova meta de 15% de interligações mínimas elétricas até 2030, assegurando, também, mecanismos de monitorização e de financiamento europeu a estas interligações prioritárias.

Vale a pena recordar que no momento do Conselho Europeu de outubro de 2014, a interligação entre a Península Ibérica e França era apenas de 2% e que há décadas que se procurava atingir os 10%, e conseguimos, pela primeira vez, com carácter vinculativo, chegar a este objetivo.

As conclusões do Conselho Europeu de outubro de 2014 consagraram, ainda, por iniciativa de Portugal, a existência de um mecanismo de acompanhamento dos esforços para atingir a meta das interligações, isto é, não nos limitámos a fixar uma meta, foram estipulados, previstos, definidos,

detalhados, mecanismos de monitorização, mas também mecanismos de financiamento a estes projetos, por responsabilidade da Comissão Europeia. Ou seja, passou a haver um «dono do problema»: em vez de termos Portugal e Espanha, ano após ano, a reclamar junto da Comissão Europeia e dos seus congéneres europeus que não podíamos continuar desligados do continente europeu no acesso à energia e no seu fornecimento, passou a haver uma entidade responsável por assegurar que esse acordo fosse verificado. Portanto, passa a haver um escrutínio por parte de todos os Estados ao papel da Comissão Europeia.

Gostaria também de recordar, Srs. Deputados, que as diligências foram de tal forma relevantes que, enquanto Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia bloqueei as conclusões do Conselho Ambiente e do Conselho Energia em 2014 e o mesmo fez o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho no Conselho Europeu de outubro de 2014. E foi na sequência desse bloqueio que houve uma negociação nesse mesmo Conselho que permitiu atingir este resultado.

O racional da nossa posição foi sempre muito claro: com o reforço das interligações elétricas, os custos anuais da energia na União Europeia serão reduzidos em 40 000 milhões de euros por ano e a razão é facilmente compreensível.

A partir do momento em que há interligações e metas vinculativas para energias renováveis, a energia renovável passa a ser produzida onde é mais barato e o recurso mais abundante e não dentro de cada país, o que significa que a Áustria, que não tem nem vento, nem sol na mesma quantidade de Portugal ou Espanha, pode cumprir a sua meta de energias renováveis importando eletricidade renovável de Portugal e Espanha.

Assim, ganha a Europa, porque consegue atingir os objetivos de clima e energia a um custo mais baixo — e o valor que a Comissão Europeia estimou é uma poupança de 40 000 milhões de euros por ano —, e ganha

Portugal, porque pode exportar eletricidade renovável e criar condições de atração de investimento e criação de emprego, sem sobrecustos para os consumidores.

Estava, igualmente, em causa uma mudança de paradigma nas interligações de gás. Ao defender o reforço das interligações de gás e ver consagrada esta prioridade nas conclusões do Conselho Europeu e nas estratégias para a união energética da Comissão Europeia, quisemos posicionar a Península Ibérica, a partir dos seus oito terminais de gás natural liquefeito, incluindo o de Sines, como uma alternativa às importações de gás da Rússia, contribuindo para a segurança energética da União Europeia e para uma utilização mais eficiente das infraestruturas, com consequente redução de custos para os consumidores portugueses.

Trocando por miúdos: com mais interligações energéticas de gás, ganha a Europa, porque consegue reduzir a sua dependência energética do leste e da Rússia e ganham os consumidores portugueses, porque conseguem valorizar infraestruturas de gás que estão ociosas, isto é, cada um de nós está a pagar, na tarifa de gás, infraestruturas que não estão a ser utilizadas, nem o terminal de Sines está a ser plenamente utilizado — e estamos a pagar isso na nossa tarifa de gás —, nem o gasoduto que liga Portugal a Espanha está a ser plenamente utilizado e estamos a pagar isso na nossa tarifa de gás.

Portanto, posicionando a Península Ibérica, Sines e os outros sete terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL) em Espanha como porta de entrada de gás na União Europeia, estamos a aumentar a segurança energética na Europa e, com isso, reduzir a dependência da Rússia em 40%. Reparem, só a Península Ibérica consegue assegurar uma redução da dependência do gás da Rússia em 40% e o terminal de Sines pode significar 7% do abastecimento de gás para a União Europeia. Estamos a falar de um projeto de grande significado económico para a União Europeia e também para Portugal.

Tenho pena que tenha passado despercebido o facto de, no início de 2016, o primeiro transporte de gás natural vindo dos Estados Unidos da América, de sempre, ter escolhido Sines como porta de entrada.

O metaneiro *Creola Spirit*, que fez o primeiro transporte de gás natural liquefeito entre os Estados Unidos da América e a Europa, não entrou por qualquer outro país, escolheu Sines, o que é, obviamente, um sinal de valorização desta fachada atlântica na redução da dependência energética face à Rússia.

Dando sequência ao mandato do Conselho Europeu, os Chefes de Estado e de Governo de Portugal, Espanha e França e o Presidente da Comissão Europeia reuniram-se, por iniciativa do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, em Madrid, a 4 de março de 2015, tendo adotado a Declaração de Madrid, que estabeleceu a criação de um grupo de alto nível em matéria de interligações no sudoeste da Europa. Isto é, não nos limitámos a ter um acordo no Conselho, a seguir houve mesmo uma declaração que vinculou os três Estados e a Comissão Europeia, e este Grupo, que previa reuniões anuais a nível ministerial e dois grupos técnicos permanentes, tinha por missão monitorizar regularmente os projetos e providenciar a assistência técnica adequada aos Estados-Membros, com o objetivo de, em matéria de interligações elétricas, assegurar a conclusão das interligações entre Portugal e Espanha, já incluídas na lista de Projetos de Interesse Comum (PCI); assegurar a integração nessa lista da interligação do Golfo da Biscaia, entre Espanha e França; e assegurar a integração nesta lista de projetos de interesse comum dos dois projetos transpirenaicos entre Espanha e França. Este Grupo, constituído pela Comissão Europeia e pelos três governos, tinha também por objetivo assegurar o financiamento comunitário — para que não fossem os consumidores portugueses ou espanhóis ou franceses a assumir o encargo destas infraestruturas — através do Connecting Europe Facility e do Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos, conhecido por Plano Juncker.

Já descrevi o objetivo deste Grupo na área da eletricidade. Em matéria de gás natural, o Grupo Regional foi incumbido de assegurar a realização do projeto MIDCAT, entre Espanha e França, e a terceira interligação de gás entre Portugal e Espanha, nomeadamente, através da coordenação dos processos de licenciamento, a sua inclusão na lista de projetos de interesse comum e do financiamento.

Gostaria aqui de sublinhar, Srs. Deputados, e por muito que a REN tivesse discordado, que o governo de Portugal, enquanto estive no governo, nunca aceitou levar ao plano de investimentos a terceira interligação entre Portugal e Espanha enquanto não estivesse garantido que Espanha e França fariam a interligação MIDCAT, porque já nos chega de rede de gás ociosa. Portanto, esta terceira interligação Espanha-Portugal foi sempre condicionada à realização prévia de um compromisso quanto à interligação Espanha-França.

Congratulo-me com o facto de que processo, liderado, desenhado e negociado pelo Governo que servi, tenha permitido a inclusão de todos estes projetos, tanto ao nível do gás como da eletricidade, na recente lista de projetos de interesse comum divulgada pela Comissão Europeia em novembro de 2018. Esse é um progresso assinalável face ao isolamento da Península Ibérica.

No entanto, lamento que os atrasos verificados, aos quais não terão sido alheios, na minha opinião, subjetiva obviamente, o menor empenhamento político traduzido na prioridade dada à interligação com Marrocos e à falta de reuniões políticas do grupo de alto nível, Portugal-Espanha-França, entre 2015 e 2018, tenham, na prática, tornado impossível atingir, como definido na Cimeira de Madrid, a meta de 10% de interligações até 2020.

A consulta dos documentos técnicos da Comissão Europeia, que estão disponíveis *on line*, permite constatar que o projeto do Golfo da Biscaia só



tem construção prevista para 2025 e que os dois projetos transpirenaicos só têm a construção prevista para 2026, sendo que apenas o primeiro tem, para já, financiamento comunitário.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedindo desculpa pelo tempo que já tomei, no período em que servi o País no Governo não fizemos dos constrangimentos económicos e financeiros um pretexto para adiar, hesitar ou transigir, mas pelo contrário, uma razão adicional para ousar, reformar e liderar nas políticas de clima e energia.

Demonstramos que era possível reduzir os custos da energia e ir mais longe na promoção das energias renováveis, da eficiência energética e do crescimento verde, fugindo ao anacronismo fácil de uma competitividade sem sustentabilidade. Conseguimos demonstrar que é inteiramente possível e incontornável colocar as políticas de crescimento verde ao serviço da proteção ambiental, mas também da competitividade e da solidariedade, enfrentando interesses, removendo rendas, obstáculos e preconceitos que nos impediram, durante muitos anos, de crescer sustentada e sustentavelmente.

Governar é reformar — continuo a julgar o mesmo. E estas reformas deram resultados dos quais beneficiaram os cidadãos portugueses e que foram reconhecidas no plano internacional, não apenas nas últimas avaliações da troica, mas também por relatórios de organizações internacionais.

Em 2015, Portugal foi considerado o 4.º melhor país do mundo em desempenho em matéria de política climática, o 10.º melhor país do mundo, pelo Fórum Económico Mundial, em política energética, e o 5.º melhor país do mundo em desenvolvimento sustentável, por parte da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Fomos assim capazes de fazer da aposta no crescimento verde um elemento da competitividade, da sustentabilidade e da solidariedade. A nossa ambição era clara: posicionar Portugal como líder mundial do crescimento

verde, tirando partido dos nossos talentos, das nossas infraestruturas, dos nossos recursos e do nosso posicionamento geoestratégico, beneficiando da crescente procura de bens e de serviços verdes à escala internacional.

Apesar das reversões e hesitações, continuo a achar que esse desígnio é alcançável e que é compatível com a redução dos custos da energia. Descarbonização e competitividade são elementos indissociáveis do crescimento sustentável.

Muito obrigado, pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Vamos, agora, dar início à inquirição. Pela rotatividade nesta Comissão cabe ao Partido Comunista Português dar início aos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves para esse efeito.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de começar por cumprimentar o Sr. Eng.º Jorge Moreira da Silva e agradecer a sua intervenção inicial.

Vou abordar, inicialmente, um conjunto de entrevistas que deu na altura em que desempenhava funções no Governo.

Começava com uma entrevista dada ao *Expresso*, a 21 de junho de 2014, com o título «Já não há rendas excessivas na energia». Com certeza que se recorda desta entrevista, com um título que, a ser verdade, liquidaria esta Comissão Parlamentar de Inquérito de imediato, esvaziando o seu objetivo.

Mas, feliz ou infelizmente, verifica-se na leitura da entrevista que aquilo era mais um título e um objetivo do que, propriamente, um resultado: afinal, quando se lê a entrevista, compreende-se que só estavam cortados 3,6 mil milhões de euros e que só se chegaria ao corte de 4,4 mil milhões de euros em 2020. Encontramos depois, na entrevista, essa referência.

## **Vozes do PSD: — Só?!**

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Passado um ano, numa entrevista ao *Público* de setembro de 2015, os cortes já só estavam em 3,4 mil milhões de euros – aliás, é esse o número que nos trouxe na sua apresentação.

Portanto, há aqui esta discrepância de números entre os 3,6 mil milhões de euros apresentados num ano, no *Expresso*, e os 3,4 mil milhões de euros apresentados no ano a seguir, no *Público*, e, agora, nesta apresentação. Gostaríamos de perceber melhor esta discrepância de números.

Estes números também não são coerentes com os que são avançados por Álvaro Santos Pereira, que afirma, em junho de 2017, no *Público*, que tinha cortado até ao momento em que saiu, julho de 2013, 3,5 mil milhões de euros, mas que tinha deixado em carteira, e até em carta ao Primeiro-Ministro, um corte de mais 1,5 mil milhões, ou seja, no total, 5000 milhões de euros.

Gostaríamos de esclarecer um pouco melhor esta aparente trapalhada de números em termos dos cortes que foram feitos.

Uma coisa é certa: com este discurso fica aqui o testemunho importante para esta Comissão de que houve — e na nossa opinião há — rendas excessivas, contrariamente a outros testemunhos que temos ouvido nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas gostaria de lhe colocar ainda outras questões.

Do seu conhecimento sobre o tema, pode-nos dizer qual é, na sua opinião, a natureza destas rendas excessivas? São remunerações de ativos ou de investimentos acima do que seria de esperar para o capital investido neste setor? São rendas decorrentes de preços de monopólio da EDP e de outras empresas na produção e comercialização de energia? Resultam da legislação

regulatória permissiva e de favor? São uma herança indevida da privatização e segmentação da EDP pública? Onde estavam e estão localizadas as rendas excessivas: nos CMEC, na PRE, na garantia de potência ou noutro lado? O que é que detetou enquanto Ministro da Economia?

No fundo, qual é a sua opinião sobre esta matéria das rendas excessivas?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Duarte Alves.

Se possível, pedia que se projetasse o *PowerPoint* que vos deixei. Este *PowerPoint* foi o último que foi produzido pelo Ministério que liderei em outubro de 2015 — ainda lá está o logotipo do Ministério.

Gostaria de vos mostrar o *slide* «Eliminação da dívida tarifária».

*Neste momento, o orador exibiu o slide intitulado «Eliminação da dívida tarifária».*

Para que não haja nenhuma dúvida, e por isso fiz questão de o deixar por escrito, para ficar registado, gostaria de dizer que confundiu-se, durante algum tempo, energia e eletricidade. Gostava também de deixar claro que os 3400 milhões de euros de cortes se deram no setor elétrico com os dois primeiros pacotes.

O Prof. Álvaro Santos Pereira aprovou cortes de 2100 milhões de euros e eu aprovei o pacote seguinte, na avaliação da troica de setembro de 2015...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — 2100 ou 2200?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — 2080, para ser mais preciso.

Estes dados são dados que estão inalterados, isto é, são medidas que foram apresentadas e, entretanto, aprovadas, negociadas com a troica em março de 2013, isto é, por Álvaro Santos Pereira e Artur Trindade, e que totalizam 2080 milhões de euros.

Entrei no Governo em julho, como se recordam, e durante o verão desenvolvemos um novo pacote de cortes negociado com a troica, aprovado nos 8.º e 9.º *review* de setembro de 2013, que totalizava 1312 milhões de euros.

Não se cortou esse montante na totalidade, uma vez que a medida do carvão não foi concretizada, isto é, a contribuição das centrais a carvão para o sistema elétrico nacional de 169 milhões de euros não foi concretizada. O que significa que estamos a falar de cerca de 1100 milhões de euros de cortes aprovados por mim e Artur Trindade, em setembro de 2013.

Posteriormente, foi aprovada a CESE, ou seja, a contribuição sobre o setor energético, que não estava contabilizada e, portanto, são pelo menos, por conta do anterior Governo, mais 300 milhões de euros.

Além disso, numa lógica pós-troica, avançámos para um terceiro pacote que ultrapassa os mil milhões de euros — e que não é apenas a eletricidade, inclui também o gás e a tarifa social.

Se quiser ver as medidas por empresa, aquilo que estimamos de impacto nas empresas foi o seguinte: 4234 milhões de euros de cortes identificados.

*Neste momento, o orador exibiu o slide intitulado «Medidas por empresa».*

Se retirar os 167 milhões de euros da medida não cumprida, relativa ao carvão, estamos, mesmo assim, a falar de bem mais de 4000 milhões de

euros de cortes no setor energético. Mas não se confunda com a eletricidade, pois estou a incluir aqui, nomeadamente, os contratos *take or pay* de gás.

Portanto, Sr. Deputado, estes são os números. Fiz a minha parte: cortei 2000 milhões de euros de rendas na energia, o Prof. Álvaro Santos Pereira cortou 2000 milhões de euros de rendas na energia. Julgo que são números importantes, que, é evidente, se foram verificando ao longo do tempo e que permitiram, nomeadamente, esta evolução, isto é, de termos passado de défice tarifário para *superavit*...

Há uma enorme confusão entre dívida e défice. Uma coisa é a dívida, outra coisa é o défice. O que permite baixar a dívida, é quando o défice passa a *superavit*. Portanto, é evidente que, quando conseguimos, com os cortes que foram estabelecidos... E que são faseados, porque é à medida que os megawatts começam a funcionar, e que vão continuar até 2020 e 2027, isto é, é à medida que a potência vai entrando, que os cortes se concretizam.

Aquilo que estava previsto, Sr. Deputado Duarte Alves, se não fizessemos nada, era um aumento nas tarifas de 12% a 14% ao ano, ou então... Havia duas escolhas: ou tínhamos chegado ao Governo e aumentávamos as tarifas por ano 12 % a 14% ou, então, cortávamos nas rendas. Mas havia uma terceira hipótese que era não fazer nada e chegaríamos a 2020 com uma dívida tarifária de 6000 milhões de euros.

Portanto, Sr. Deputado, o que conseguimos foi, com os cortes, reduzir o défice, passar de défice a *superavit* — hoje, os consumidores portugueses estão a beneficiar disso e continuarão a beneficiar por muito tempo —, e, com isso, vamos pagando a dívida e chegaremos a 2020 com uma dívida de 600 a 1000 milhões de euros.

Quanto à sua questão sobre a natureza das rendas. Eu respondo por mim, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Claro!

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Eu não criei uma única renda e o Governo que servi foi mesmo o primeiro, em muitos anos, que não criou uma única renda e apenas cortou.

Quanto à natureza das rendas, porque é que as rendas foram criadas, se foi por incompetência, se por má-fé, se por desleixo, se por distração, isso deixo à avaliação dos Srs. Deputados. Não me compete a mim fazer a arqueologia dos meus antecessores ou dos vários ministérios. Respondo por mim, respondo pelo período de julho de 2013 a novembro de 2015.

Aquilo que lhe posso garantir, Sr. Deputado, é que não só não gerei uma única renda, como, pelo contrário, esse Governo foi um Governo que cortou rendas, sendo que, obviamente — e o Sr. Deputado perceberá isso —, há uma enorme dificuldade, porventura até do ponto de vista mediático, que é não haver um sincronismo entre o momento em que se gera uma renda e há custo e o momento em que se corta uma renda e há uma poupança.

Portanto, num determinado momento, no passado, gera-se uma renda, mas o consumidor não vê isso no dia seguinte. Só vai ver a renda no custo de eletricidade, quando esses megawatts, passados muitos anos, começam a funcionar. Corta-se nas rendas, mas os consumidores só começam a ver a redução na tarifa quando a dívida começa a descer porque o défice passou a *superavit*. Ou seja, há um *décalage*. Esta é, porventura, a maior dificuldade, devo dizer, do ponto de vista da discussão mediática sobre o tema da energia. É este assincronismo entre o momento em que se gera uma responsabilidade e se gera um resultado. O que posso dizer é: não fui responsável por uma única renda, mas fui responsável, com o meu antecessor, pelo corte de 4000 milhões de euros nas rendas.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Em relação à questão de não ter sido responsável por nenhuma renda — e tinha aqui uma pergunta para mais

tarde, mas, então, faço-a agora —, não sei se compatibiliza essa afirmação com as decisões que tomou do licenciamento de produção em regime especial (PRE), que inevitavelmente iam produzir sobrecustos, e também com o arrastamento de medidas. Até que ponto é que isso não é também empurrar para a frente custos que ficam depois para mais tarde?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, quanto à questão do diferimento de custos, o Sr. Dr. Artur Trindade teve oportunidade de explicar, e eu tive oportunidade de ouvir, que esse diferimento, em termos do juro, não penalizou os consumidores.

Agora, gostava que pudesse clarificar a primeira pergunta, porque fala de responsabilidades que tive no licenciamento de produção em regime especial. Se pudesse clarificar, agradecia.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O Sr. Engenheiro, enquanto Ministro, licenciou projetos com PRE. Ora, isso cria inevitavelmente sobrecustos.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Em relação ao licenciamento, ambiental, nomeadamente, e energético, estamos a falar de decisões que foram, todas elas, tomadas atrás, isto é, nem eu nem o Secretário de Estado Artur Trindade aprovámos qualquer medida para novos projetos que gerassem um sobrecusto a partir de *feed-in tariff*. O que fizemos foi uma coisa diferente, que foi... E isso nem sequer fui eu, foi o Prof. Álvaro Santos Pereira e o Dr. Artur Trindade, que, em 2012 — e sei que os Srs. Deputados já escalpelizaram esse tema —, introduziram medidas para mitigar o efeito, a partir de 2021, das tarifas *feed-in*, que tinham sido atribuídas anteriormente. Isto é, havia um diploma de 2005, que garantia que, depois da sua vigência, a partir de 2021, existissem ou certificados verdes ou tarifas *feed-in*, pelo menos, durante cinco anos, e, portanto, com um valor que oneraria os



consumidores. E o Secretário de Estado Artur Trindade e o Ministro Álvaro Santos Pereira negociaram, na altura, e aprovaram, em 2012, um regime para, dentro de um sistema de *cap* e de *floor*, mitigar esse efeito e até gerar uma poupança. A poupança, o VAL (Valor Atual Líquido) que tinha sido estimado, está entre 100 a 250 milhões de euros e as empresas avançaram com um valor que está identificado na tabela.

Portanto, em termos de licenciamento, gostava de sublinhar que não houve nenhum licenciamento sobre projetos novos. Tivemos foi de licenciar projetos que vinham de trás, com uma vantagem: é que cortámos nessas rendas garantias de potência. O Sr. Deputado sabe do corte gigantesco nas garantias de potência, um corte superior a 400 milhões de euros, e na cogeração os cortes totalizaram 900 milhões de euros. Isto é, nós tivemos de herdar compromissos, o que significa que esses projetos tiveram de se concretizar e não se cancelaram, como aconteceu em Espanha. Julgo, aliás, que essa é a grande virtude da nossa ação, a de não ter comprometido a meta das renováveis por estarmos a cortar nas rendas. Isto é, nós tivemos de executar esses projetos que vinham de trás, mas com uma remuneração inferior.

Quanto ao tema da remuneração em regime especial, há um diploma... E não sei se iam fazer-me perguntas sobre isso, mas aproveito para antecipar, porque o Sr. Deputado parece estar a ligar também a esse tema, que foi a reconversão tecnológica. Portanto, eu não fujo à questão, até porque houve uma notícia...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não foge à questão, mas vou ter de a fazer.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Se não a fizer, respondo eu, porque ando há muito tempo para poder dizer alguma coisa sobre estes

temas. Não falo de energia há dois anos e tive de enfrentar notícias, algumas bastante mal-intencionadas, nomeadamente essa notícia que, em 2017, dizia que o Secretário de Estado Artur Trindade e, já agora, eu próprio, teríamos permitido a reconversão tecnológica e, com isso, um aumento de custos no sistema de 350 milhões de euros. Isso é uma mentira! É uma mentira, a todos os títulos. É que as empresas da área da energia, nomeadamente mini-hídricas e eólicas, ganharam com concursos, nomeadamente do Governo liderado pelo Eng.º José Sócrates, pagaram para ter acesso ao licenciamento — isto é, houve concursos e pagaram — e, depois, o Estado teve de ir licenciando esses projetos.

O que é que aconteceu? Muitos desses projetos, como se costuma dizer, «bateram na trave» da avaliação de impacte ambiental, com riscos — e isso aconteceu mesmo num ou noutro projeto — de devolução por parte do Estado dos valores que essas empresas atribuíram.

Está a ver o risco de, de repente, termos de devolver dezenas e centenas de milhões de euros, quando quase duas dezenas de projetos estavam pendentes na área hídrica e na área eólica e não se concretizavam?!

Então, o que é que nós fizemos, sob o risco de termos de devolver a esses produtores um valor significativo? Avançámos para uma portaria que permitia a reconversão tecnológica. Isto é: está a produzir com mini-hídricas, quer passar a produzir com eólicas? Está a produzir com eólicas, quer passar a produzir com solar. Muito bem! Mas com duas condições: vai ter de baixar a tarifa para a tarifa mais baixa das duas e com um desconto, que, julgo, era de 10%, a esse valor. Portanto, estamos a poupar. E não só porque estamos a ir da tarifa mais alta para a tarifa mais baixa e com um desconto de 10%, mas também porque o período garantido passa a ser o período mínimo.

Ora, isto não significa um aumento de custos de 350 milhões de euros; significa, sim, uma poupança de 220 milhões de euros. Isto é, Sr. Deputado, o anterior Governo devia ser felicitado pelo facto de, com essa medida,

termos poupado aos consumidores portugueses 220 milhões de euros, que era o risco que estaria envolvido se não tivéssemos permitido a reconversão tecnológica.

Eu não lidei com esse tema, foi um tema integralmente lidado pelo Secretário de Estado Artur Trindade, que teve oportunidade de explicar essa medida aqui, nesta Comissão, há alguns dias. E espero que essa matéria tenha sido suficientemente clarificada, até porque se falou também de tomada de decisão na véspera de eleições, o que é uma coisa que me incomoda bastante. De facto, ouvi esta conversa de «na véspera de eleições» tantas vezes nos últimos meses que é como se devêssemos meter férias a três meses das eleições e o País parasse. Não, as eleições eram em outubro e a decisão foi tomada em maio e todos os processos que decorreram a partir daí foram de natureza administrativa. A decisão política foi tomada em maio e não, como de forma mal-intencionada surgiu na comunicação social, em outubro.

Sei que o Sr. Deputado não referiu isso, não lhe estou a responder diretamente, mas não queria perder a oportunidade de responder a essa questão.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não perguntei, mas ia perguntar, porque realmente essa é uma das questões que tinha aqui para lhe colocar.

Por exemplo, uma pergunta que fiz ao Sr. Secretário de Estado Artur Trindade, que, de alguma forma, na resposta, percebi que até podia ter alguma concordância com o que eu tinha dito, tinha a ver com o facto de, nessa taxa de desconto que se considerou, não se ter feito uma avaliação das diferentes taxas internas de rentabilidade de cada uma das tecnologias, ou seja, na mudança de tecnologia não se fez essa análise. E isto podia ter sido considerado, ou seja, podia ter sido analisado, se vai mudar de tecnologia, qual vai ser a taxa interna de rentabilidade de cada uma.

Agora, a Portaria n.º 133/2015, de 15 de maio, permitiu, nomeadamente à GENERG a mudança de tecnologia eólica que tinha sido licenciada para solar. E, de facto, o despacho favorável, a poucos dias das eleições, é uma questão que, depois, até foi posta em causa pelo Secretário de Estado do Governo seguinte, sendo que a própria Procuradoria-Geral da República considerou ilegal ou ilegítima essa portaria.

Portanto, pergunto-lhe se não lhe parece que o que ia acontecendo, mas não aconteceu porque mudou o Governo, seria de alguma forma questionável, do ponto de vista das decisões que podem ser tomadas naqueles períodos. De alguma forma, já respondeu a esta pergunta. Mas o Sr. Engenheiro diz que o momento final em que esse projeto pode mudar de tecnologia não tem a ver com uma decisão política. No entanto, é uma decisão que tem a consequência de dar por terminado todo esse processo. Como é que avalia, hoje, tudo isso que aconteceu? E até tendo em conta que podem subsistir dúvidas ou questões sobre uma relação política e «energética» muito estreita com Carlos Pimenta. Por exemplo, até se sucederam na presidência da Plataforma para o Crescimento Sustentável.

Assim sendo, não haverá aqui alguma fundada suspeita que poderá surgir? Portanto, devia ter-se acautelado essa questão nesse momento.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, o Secretário de Estado Artur Trindade, que foi quem lidou com todo este tema, disse, há duas semanas, aqui, na Comissão, que aquilo que foi permitido para esse promotor, foi permitido para outros e que, mais processos houvesse, mais ele assinava, na medida em que isso poupava dinheiro aos consumidores. Estes produtores não beneficiaram com isso. Repare: não foi iniciativa dos promotores a ideia da reconversão tecnológica; foi do Estado! É que os promotores estavam muito bem sentados e, face ao chumbo dos projetos na avaliação de impacte ambiental, disseram: «Ah, o projeto chumbou na

avaliação de impacto ambiental? Então, façam favor de nos devolver o valor que pagámos!». Portanto, esta iniciativa de permitir a reconversão tecnológica é uma iniciativa que protege os consumidores e que não decorreu de uma proposta feita pelos promotores.

E, Sr. Deputado, gostava de, uma vez mais, sublinhar o seguinte: a decisão política, que nem sequer foi minha, foi do Secretário de Estado, foi em maio de 2015. A partir daí, todos os processos são de implementação e, portanto, à medida que os processos entram, vai-se despachando.

Aquilo que a Procuradoria-Geral da República disse, pelos vistos, não pôs em causa o conteúdo da decisão, pôs em causa, sim, o instrumento jurídico, isto é, considerou que, em vez de uma portaria, devia ter sido um decreto-lei. E acho que é importante que se tenha a noção de que o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República o fez a pedido de Governo — isto é, não foi um processo judicial. É que, quando as pessoas falam de PGR, cria-se logo a ideia de que houve um processo judicial, mas não foi isso que aconteceu. O Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República emitiu parecer, a pedido do Governo, para saber se aquela decisão era juridicamente válida, ou não. E o Conselho Consultivo da PGR, que não pôs em causa o conteúdo, disse apenas que a medida deveria ter sido tomada por decreto-lei e não por portaria.

Portanto, acho que aqui a questão é muito clara, na medida em que poupamos um valor significativo aos consumidores.

Agora, esta ideia de que a GENERG foi beneficiada, porque era liderada pelo Eng.º Carlos Pimenta, é obviamente uma alucinação e só prova a má intenção de quem quis, na altura, divulgar isso, o que foi imediatamente clarificado na notícia do dia seguinte, na medida em que não houve nenhum benefício, houve mesmo um prejuízo, só houve um benefício para os consumidores.

Portanto, acho que estamos a prestar um mau serviço à proteção dos consumidores, quando estamos a transformar um corte numa renda num benefício.

E só espero que o atual Governo esteja a olhar para isso. Espero sinceramente que o atual Governo esteja a assegurar que, havendo projetos que não estão a ser executados por dificuldades ambientais, não se vai encontrar aí um álibi para os promotores fazerem fila e baterem à porta do Estado a pedir a devolução do dinheiro que pagaram. É que não me parece que os cofres do Estado estejam em condições de devolver valores avultados que os promotores pagaram nos concursos de eólicas e de mini-hídricas. Portanto, espero sinceramente que, independentemente de não gostarem do despacho ou da portaria e preferirem um decreto-lei, que alguém olhe para esse tema e que não comece a verificar-se um conjunto de processos que vão parar ao Ministério das Finanças, decretados por tribunal, a pedir ao Estado a devolução das cauções e dos montantes que esses promotores pagaram.

Portanto, recomendaria que houvesse também um escrutínio em relação a isso.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Independentemente de se poder considerar uma alucinação, também acho que pode ser um pouco alucinado achar que a GENERG iria aderir a esta mudança de tecnologia para ter um prejuízo. Se, como foi dito, era um prejuízo para a GENERG, ela não iria aderir a isso.

Mas queria passar a uma outra questão...

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Desculpe interrompê-lo, Sr. Deputado, mas, para que não fique dúvida, gostaria de dizer que é mais baixa. A GENERG tinha uma tarifa e passou a ter uma tarifa significativamente inferior e por um período mais curto. Ponto final. Isto é factual. Tinha uma

tarifa mais alta garantida por um período mais longo e passou a ter uma tarifa mais baixa por um período mais curto. O resto são processos de intenção.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Queria passar a uma outra questão: a 25 de novembro de 2013, a Autoridade da Concorrência (AdC) enviou ao Governo PSD/CDS uma recomendação relativa ao regime de auxílio do Estado denominado CMEC. Nesse documento, para lá da análise do problema, tirava conclusões e fazia um conjunto de recomendações.

Na reação à recomendação da Autoridade da Concorrência, o então Sr. Secretário de Estado da Energia, Artur Trindade, declarou fundamentalmente ao então *Diário Económico*, a 29 de novembro de 2013, que se congratulava «com o apoio da AdC no combate às rendas excessivas, um palco onde esta tem deixado o Governo sem apoio nestes últimos meses».

Disse também o Sr. Secretário de Estado que, infelizmente, o relatório da AdC só deteta 30% dos defeitos que estão no mercado de serviços de sistema, explicando que há duas medidas de correção do mercado de serviços neste pacote, avaliadas pelo Governo entre 300 a 400 milhões de euros: uma prende-se com uma deficiência no mecanismo CMEC e a outra nos serviços de sistema, aquilo que a AdC identificou, o que vale cerca de 30%. Os outros 70% estão relacionados com ineficiência na formação de preços do mercado de serviços de sistema. É onde está o grosso do dinheiro. Isto também foi sinalizado pela ERSE.

As perguntas que tinha para lhe fazer, para terminar, são as seguintes: sabe se a Autoridade da Concorrência tinha recebido algum pedido formal de apoio, seu ou do Secretário de Estado, que justifique aquela queixa de falta de apoio da AdC? O que é que queria dizer com «ter deixado o Governo sem apoio nestes últimos meses»?

Concorda com a leitura que fez o Secretário de Estado, a de que as recomendações da AdC só abrangiam 30% da sobrecompensação via

serviços de sistema? Por que razão os despachos do Secretário de Estado da Energia para dar andamento à recomendação da Autoridade da Concorrência não referem tal e não esclarecem o que vai acontecer com os restantes 70%? Alguma vez houve uma recomendação da Autoridade da Concorrência sobre esses 70%, que foram referidos pelo Sr. Secretário de Estado?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, esta é uma daquelas áreas em que acho que não foi feita justiça à ERSE e que, mais uma vez, do ponto de vista mediático, a Autoridade da Concorrência ficou com todos os méritos, que os tem.

A Autoridade da Concorrência tem feito um trabalho notável em várias áreas, mas, neste caso, não se valorizou devidamente a entidade que identificou o problema, que foi a ERSE, em 2012. Identificou o problema num relatório e comunicou esta discussão, isto é, a ideia de que havia centrais que, por terem CMEC, não estavam a ser devidamente utilizadas nos serviços de sistema de forma a poderem beneficiar da revisibilidade do CMEC e, portanto, poderem ter um benefício no CMEC.

Isso foi identificado pela ERSE em 2012. Esse relatório foi remetido à Autoridade da Concorrência e foi remetido ao Governo, e o Governo não esperou pela Autoridade da Concorrência. Por isso é que houve aqui, mais uma vez, uma dificuldade em fazer a cronologia dos factos. Isto é, o Governo recebeu da ERSE uma informação e não esperou pela Autoridade da Concorrência para avançar. Avançámos com esta medida, já comigo, do corte de 350 milhões de euros nas distorções do mercado de serviços de sistema. Depois, mais tarde, a Autoridade da Concorrência veio dizer «há um problema nos serviços de sistema». Ora, a Autoridade da Concorrência vem dizer isso à luz não da decisão que entretanto tomámos de cortar nessas rendas mas à luz do relatório da ERSE de 2012.



Portanto, no fundo, estamos todos bastante alinhados, isto é, a Autoridade da Concorrência, a ERSE e, na altura, o Governo, embora em tempos diferentes, quanto ao facto de haver ali um problema e de o problema ter de ser resolvido.

Confesso que não o posso ajudar ou clarificar, Sr. Deputado, quanto a essas medidas que terão sido tomadas e outras que terão sido identificadas. Confesso que não tenho aqui comigo a informação quanto ao despacho do Secretário de Estado Artur Trindade.

Sei, em qualquer caso, que esta foi uma medida muito importante e foi daquelas que não estavam no radar da troica, isto é, quando a troica começou a monitorizar o programa de ajustamento, estava a olhar essencialmente para outras medidas. Estava a olhar para medidas ligadas às eólicas, aos CMEC, às garantias de potência. Foi o Governo português, repito, foi o Governo português que, no verão, tendo em atenção este relatório da ERSE, avançou com esta medida.

Esta é uma demonstração de como estes processos com a troica eram muito mais interativos e dinâmicos do que muitas vezes se fazia crer. Aquela ideia de que havia uma imposição vinda do FMI (Fundo Monetário Internacional), da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu, que estava tudo definido desde o dia 1, o dia em que começou o programa de ajustamento, e que, a partir daí, estávamos às cegas a aplicar aquilo que tinha sido identificado, não é verdade. Houve muitos momentos em que conseguimos substituir umas medidas por outras e integrar novas medidas.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Foram além da troica.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Esta medida dos serviços de sistema não fazia parte e julgo que é uma das medidas mais significativas.

Mas estou certo, Sr. Deputado, de que tanto a ERSE como a Autoridade da Concorrência estão em condições de lhe dar mais informações.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao PSD, ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, a quem dou a palavra.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Eng.º Jorge Moreira da Silva.

Sr. Engenheiro, já foram ouvidos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o Eng.º Henrique Gomes, o Prof. Álvaro Santos Pereira e o Dr. Artur Trindade. Com a audição do Sr. Engenheiro, por assim dizer, fechamos aquelas que eram as audições dos membros do XX Governo Constitucional.

Todos os membros do XIX Governo Constitucional, portanto, que o antecederam, referiram que há uma política de continuidade e um mesmo ímpeto reformista no sentido de dotar Portugal de um sistema elétrico mais eficiente, mais barato, mais justo e voltado para o futuro quer em termos tecnológicos, quer em termos ambientais. Devo dizer que, da nossa parte, essa coerência, essa linha de continuidade política do anterior Governo é, para nós, evidente.

Sem embargo, gostaríamos de saber se essa linha de coerência, essa linha de atuação, esse ímpeto reformista, é apenas resultado de termos tido cá a troica, de a troica ter trazido debaixo do braço um caderno de encargos para o setor da energia, ou se, porventura, associado a essa circunstância, se possa falar de uma verdadeira, de uma genuína e efetiva vontade de introduzir profundas reformas neste setor.

Em associação a esta pergunta, lembro-me de uma outra no sentido de saber se corrobora a afirmação proferida nesta Comissão pelo Prof. Álvaro Santos Pereira de que «o Governo foi além da troica».

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, essa expressão «ir além da troica» foi daquelas que mais fez as delícias do pacto político nas últimas eleições legislativas, mas na área da energia é verdade. De facto, fomos além da troica e direi mais: fomos além e diferentes da troica. O Secretário de Estado Artur Trindade já tinha referido isso. Notei que a troica também aprendeu muito com o Governo português.

A troica iniciou a monitorização do programa de ajustamento com uma ideia, julgo eu, demasiado focada em alguns temas da eletricidade e não pensando na energia, olhando apenas para a componente de custos e não para o tema da sustentabilidade ou da coesão territorial ou da solidariedade.

É evidente que só conseguimos ter ganho de causa para poder convencer a troica a pensar de forma diferente quando fizemos o que devíamos fazer nos cortes. Dito de outra maneira, se não tivéssemos aplicado o primeiro corte de 2000 milhões e o segundo corte de 1200 milhões, não teríamos tido condições para identificar, à saída do Memorando de Entendimento, o terceiro pacote, que inclui tarifa social, inclui *take or pay*, inclui combustíveis líquidos e muitas outras medidas, tal como, por outro lado, não teria sido possível convencer a troica de que era quase esquizofrénico termos de um lado a troica a pedir-nos para reduzir custos e para cortar de forma cega, inclusivamente nas energias renováveis, e, depois, termos o comissário europeu do clima e do ambiente e as direções gerais a dizerem que Portugal tinha de fazer mais para cumprir as metas 2020 e para ir mais longe nas 2030.

Portanto, houve momentos em que disse à troica: «Desculpem, mas entendam-se em Bruxelas! É que, às vezes, quando conversamos com a troica em Portugal sobre a energia, dizem ‘toca a cortar nos custos, incluindo nas renováveis’. Chega Bruxelas e dizem ‘o que é que Portugal está a fazer,

ao contrário de Espanha, para garantir que não se derrapa no cumprimento das metas das renováveis?’».

Conseguimos, e isso foi sublinhado pela troica à saída. A troica percebeu que Portugal era um caso diferente. «Para nós, renováveis é petróleo». Para Portugal, renováveis significa exportação, significa criação de emprego, significa investimento, significa coesão territorial.

Mas digo-lhe o seguinte, Sr. Deputado: se tivéssemos tentado desenvolver algumas medidas pró-renováveis, pró-crescimento verde, com uma fiscalidade verde, em 2013, teria sido impossível. Só o conseguimos fazer quando a troica concluiu que tínhamos uma agenda reformista nos cortes e isso permitiu ir além da troica, porque fomos mesmo além da troica, não só nos cortes mas também numa agenda mais ambiciosa na área verde.

Em segundo lugar, se me permite, sobre as dificuldades e a continuidade, houve, de facto, uma continuidade entre os vários membros do Governo. O Secretário de Estado Artur Trindade tirou partido do trabalho que o seu antecessor Henrique Gomes fez, tal como tirei partido do trabalho que o Prof. Álvaro Santos Pereira realizou. Houve, seguramente, intensidades diferentes, soluções diferentes, uma forma diferente de comunicar e de negociar, mas a verdade é que atingimos resultados e todos beneficiámos do trabalho que antes de nós foi feito.

O Primeiro-Ministro era o mesmo e a mensagem que ele transmitiu ao Prof. Álvaro Santos Pereira e ao Dr. Henrique Gomes foi exatamente a mesma que transmitiu ao Dr. Artur Trindade e a mim próprio quando iniciámos funções, que era esta: é necessário cumprir o Memorando de Entendimento e realizar os cortes na área da energia, assegurando, ao mesmo tempo, que Portugal continue a ser um País seguro de atração de investimento e que não vamos fazer, como em Espanha, medidas que, de tanto querer cortar, na prática, foram todas parar à litigância, aos tribunais, e acabaram com o investimento em energias renováveis.

Se me pergunta se o tema da privatização, porque isso foi referido, das empresas públicas foi um problema, não, não foi. Devo, aliás, dizer que nunca o Estado cortou tanto nas rendas como quando as empresas deixaram de ser públicas. Lembram-se, Srs. Deputados, de cortes nas rendas excessivas na EDP e na REN quando as empresas eram públicas?! Nessa altura, o Estado tinha um conflito de interesses. Era acionista, concedente e regulador e o Estado acionista não se importava tanto com rendas excessivas porque ganhava dividendos. Isso era bom para os consumidores?! Não! Era bom para o Estado?! Era!

A partir do momento em que tivemos a privatização da EDP e da REN, passou a haver um escrutínio muito maior das empresas e uma preocupação muito maior com os custos da energia. Sei que se costuma muitas vezes, de uma forma simplista, dizer «a privatização de uma determinada empresa criou dificuldades». Não. A CESE aplicou-se. Não se aplicou em 2012, aplicou-se em 2014 e em 2015. Cortaram-se 4000 milhões de euros nas rendas. Antes disso, quando as empresas eram públicas, cortaram-se as rendas?!

Às vezes, convém também, nestes debates, ter a noção de que um Estado faz tudo... E sei que aqui era um debate conceptual e ideológico, não quero de maneira nenhuma estar a provocar o Bloco de Esquerda nem o PCP nesta discussão.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quando a EDP era pública, os preços da eletricidade também eram outros!

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Mas é evidente que, nesta questão, desde que o Estado faça o seu papel, que é estar muito atento aos investimentos e à regulação, consegue proteger os consumidores, que me parece ser o mais relevante.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, estava tentado a ir para essa questão exatamente da privatização da EDP, mas vou manter a minha linha de questões. Contudo, irei a esse tema eventualmente ainda nesta primeira ronda e, se não o conseguir, fica já o compromisso de o fazer na segunda ronda, porque acho que essa matéria que agora abordou merece ser avaliada de uma forma mais intensa.

Sr. Engenheiro, como já referiu, quando chegou ao Governo em 2013 — já o disse mais do que uma vez, disse-o na sua intervenção inicial —, já tinha sido aplicado um pacote de cortes na energia computados em, sensivelmente, 2000 milhões de euros. O Sr. Engenheiro avançou com mais dois novos pacotes, ou seja, no total tivemos três grandes pacotes e, pelo meio dos dois, há ainda a questão da CESE.

Os dois primeiros pacotes de cortes nas rendas excessivas, ou seja, aquele que foi feito pelo seu antecessor e o seu primeiro — que seria o segundo, no caso concreto, do Governo — totalizaram uma redução de custos no setor elétrico de 3,5 mil milhões de euros e envolveram cortes em cogeração, eólicas, custos de manutenção do equilíbrio contratual, garantias de potência, mini-hídricas, remuneração de terrenos hídricos, distorções no mercado de serviços de sistema e centrais a carvão, tudo isto, naturalmente, com o objetivo de garantir a sustentabilidade do sistema elétrico nacional e reduzir as tarifas cobradas aos consumidores.

Sr. Engenheiro, de certeza que estes cortes, de 3,5 mil milhões de euros, não tiveram efeitos imediatos, certamente, só sentimos muitos desses cortes anos mais tarde e muitos deles também se prolongam no tempo.

Vou pegar no exemplo da dívida tarifária.

*Neste momento, o Orador exibiu um gráfico sobre «A evolução da dívida tarifária».*

Olhando para a sua evolução, fica-se com a sensação de que a dívida tarifária só começou a descer a partir de 2015, ou seja, seríamos induzidos a pensar que só com o atual Governo é que esta redução aconteceu.

Pergunto-lhe: quais as medidas tomadas pelo anterior Governo que permitem olhar para este quadro, exatamente com esta redução? Este é um mapa da ERSE, que foi aqui apresentado aquando da audição de um dos Presidentes, portanto, deixo-lhe esta pergunta, juntamente com este mapa.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, o grande teste ao talento de um político — e tentei fazê-lo, enquanto governei — e, de facto, o grande desafio da comunicação é o tema da dívida, do défice e do momento em que os resultados se concretizam.

Na altura, foi projetado na Comissão de Economia este *slide* sobre responsabilidades.

*Neste momento, o Orador projetou um slide sobre «Responsabilidades assumidas pelos Governos».*

Este *slide* é diferente dos *slides* sobre défice e dívida e foi no sentido de dizer: «Muito bem, dado que há um assincronismo entre o momento em que o défice é gerado...» — e o custo é gerado porque há uma decisão política — «... e o momento em que isso se materializa,...» — e, às vezes, podem passar 20 anos entre uma coisa e outra — «... vamos, então, dizer quem fez o quê.»

A verdade é que este gráfico mostra, ano a ano, quais foram os Governos que tomaram decisões políticas com sobrecustos e quais foram os Governos que tomaram decisões políticas com cortes, sendo que o primeiro

Governo que não gerou nenhuma renda, nenhum sobrecusto e apenas cortou foi o anterior Governo.

Agora, é evidente que é muito difícil, Sr. Deputado... Isto é imputação de responsabilidades, no fundo, é o momento em que o decreto-lei foi aprovado, ou o despacho foi assinado, ou a portaria foi assinada. Portanto, estou a circunscrever a responsabilidade ao momento efetivo da decisão política e não ao momento em que a eólica começou a funcionar ou a garantia de potência começou a ser atribuída ou o gás natural de uma central térmica começou a ser injetado, etc.

A verdade é que esta é a lista de responsabilidades políticas na definição de custos.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É especulativa...

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Dir-me-á: «Foi tudo mal-intencionado.» Claro que não! Não sou moralista ou presciente ao ponto de saber o que é que, em cada momento, determinado Governo achou que justificava determinada medida.

Portanto, os Srs. Deputados tiveram ocasião de perguntar, secretário de Estado a secretário de Estado e ministro a ministro, porque é que, em 2001, em 2002, em 2003, em 2004, em 2005, em 2006, até 2011, tomaram determinadas medidas.

Posso dizer que as medidas que tomei cortaram e que os benefícios que os consumidores vão sentir, por as tarifas não aumentarem 12% a 14% ou por não terem de enfrentar 6000 milhões de euros de dívida, decorreram das medidas tomadas entre 2012 e 2015. Isso posso dizer-lhe!

Se esse efeito só se vai verificar em 2020, bom, isso aí... Olhe, de facto, é uma dificuldade de comunicação, mas, no ADN do *superavit* tarifário, nós estamos lá. Se quiser fazer a análise genética da evolução



tarifária em Portugal, nos últimos anos, o ADN que está lá é o do anterior Governo. Quando há redução da dívida porque há *superavit*, quando há benefícios para os consumidores porque se cortou nas rendas, isso decorre de medidas tomadas há muito tempo e que vão perdurar.

O que espero, sinceramente, sem estar com processos de intenção, é que, mesmo quando já não estivermos a falar de rendas excessivas, se continue a olhar para o tema dos custos.

**O Sr. André Pinotes Batista (PS):** — *Objection!*

**O Sr. Eng.º Jorge Moreira da Silva:** — Uma coisa são custos, outra coisa são rendas excessivas. Considero que estes cortes nas rendas excessivas conseguiram resolver o problema que estava identificado.

Coisa diferente é saber se um Governo atual deve cruzar os braços e deixar de olhar para o tema dos custos. Não! Espero, e estou certo de que isso acontecerá, que se continue a olhar para o tema dos custos, até porque a tecnologia evolui, as condições de mercado também se alteram e não podemos deixar que os *Excel* tomem conta da política pública. É para isso que existem governantes, supostamente conhecedores de um determinado tema: para ir verificando se, num determinado momento, não deve avançar com medidas adicionais.

Obviamente, queria explicar, na medida do possível, este *décalage* entre responsabilidade e benefícios. No fundo, direi ao Sr. Deputado do Partido Socialista — não leve a mal — que o Partido Socialista beneficiou quase sempre deste assincronismo.

**O Sr. André Pinotes Batista (PS):** — Sr. Presidente, se me permite, queria só dizer-lhe que já pedi a palavra para uma interpelação à Mesa antes de ter dito isso. Queria só que ficasse registado.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — O Partido Socialista beneficiou sempre deste assincronismo, porque, apesar de ter tomado decisões que geraram custos, não teve de enfrentar a repercussão desses custos nos consumidores e, apesar de não ter tomado tantas medidas de corte nas rendas como o Governo anterior, está a beneficiar da sua repercussão nos consumidores.

Portanto, direi que tivemos azar e o atual Governo tem sorte, como aconteceu no passado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Pinotes para uma interpelação à Mesa, no seguimento do pedido que me dirigiu.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, vou ser muito estrito naquilo que vou dizer, sem nenhum tipo de polémica.

Nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, temo-nos focado sobretudo nas perguntas e respostas. Já por diversas vezes o Sr. Engenheiro fez — e bem, está no seu direito — especulações sobre coisas futuras.

Sr. Presidente, não quero, de forma alguma, nem tomar o seu lugar nem fazer nenhuma sugestão, mas pedia-lhe apenas a mesma tolerância relativamente a quem vai colocar as questões. Sei que a terá, mas queria só fazer esta referência.

Nos tribunais americanos, diz-se assim: «*Objection*» — especulação! Enfim, queria só fazer esta referência e, depois, o Sr. Presidente fará como entender melhor.

O Sr. **Presidente**: — Perdemos uns segundos com o que não valia a pena, até porque paciência tenho tido eu relativamente a muitas questões que são feitas e que não têm nada a ver com o objeto da Comissão de Inquérito.

Não tem sido esse, normalmente, o caso de quem cá está a responder, tem sido muito mais por parte dos Srs. Deputados e, no entanto, a Comissão e o Sr. Presidente têm tido toda a tolerância. Mas pronto, enfim, esperemos que isto não tenha quebrado o ritmo desta audição, que estava a andar a um ritmo bastante bom.

Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, pode continuar.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, muito obrigado por este quadro, que, de facto, é muito importante para os trabalhos desta Comissão e para que cada um de nós e dos portugueses possa fazer a respetiva avaliação política de quem decidiu o quê no seu devido tempo.

Sr. Engenheiro, a aplicação destes dois pacotes — estávamos ainda nos dois primeiros pacotes — permitiram, conforme disse na sua intervenção inicial, evitar aumentos tarifários e, simultaneamente, assegurar uma redução da dívida tarifária ao longo do tempo.

Só queria que confirmasse os valores, porque me pareceu dizer, na sua intervenção inicial, que permitiu evitar aumentos anuais na ordem dos 12% a 14% e assegurar uma redução da dívida tarifária, até 2020, de 6000 milhões de euros para um valor que disse ser residual, entre 600 e 1000 milhões de euros.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, há, aliás, uma grande analogia com as questões orçamentais.

Se não tivéssemos feito nada, tínhamos de nos deparar com uma evolução de custos no sistema, que geraria um défice anual que se avolumaria e que chegaria a 6000 milhões de euros, em 2020. Se não tivéssemos feito nada, no fundo, era a implosão do sistema, era deixar a

dívida... Isto é, nem as pessoas pagavam mais nas tarifas nem se cortava nas rendas e deixava-se o sistema implodir por dívida.

Ou, então, era preciso pedir às pessoas para pagarem 12% a 14%. Acham os Srs. Deputados que era aceitável, na circunstância difícil que as pessoas estavam a viver, com tantos sacrifícios, pagar 12% a 14% a mais nas tarifas, por ano? Essa solução também não era possível.

A terceira solução, que foi difícil e que envolveu muita tensão com as empresas, foi o corte nas rendas excessivas, nos custos excessivos, com estes três pacotes, que totalizaram 4000 milhões de euros.

Agora, nunca fiz política fácil com isto, Sr. Deputado. Eu disse sempre que, mesmo com o corte nas rendas, haveria um aumento nas tarifas de 1,5% a 2% ao ano, até 2020.

Isto é, podia ter dito coisa diferente, por exemplo: «Pronto, vamos cortar nas rendas e, logo que passe a haver *superavit*, vamos levá-lo às tarifas.» Não, nós considerámos que o sistema era insustentável e o *superavit* anual devia servir para cortar na dívida tarifária.

O risco era que também podia haver esse sinalagma diferente, que era dizer assim: «Muito bem, vamos cortar o suficiente para chegar a *superavit* anual. A partir do momento em que temos *superavit* anual, em vez de aumentarmos as tarifas 1,5% a 2% ao ano até 2020 e continuarmos o corte nas rendas, vamos devolver imediatamente aos consumidores, logo nesse ano, a redução das tarifas, beneficiando do *superavit*.»

O que é que significava? Estávamos a aumentar a dívida, estávamos a criar uma ilusão fácil de que estávamos a baixar as tarifas com ganhos de ontem e, na prática, estávamos a adiar para depois de amanhã e para amanhã aumentos maiores.

Portanto, fizemos sempre estes cortes de uma forma clara, dizendo: «Os cortes não são suficientes para impedir um aumento de 1,5% a 2% nas

tarifas ao ano.» Claro que o atual Governo pode decidir estabelecer uma trajetória diferente, apenas posso dizer aquilo que estava previsto até 2020.

Como disse, Sr. Deputado, chegámos a 2020 com uma dívida tarifária residual, de 600 a 1000 milhões de euros, que não está absolutamente relacionada com o «monstro» dos 6000 milhões de euros de dívida que estavam previstos para 2020.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, de entre as muitas medidas desses dois primeiros pacotes, queria falar de uma — nem é a mais importante, mas tem, naturalmente, a sua importância — que tem a ver com a redução dos CMEC. E porquê? Porque é a primeira e, até agora, única vez que houve uma redução nos CMEC.

Ora, esta medida foi efetuada num contexto de negociação com o produtor EDP, que incluía outras medidas. Ou seja, este acordo incluía também acordos no âmbito da garantia de potência, juros da dívida tarifária e central de Sines.

Qualquer uma dessas medidas a que fiz referência representava sempre um benefício para o setor elétrico nacional *per se*. No entanto, ficou também acordado que estas se efetuariam sempre num contexto de grande estabilidade regulamentar.

Das medidas constantes deste acordo a que fiz referência, ficou por cumprir uma, relacionada com a central de Sines. Porquê?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Gostava de explicar que, de facto, disse logo à partida que não cumpri tudo, Sr. Deputado.

Houve uma medida que não foi cumprida, que foi a que previa um benefício de 169 milhões de euros para o sistema elétrico, com a central a carvão. De facto, tive responsabilidade nisso.

Essa matéria não foi negociada por mim, foi negociada pelo meu antecessor e pelo Secretário de Estado Artur Trindade com a EDP. Na altura em que, em 2012, fizeram a negociação sobre o corte no CMEC e também os juros da dívida e a garantia de potência, houve um quarto elemento, que era uma receita nova, a obter da central a carvão de Sines, de 169 milhões de euros.

Essa medida nunca avançou por duas razões, e devo dizer que houve mesmo uma orientação política minha para que isso não acontecesse.

Não avançou, em primeiro lugar, porque a medida só teria efeito a partir de 2017. Ora, alguém estaria a governar — a mesma maioria ou outra — a partir do final de 2015 e, portanto, achei sempre que estar a tomar uma decisão legislativa que só ia ter efeito a partir de 2017 não era de bom-tom, seguindo a...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Não, não! A receita era só a partir de 2017, isto é, só a partir de 2017 é que essa receita ia entrar. Portanto, pensei: «Para que é que vamos estar a legislar quando, na prática, haverá um novo Governo que tem, pelo menos, dois anos para legislar?»

Mas a segunda razão é mais importante: é que, se tivéssemos tomado essa decisão, ficaríamos com carvão em Portugal até 2031.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Até...?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Até 2031! E eu julgo que ninguém nesta sala quer carvão em Portugal até 2031. Se eu pudesse, acabava com o carvão amanhã.

Qual é a questão do carvão e de Sines? E o Secretário de Estado Artur Trindade explicou: «Quando foi negociado com a EDP, esta receita nova». Isto é, na prática, a EDP ia avançar com uma receita para poder continuar a operar no mercado com CMEC depois de 2017, com essa central a carvão e estava-lhe a ser dado, julgo, oito anos.

Significa que a EDP poderia ficar até 2025 com a central a carvão a funcionar, a central de Sines, e a EDP colocou uma condição — foi-me contado na altura, e eu não estava no Governo — que era também a central do Pego, a carvão, que tinha um CAE, aderisse à mesma medida e, portanto, também tivesse de avançar com o pagamento para poder continuar a laborar em mercado depois do CAE e depois do CMEC.

Ora, essa central do Pego tem um CAE até 2023. Se lhe fosse dado oito anos a seguir a 2023 significava que tínhamos carvão em Portugal, centrais elétricas a carvão em Portugal até 2031, o que é, na minha opinião, inconsistente com o Acordo de Paris, com a política das alterações climáticas e com uma lógica de mercado.

Portanto, digo que não tomei essa medida, seja por razões de princípio, porque havia tempo para a tomar até 2017, quer seja porque me parecia que apesar de haver um benefício imediato de 169 milhões de euros, haveria um prejuízo para o sistema em termos de política climática. Julgo, aliás, que o atual Governo, nas decisões que está a ponderar no plano para clima e energia sobre o desmantelamento das centrais a carvão, beneficia desta margem de liberdade que lhe foi dada. Isto é, para este Governo, nós deixamos em aberto a possibilidade de tomar essa decisão ou não. Eu não queria carvão até 2031. Agora, dirá: «Mas porque é que não tomou esta medida quando ela estava identificada?». Não quero ser mal interpretado, mas esta é a vantagem dos bons alunos, a vantagem de quem cumpre é que quando chega a um determinado momento em que acha: «Eu tenho uma solução melhor. Posso avançar com uma outra solução em vez desta?». É

evidente que a troica não viu nisso um problema porque nós já tínhamos conseguido demonstrar não só que tínhamos cumprido os dois cortes, como tínhamos avançado com o terceiro corte.

Quando nós e o Primeiro-Ministro Passos Coelho falávamos muito da ideia de reconquistar uma liberdade plena, uma autonomia política, era isto, era libertarmo-nos da troica para podermos fazer escolhas políticas que não fossem condicionadas pela emergência, pela imposição, pelo curto prazo. E esta medida do carvão é exemplar desse ponto de vista, só foi possível não a tomar porque fomos capazes de cumprir tudo o que havia a cumprir e mais do que isso, foi por termos ido além da troica que pudemos deixar ao Governo seguinte esta liberdade de ter carvão até mais tarde ou até mais cedo. Se me perguntam a minha opinião, espero que se acabe com o carvão o mais cedo possível.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Encerrando o primeiro e segundo pacote de cortes e introduzindo agora a contribuição extraordinária para o setor energético, que fica entre o final do segundo e o início do terceiro pacote. A receita esperada era no montante de 150 milhões de euros/ano para os anos de 2014 e de 2015, esta receita era destinada, naturalmente, a contribuir para a sustentabilidade sistémica do setor.

Sr. Engenheiro, faço-lhe três perguntas: como conseguiu implementar esta medida, que tem um impacto significativo e, apesar disso, teve um baixo índice de litigância? Como conseguiu aplicar esta contribuição depois de a mesma ter sido, permita-me a expressão, negada pelo antecessor e que, inclusivamente, gerou até algum mau estar com o Secretário de Estado Henrique Gomes? Por que é que esta contribuição não foi aplicada às renováveis?



O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, penso que todos concordarão, pois estamos todos na vida pública defendendo o interesse comum, que o que interessa é a eficácia e, portanto, as coisas não se medem pela propaganda ou pela boa intenção, é, na prática, por aquilo que conseguimos fazer e esse é o talento que todos temos de ter: os Deputados, legislando, os Membros do Governo, executando e negociando.

Julgo que a CESE, esta contribuição extraordinária para o setor energético, foi importante a vários níveis: primeiro, porque o País estava numa situação muito difícil e se não fosse a CESE outro imposto teria de ser aumentado. Tive a oportunidade de dizer às empresas, que reagiram de uma forma muito, muito negativa, como imagina, seja os conselhos de administração das empresas, nomeadamente da EDP, da Galp e da REN, sejam os seus acionistas.

E eu disse-lhes, de uma forma muito frontal, o seguinte: «Todos têm de ser chamados aos sacrifícios e sendo verdade que a CESE não está associada a rendas excessivas, não é menos verdade que a CESE é importante para o Orçamento do Estado e que se não fosse pela CESE, como também pela contribuição do subsistema bancário e outras contribuições, teríamos tido de pedir aos portugueses outros sacrifícios». E, portanto, houve uma grande determinação da nossa parte, alicerçada numa razão razoável. Não houve um impulso: «Agora vamos cortar!». Não, era necessário fazê-lo porque os portugueses não podiam enfrentar mais aumentos de impostos. Ponto final!

Em segundo lugar, era preciso fazê-lo de uma forma que não fosse discriminatória e, por isso, abarcou todo o setor energético e não apenas o setor elétrico, toda a área da produção, transporte, distribuição, de eletricidade, de gás e de combustíveis líquidos. Por que é que as renováveis não foram incluídas — e também o disse na conferência de imprensa em 2013, quando anunciámos esta medida? As renováveis não foram incluídas

deliberadamente. Eu não o fiz de uma forma disfarçada, não! Eu disse na conferência de imprensa: «O Governo escolheu não incluir as renováveis». Primeiro, porque as renováveis já tinham tido uma medida recentemente, mas segundo — segundo! — porque Portugal quer continuar a liderar o crescimento verde e não podemos, à custa de nos concentrarmos no tema dos custos, pôr em causa a viabilidade de uma fileira que não é apenas energética, é tecnológica e industrial.

Portanto, eu assumo deliberadamente que não inclui as renováveis na contribuição extraordinária e isso, devo dizer-lhe, foi sublinhado pela Comissão Europeia, pelo FMI e pelo Banco Central Europeu como um sinal político relevante, isto é, o Governo português estava a fazer escolhas de política pública, valorizando aquilo que devia ser valorizado, não tratamos tudo da mesma maneira. Um CMEC ou uma garantia de potência não é comparável com o apoio às energias renováveis e nós estamos à vontade porque cortámos também nesse tipo de apoios às energias renováveis.

Terceira questão de litigância — não foi a terceira, foi a segunda porque já antecipei a terceira — eu não sou jurista. Como o Sr. Deputado sabe, sou engenheiro, não sou jurista, e, portanto, confio muito no apoio que nos foi sendo dado e aquilo que pedi sempre foi: prefiro ter medidas que são menos impactantes na comunicação pública, mas são seguras, do que estar a empurrar os assuntos com a barriga, isto é, anunciar um corte e depois os tribunais reverterem ou travarem a medida.

E não posso deixar de exibir uma certa satisfação, que espero que não levem a mal, pelo facto de até agora não ter havido nenhuma decisão contrária à posição do anterior Governo sobre a CESE. Ainda há duas semanas o Tribunal Constitucional veio confirmar, num acórdão, a viabilidade da CESE. E a verdade é que o atual Governo manteve a CESE e, portanto, eu direi que só esperava que isso fosse mais reconhecido atualmente quanto ao papel do anterior Governo. Não estava à espera de um

comício para defender o anterior Governo, mas, pelo menos, o reconhecimento de que a medida foi bem feita e foi alargada aos contratos *take or pay*. Eu sei que não estamos a falar de gás, mas Portugal compara pior no gás do que na eletricidade com a União Europeia.

Nós alargámos a CESE aos contratos *take or pay* de gás e isso permitiu partilhar com os consumidores benefícios que tinham sido capturados pela Galp nos contratos de 2006. Isto é, em 2006, quando se fez um novo enquadramento para a aquisição de energia, vinda de contratos da Transgás com a Argélia e com a Nigéria, ficou assegurado que a Transgás e depois a Galp estaria protegida, na medida em que estava a comprar gás à Argélia e à Nigéria, com as alterações dos preços de mercado.

Isto é, se de repente os preços de mercado fossem piores do que aqueles preços que foram contratados com a Argélia e com a Nigéria, esta empresa era compensada. Se, entretanto, os preços evoluíssem no sentido benéfico para a empresa, não havia uma partilha desse benefício com os consumidores. Ora, a verdade é que a evolução de preços no sistema de gás foi de tal forma que se estima que a empresa terá capturado, com os seus fornecedores na Nigéria e na Argélia, um valor financeiro muito significativo que não foi partilhado com os consumidores. E, por isso, alargámos a CESE com o montante adicional de 150 milhões só para esse contrato para partilhar esse benefício com os consumidores.

Significa que enquanto a primeira CESE — estou apenas a referir isto para que não haja confusão com a CESE 1, por assim dizer, que é a CESE que se aplica a todos e esta CESE que é só para os contratos *take or pay* — se dedica essencialmente ao Orçamento do Estado, a receita vai dois terços para o Orçamento do Estado, neste caso, a CESE sobre os contratos *take or pay* de gás foi integralmente alocada ao sistema de gás e, portanto, ao benefício dos consumidores e, por alguma razão, durante os últimos três anos

houve uma descida dos preços do gás. A razão foi esta: é porque houve esta penalização destes contratos da Galp e a entrega deste valor ao sistema.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, com a troica fora de portas, livres da troica, o Governo decidiu avançar com um terceiro pacote de cortes no setor elétrico. Entre as várias medidas que foram adotadas neste terceiro pacote, há uma que eu gostaria aqui de abordar, que tem que ver com o alargamento da tarifa social na eletricidade.

Nós sabemos que esse alargamento tinha por objetivo, naturalmente, abranger o número de pessoas que pudessem dele beneficiar, mas também uma redução percentual do próprio custo da eletricidade.

O Sr. Engenheiro fez referência de que o objetivo era passar de 60 000 para 500 000 famílias, o que significa qualquer coisa como 1,5 milhões de utilizadores, e uma redução do preço da eletricidade em 34% e não dos 20% que estava inicialmente.

As perguntas que tenho para lhe fazer são simples e são quatro.

A primeira é se esta medida teve o acordo — e vou terminar com as quatro perguntas de uma só vez, Sr. Presidente — das empresas do setor; a segunda pergunta é saber se os valores da tarifa social são suportados pelas empresas do setor ou se são repercutidas na tarifa de outros clientes; por que motivo houve necessidade de alterar o mecanismo de adesão em 2015 e quarta e última pergunta, se esta medida foi alterada pelo atual Governo e se foi, quais as principais diferenças e implicações.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, a tarifa social já estava em vigor, que, como todo os Srs. Deputados sabem, permitia um desconto de 20% para algumas pessoas mais vulneráveis. Na altura, o Governo decidiu alargar e torná-la mais ambiciosa, alargar a mais cidadãos, isto é, quem fosse beneficiário de complemento solidário para idosos, de

rendimento social de inserção, de subsídio de desemprego, de pensão de invalidez e de velhice, mas também alargar a todos os escalões do abono de família. A tarifa social que vigorava apenas incidia sobre beneficiários de três escalões do abono de família e o Governo alargou a todos os beneficiários. Essa foi a primeira medida, foi alargar a mais beneficiários.

A segunda medida foi torná-la mais ambiciosa: em vez de um benefício na tarifa de 20%, passou para 34%, sendo que o acréscimo é financiado não pelos consumidores, mas pelos produtores. O que é que estava a ser pago pelos produtores com a tarifa social anterior? Um milhão de euros.

Na perspetiva de que vamos chegar a 500 000 consumidores e esse continua a ser, presumo, o objetivo da parte do Estado, significa que os produtores estão a pagar 25 milhões de euros. Eu nem sequer contabilizei isso naqueles quadros iniciais, nós aplicamos 25 milhões de euros de corte adicional aos produtores de eletricidade para financiar a tarifa social, e, ao longo de 12 anos — e digo 12 anos porque, como sabem, o Secretário de Estado Artur Trindade disse isso —, fomos vendo a evolução dos cortes até 2027.

Isto é, se fizermos a conta, até 2027, o valor total do contributo adicional, que foi exigido aos produtores de eletricidade para financiar a tarifa social, é de 300 milhões de euros e, desta parte, 180 milhões de euros incidem sobre os produtores com CMEC, CAE e garantia de potência.

Portanto, até direi mais: o corte total que fizemos no CMEC foi quase 400 milhões de euros, porque aos 200 milhões de euros de corte no CMEC no primeiro pacote de custos excessivos, 205 milhões de euros, se somar a isso o efeito do financiamento na tarifa social, que está a acontecer agora, isto é, está a ser financiado hoje também, isso vem das centrais com CMEC e com CAE e não é repercutível.

Portanto, nós dissemos sempre, e houve até alguma tensão com as empresas, que as empresas não podiam repercutir na revisibilidade do CMEC ou nos seus custos, o financiamento da tarifa social. Houve um acordo com as empresas? Não, não houve negociação com as empresas quanto à tarifa social. Qual era o objetivo? Chegar a 500 000 consumidores! Conseguimos? Não, ao fim de um ano conseguimos duplicar o número de beneficiários, passou de 60 000 para perto de 120 000 consumidores. Sei que o atual Governo decidiu alterar as regras de acesso à tarifa social e, portanto, houve um mecanismo mais automático de acesso à tarifa social, mas direi que o essencial mantém-se. O essencial é: quem é elegível? Aqueles que foram identificados pelo anterior Governo. Quem financia? As empresas do sistema tal como tinha sido definido. O que é que eu espero? Que haja êxito!

Não tenho aqui nenhum tipo de clubite, espero sinceramente que o atual Governo tenha o maior êxito possível na concretização da medida da tarifa social que foi desenhada pelo anterior Governo com as medidas que entretanto foram tomadas de maior automatização na sua implementação.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado André Pinotes Batista.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, seja muito bem-vindo a esta Comissão.

Antes de mais gostaria de lhe dizer como acho importante o Regime Jurídico das Comissões Parlamentares de Inquérito, Lei n.º 5/93, onde se pode ler no artigo 8.º, n.º 2 que as comissões parlamentares de inquérito apenas têm por objeto os atos ocorridos na legislatura anterior, de forma resumida.

Feita esta nota prévia o Sr. Engenheiro já teve oportunidade de prestar alguns esclarecimentos, que muito agradecemos. Vou tentar não repetir

questões que devido ao adiantado estado da nossa audiência é possível que isso ocorra e, no caso de estar a repetir alguma questão que já tenha sido colocada, que possa dar dados adicionais sobre as mesmas.

Quando disse que se ia cingir ao papel de governante na altura eu interpretei como uma forma de delimitar relativamente às funções que tem hoje, o que é facto é que no decorrer das respostas que foi dando às perguntas que foram feitas acabou por especular por diversas vezes, pelo que vou tentar confrontá-lo com algumas coisas que aqui disse, porque, nomeadamente por três vezes se referiu ao que está a acontecer agora e aos receios que tinha para o futuro e o objeto da nossa Comissão, de facto, não é esse.

De todo o modo, é útil – e ainda por cima ouvindo uma personalidade, permita-me que lhe diga, com o mérito que eu lhe reconheço — ouvir a sua opinião, mas para a Comissão Parlamentar de Inquérito vamos remontar um bocadinho mais atrás.

Já teve oportunidade de falar aqui de tudo e de mais alguma coisa, incluindo das 1000 viaturas elétricas, tudo isso e é muito importante, mas eu vou começar pelo essencial do objeto desta Comissão.

Disse numa entrevista, já aqui aludida, a 21 de julho de 2014, que já não existem rendas excessivas no setor elétrico. Como sabe, já várias vezes ouvimos aqui as versões que existem que não existem e, como lhe disse, não sofro de clubites... Às vezes, há as clubites dos nucleares, das elétricas e dos fósseis, que são clubites diferentes, e eu gostava de confrontá-lo com estas duas questões: existem ou não existem rendas – e as clubites não partidárias, mas estas clubites de afinidades eletivas –, o que é que lhe apraz registar durante a sua ação governativa e não sobre o futuro, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas suas questões. Eu conheço e sou muito respeitador do Regimento e valorizo muita esta Comissão. Apesar de não viver em Portugal tenho

acompanhado o trabalho e a forma muito empenhada como os Srs. Deputados têm escalpelizado tudo e mais alguma coisa, acho isso muito importante e quero sublinhar isso. Agora, Sr. Deputado, não é especular, eu hoje não posso fugir à avaliação das medidas que tomei, isto é, sempre que as medidas que tomei entretanto foram descontinuadas ou alteradas não pude deixar de sinalizá-lo, umas vezes de uma forma negativa, outras vezes até de uma forma positiva.

Aquilo que eu disse sobre a tarifa social, repare, do seu ponto de vista é uma especulação. Ora, eu disse que espero que o atual Governo tenha o maior êxito na implementação da tarifa social com um mecanismo mais automático.

Da mesma maneira lamento que os incentivos à mobilidade elétrica tenham sido revertidos ou que outras medidas, nomeadamente da fiscalidade verde, não tenham sido prosseguidas, mas eu estava a falar da minha fiscalidade verde, não estava a falar da fiscalidade verde deste Governo, portanto, no fundo, peço que perceba que não estou aqui a avaliar o atual Governo; estou a avaliar, de facto, a implementação de medidas que tomei que vão além do período em que servi Portugal no Governo.

Quanto às rendas excessivas sei que há aqui uma grande questão semântica e tive oportunidade de ouvir várias pessoas que depuseram nesta Comissão. Chamemos-lhe rendas ou custos excessivos, que existiam, é um facto, caso contrário é uma verdade de *La Palisse*, se não existissem rendas nem custos nós não tínhamos cortado 4000 milhões.

Portanto, eu sei que alguns preferem falar em rendas outros preferem falar em custos, a verdade é que esses sobrecustos existiam e foram cortados. Coisa diferente é: ainda existem rendas excessivas? E quando saí do Governo, na altura em 2014, não era a saída do Governo, mas era a saída do Memorando de Entendimento e era ao fim do terceiro pacote, eu disse: «considero que a partir do terceiro pacote já não existem rendas excessivas.



Isto é, de acordo com a avaliação que fizemos, e com a informação que tínhamos na altura, considerei que os três pacotes tinham concluído todo o corte nas rendas excessivas, mas se olhar para o programa eleitoral do PSD, da PAF, em 2015, verificará que foi incluído um ponto relativo à redução do custo continuado no sistema.

Isto é, uma coisa é existirem rendas excessivas, outra coisa é a necessidade de continuar a olhar para a sustentabilidade do sistema e sempre que se identificassem mecanismos de maior eficiência nos custos avançar com eles.

Portanto eu não acho, tipo Fukuyama, que foi o fim da história, não acho que sou a última coca-cola do deserto e que, depois de mim, já não há mais rendas excessivas a cortar. Eu direi que conseguimos cortar nas rendas excessivas e não apliquei mais medidas, porque mais não encontrei para aplicar na altura. Coisa diferente é saber se ainda há mais a fazer e claro que há, pelo que eu espero que, de acordo com os trabalhos que estão a realizar e que os partidos também estão a realizar autonomamente, se continue uma lógica de sustentabilidade do setor elétrico que deve ser compatível, Sr. Deputado, com a lógica do crescimento verde.

O Sr. Deputado perceberá o que estou a dizer, eu acho que Portugal não pode matar a sua vantagem de pioneiro. Numa altura em que ninguém pensa noutra coisa se não no crescimento verde e nas renováveis...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Até eu! Não penso noutra coisa!

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — ... é quase anacrónico o ambiente em que vivemos em Portugal que é o de tentar transformar as energias renováveis no alibi para todos os custos.

Como vê o Sr. Deputado muitos custos foram cortados desde logo na cogeração e, como imagina, não sou muito popular junto das empresas da

cogeração, nem eu, nem o Sr. Prof. Álvaro Santos Pereira, depois de um corte de 900 milhões de euros. As empresas tinham esse apoio porque precisavam dele por razões industriais. Eu sou do Vale do Ave e sei bem a importância da cogeração para o setor têxtil enquanto política industrial, ora, isso deve ser pago pelo sistema elétrico? Não, como também acho que a contribuição audiovisual quanto mais depressa desaparecer da fatura elétrica melhor, agora, alguém tem de pagar contribuição audiovisual, alguém tem de continuar a ter política industrial para o setor têxtil. Deve ser através da cogeração? Não! Portanto, Sr. Deputado, o que lhe estou a dizer é que, apesar de considerar que quando saí do Governo já não existiam rendas excessivas, continua a ser necessário colocar uma lente em cima do sistema elétrico e do sistema energético para proteger os consumidores e a sustentabilidade do setor.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Obrigado, Sr. Engenheiro, não deixa de ser irónico, porque das suas palavras acaba por se inferir... Ainda há bocado me lembrei daquela referência que fez de reformar, de gerir, pelo que aquilo que se depreende do que disse é que reformou agora é só gerir, portanto, na política, afinal, também temos de fazer gestão.

Porém, gostava de confrontá-lo com um dado que tem a ver com o seguinte: como é que enquadra essa sua apreciação com o facto de a ERSE dizer que o ajustamento global final, que tem de ser feito, ainda é de 154 milhões de euros? Ou seja, considera que ainda existem rendas excessivas no valor de 154 milhões de euros ou considera que esta posição não é sustentada tecnicamente?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, sinceramente, eu não lhe sei dizer, eu quando não sei não invento. Enquanto estive no Governo não tive nenhum relatório nem da ERSE nem da troica que tivesse

identificado alguma renda excessiva. Se o atual Governo e os Srs. Deputados dispõem de informação nova, eu na altura não dispunha, tanto que quando acabou o programa de ajustamento a troica validou o fim do programa de ajustamento. Isto é, não fui apenas eu a dizer que já não havia rendas excessivas, porque a troica, na sua última avaliação, validou a trajetória de sustentabilidade dos cortes. Se entretanto a ERSE tem informação nova, eu aí não posso ajudá-lo porque não conheço, não sei, mas os Srs. Deputados têm todas as condições para escrutinar melhor essa matéria.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Engenheiro, vamos, então, só falar um pouco das contas que aqui nos trouxe e não infira das minhas palavras qualquer tipo de desconfiança das contas que faz, mas nós já levamos algum tempo de trabalho nesta Comissão, eu já tive oportunidade de saber as contas que o meu colega Hugo Costa fez, que o Deputado Jorge Costa fez e outras pessoas também, aliás, o seu antecessor também fez as contas e há uma coisa que sabemos é que não podem todas ser verdade em simultâneo.

Nós sabemos que os números às vezes podem ser torturados, outras vezes são apenas alvo de análises diferentes ou partirem de bases diferentes, mas eu gostava que escarpelizasse um pouco mais esta questão, porque na sua apresentação divide em três pacotes os cortes que foi fazendo, 2,1 milhões de euros teriam sido feitos inicialmente, depois 1,3 milhões de euros num segundo, já da sua responsabilidade, mais 1 milhão que soma de um terceiro pacote — e peço-lhe que explique melhor a questão deste terceiro pacote — e que dissesse, da forma mais categórica que lhe for possível, qual foi, de facto, o valor de cortes que ocorreu. Já percebi que tem muito orgulho nisso e, portanto, gostava que assumisse claramente um valor.

Gostaria, ainda, de saber como é que analisa os diferentes valores que têm sido apurados, porque nós vamos ter de apurar se existem rendas

excessivas ou não e se existiram em determinado momento ou não. O seu gráfico é, de facto, interessante, tenho pena que fique por 2014, mas não tenho pena por si, tenho pena porque seria uma análise interessante ver quem gerou as assimetrias, e a *décalage* no tempo, das medidas políticas de cada um, é seria importante fazer, também, essa análise também para o futuro.

Eu tenho uma visão otimista, mas isso não cabe agora aqui nesta Comissão e, portanto, pergunto: qual é, de facto, o valor e como é que analisa estes valores diferentes que vários protagonistas vão referindo sendo que não podem estar os números todos certos, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, eu acho que tenho uma vantagem, fui o último ministro do anterior Governo e, portanto, tenho, obviamente, mais informação do que o meu antecessor sobre o que foi o período 2013/2015. Portanto, eu confirmo os valores que o Prof. Álvaro Santos Pereira partilhou convosco, de facto, cortou 2080 milhões de euros, e todas as medidas que estão aqui no primeiro pacote foram aprovadas e vão sendo implementadas.

Assim, se me pergunta se os 2080 milhões de euros já estão no sistema, digo-lhe que não porque nem todos os megawatts estão a funcionar, ou seja, há mini-hídricas, hídricas, ou centrais de cogeração, que perderam um determinado apoio mas que não estavam a funcionar, quando estiverem a funcionar como está previsto esse corte concretiza-se.

Portanto, se me pergunta se há alguma medida deste primeiro pacote que não tenha tido um decreto-lei ou um despacho a aprovar digo-lhe que não, todas tiveram.

Sobre se há alguma informação hoje que me leve a pensar, com a informação que obtive nos dois anos seguintes ao meu antecessor, que algum destes cálculos não bate certo com a estimativa que fez, digo-lhe que não

porque saí do Governo com a convicção de que este potencial de 2080 milhões de euros se verificava.

Em segundo lugar, se há alguma medida, já do meu tempo, que não tenha sido aplicada e que totalizava 1312 milhões de euros, há, de facto, a medida do carvão.

Eu disse logo no início que a poupança não foi de 1312 milhões de euros, mas foi sim esse valor menos 169 milhões de euros.

Terceira questão, se há alguma medida do terceiro pacote que não tenha sido aprovada respondo que não, todas foram aprovadas. Consigo estimar todos os custos? Não!

Portanto, aquele valor superior a 4000 milhões de euros é um valor prudente, porque nessa contabilização não estou a contar com o diploma dos combustíveis simples. Isto é, não estou a estimar quanto é que os consumidores beneficiaram com os combustíveis simples, apesar de estar neste terceiro pacote, e não estou a estimar quanto é que beneficiaram com a botija de gás ou com aquele elemento de acesso virtual ao sistema.

Na altura, quando fizemos estes cálculos, nem sequer quis incluir isso no valor total de cortes, cerca de 1000 milhões de euros, porque me parecia subjetivo.

Sr. Deputado, digo-lhe, com toda a certeza, com a informação de que disponho, que os cortes que foram de facto concretizados por legislação, despachos e portarias ultrapassaram os 4000 milhões de euros.

Há áreas em que é mais fácil estimar os cortes. A contribuição extraordinária sobre o setor energético até foi estimada por defeito. Aqui contabilizei 300 milhões de euros, porque foram os 150 em 2014 e os 150 em 2015, mas, entretanto, o Governo onde estive decidiu, no Programa de Estabilidade e Crescimento, naquela informação orçamental plurianual comunicada à troica, que cortaria 50% da CESE no ano seguinte. Portanto,

estava previsto um corte adicional. Mas nem sequer incluimos aqui. Porquê? Porque era uma coisa que não tinha sido verdadeiramente aprovada.

Estamos a contabilizar um corte de 300 milhões de euros. Isto é, há um benefício de 300 milhões de euros em 12 anos para os consumidores que é integralmente suportado pelos produtores de eletricidade.

Sobre os *take or pay*, como lhe disse, foram 150 milhões de euros não para o Orçamento do Estado mas para os consumidores de gás.

Sr. Deputado, sou uma pessoa de boas contas. Não o posso obrigar a acreditar em mim, mas, de acordo com a informação que tenho e com todos os cálculos que fiz — e, de facto, fui o último a sair desse Governo —, cortámos seguramente mais do que 4000 milhões de euros, sendo que a verificação desses cortes não é imediata.

A pergunta que está implícita, obviamente, é: quantos dos 3000 milhões do setor elétrico já estão nas tarifas? A ERSE dirá: «Ainda não está tudo!». Os presidentes da ERSE que aqui estiveram disseram que ainda não está tudo nas tarifas. Claro que não pode estar, porque nem todos os projetos entraram em funcionamento. De acordo com aquilo que esperamos, quando todos os projetos que estão no *pipeline* que sofreram um corte entrarem em funcionamento, atingir-se-á estes 3200 milhões de euros dos primeiros dois pacotes. Isso não tem a ver com sistema elétrico, apenas com o outro pacote de mais 1000 milhões de euros.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Engenheiro, há, de facto, muitas formas de dizer a verdade e eu não tenho nenhuma razão para duvidar de si nem das suas contas. Mas, apesar dos assincronismos que aqui demonstra, é uma questão de honestidade intelectual assumirmos que aquilo que disse é verdade.

As decisões que são tomadas têm impactos diferentes e nem todas as intenções de corte, se me permite o eufemismo, têm consequência ao mesmo

tempo, pois são de natureza diferente, são instrumentos diferentes, têm legislação diferente.

Ainda assim, compreendendo esta multiplicidade de fatores, o Sr. Engenheiro isola a decisão para a quantificação na decisão política. Eu compreendo, mas tenho de lhe perguntar: ao dia de hoje, desde que saiu do Governo, consegue dizer que percentagem é que se concretizou destes 3200? Vai em linha com as estimativas que tinha na altura?

Penso que é compreensível que assuma que é no momento da decisão, porque era decisor político, que tem de contabilizar, mas compreenda também que tenho de lhe colocar estas perguntas de quanto é que na realidade se executou destes 3,2 milhões de euros de decisão política e se existem desvios relativamente àquilo que esperava na altura.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, cada um pedala a sua bicicleta: a bicicleta do Governo era tomar medidas e a bicicleta dos promotores de eletricidade era pôr os projetos a funcionar. Ora, não posso responder pelos atrasos ou pela *décalage* na entrada de projetos em funcionamento.

Portanto, o que posso dizer é que os 4000 milhões de euros identificados foram alvo de medidas. Se já todas as medidas produziram cortes? Não, porque não se pode produzir corte sobre um corpo que ainda não existe. Esse corte não se pode materializar em projetos que estão contratualizados mas que ainda não entraram em funcionamento.

O Sr. Deputado não tem razões de preocupação. Quando me pergunta pela execução, no fundo, quer perguntar «deixou alguma coisa por fazer?». Não! Não posso é ser responsável...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Quero saber se sortiu efeito, não quero saber o que deixou por fazer!

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Se sortiu efeito? Sortiu. Isso vê-se já nas tarifas e na evolução tarifária do *superavit*. Se já sortiu todo o efeito? Não, ainda não sortiu todo o efeito porque ainda não surgiram todos os projetos que estavam identificados.

Perceberia a sua pergunta se o que estivesse subjacente a ela era: «identificou essas medidas, mas, se calhar, deixou algumas por executar». Não, foram todas executadas. A incidência prática das medidas é que depende da entrada em funcionamento delas e da sua cadênciã.

Ainda tentei, confesso, mas não tive talento para isso, seguindo o Deputado do Partido Comunista Português que em tempos trouxe para aqui peças de lego, encontrar uma forma de explicar a diferença entre défice e dívida entre o momento diferente em que se toma uma decisão e o efeito prático dessa consequência nos consumidores. Acho que, em todo o caso, não tendo trazido legos, aquele gráfico que mostrei ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira acabou por demonstrar que uma coisa são decisões e responsabilidades e outra coisa é o momento em que isso chega ao bolso dos consumidores. E isso vai-se materializando à medida que os projetos vão entrando em execução.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Corroboramos esse importante desígnio de não perder a vantagem de ser pioneiro.

De facto, a transição energética é, na nossa perspetiva, uma enorme prioridade e estamos em crer que houve uma alteração aí. Clubismos à parte, houve uma alteração de paradigma em Portugal que continuará a fazer caminho.

Tenho de lhe fazer uma pergunta. Falou aqui de 1834 milhões de euros cortados à EDP, de 385 milhões cortados à Galp — até fez uma resenha sobre



isso — e de 1761 milhões de euros cortados à REN. Foi um mau ministro para estas empresas?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Seguramente, não sou o mais popular nessas empresas, Sr. Deputado. Ninguém está nisto para ter popularidade.

Se fui sempre frontal? Fui! E essa é uma questão importante. É possível cortar mas fazê-lo de uma forma dissimulada e criando insegurança no investimento. Ora, estes cortes que foram feitos sobre estas empresas não foram bem recebidos por nenhuma delas, mas nunca me viu, nos jornais, queixar dos protestos, das manifestações dos acionistas, dos conselhos de administração. Isso faz parte da vida de cada um. Quem vai para o Governo, vai servir o interesse público, o que significa que há momentos em que somos sujeitos, obviamente, a críticas e a manifestações de oposição.

Coisa diferente é saber se fui opaco ou pouco transparente ou pouco frontal na relação com as empresas. Não! Sempre que houve cortes, reunimos com as empresas, mas não significa negociar. Houve momentos em que foi necessário negociar, como em 2012, porque estávamos a lidar com os CMEC, uma medida que estava juridicamente salvaguardada. Portanto, o meu antecessor teve de negociar esse pacote com a EDP. Já eu não tive se negociar as medidas seguintes, isto é, a CESE não foi negociada, a tarifa social não foi negociada. Não houve nenhuma negociação, houve, sim, reuniões e transmissão da nossa posição de uma forma muito clara. E também houve manifestação de oposição e de desagrado dessas empresas e, inclusivamente, algumas foram para os tribunais.

Perdemos algum processo? Não! Até agora, não se perdeu nenhum processo. As empresas poderão queixar-se de falta de transparência ou de frontalidade na relação connosco? Não! Não sou seguramente a pessoa mais popular junto destas empresas, mas não há nenhum investidor ou empresa

em Portugal que possa dizer que teve de lidar com medidas que não foram suficientemente estudadas e explicadas. Houve sempre um bom racional.

Nada me move contra a EDP, a Galp ou a REN, mas a verdade é que tudo me moveu sempre a favor dos consumidores portugueses. Isso significou que apliquei medidas, em determinado momento, que não foram as mais favoráveis para as empresas, muito pelo contrário, mas foram preponderantes para o benefício dos consumidores.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Alega ter cortado muitos milhões a estas empresas e também alega ter tido uma grande influência na conceção do Programa da PàF (Portugal à Frente). Nesta Comissão, tanto ouvimos dizer que não só não existia um *lobby* a favor da EDP como havia um *lobby* fortíssimo contra a EDP. Já ouvimos de tudo nesta Comissão!

Pergunto-lhe: foi pressionado? Sentiu estes *lobbies*, sabendo que eles são naturais na vida pública mas às vezes passam determinadas fronteiras? O que lhe apraz dizer sobre esta matéria durante o seu tempo de governação?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, cada um faz o que deve fazer. As empresas têm acionistas e os gestores respondem pelos acionistas, não respondem pelos contribuintes, nem pelos eleitores, nem pelos cidadãos. E é evidente que essas empresas manifestaram, em diversas ocasiões, e em alguns momentos de uma forma muito vigorosa, a sua oposição em relação a estas medidas.

Andei na praça pública a queixar-me? Não! Privilegiei sempre a eficácia!

Lido com esse tipo de dificuldade há muitos anos. O Sr. Deputado teve a simpatia de recordar o facto de eu trabalhar nestas áreas há algum tempo. Fui Deputado europeu entre 1999 e 2003 — tinha 28 anos — e desenhei, e fiz aprovar, o primeiro sistema de comércio europeu de direitos de emissão,

que incluiu 11 000 empresas europeias. Foi a primeira vez que se definiu um sistema em que as empresas passaram a ter um custo de carbono. Como imagina, nenhuma das 11 000 empresas que foi afetada pelo sistema se congratulou com o trabalho que realizei.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Pois, imagino!...

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — A verdade é que o fiz de uma forma determinada e ouvindo toda a gente. Nunca fechei as portas. Mas na hora da verdade decide-se e legisla-se em favor do interesse comum. O mesmo aconteceu quando estive no Governo.

Até houve pessoas do meu partido, inclusivamente, que me disseram: «Devias comunicar mais esta coisa dos cortes e de estar contra os *lobbies*». Mas eu privilegiei sempre a eficácia. Espero ser avaliado pelo que fiz e não pelo número de *sound bites* ou de capas de jornais que poderia fazer a dizer que estou a ser pressionado por este ou por aquele. Cada um aguenta-se. Consegui aguentar-me sempre com todo o tipo de iniciativas que foram desenvolvidas pelas empresas e nunca me queixei.

Acho que isto reponde à sua pergunta.

Se há *lobbies*?! Chame-lhe o que quiser... Há empresas que servem interesses legítimos dos seus acionistas e devem responder pelos seus acionistas.

Quando há um Governo que toma medidas contra essas empresas, que foi o caso, elas não ficam sentadas.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É da vida, não é?!

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Claro que se manifestaram contra e, inclusivamente, como imagina, falo também de acionistas de outros países, isto depois da privatização.

Houve uma enorme manifestação de desagrado por parte de vários acionistas, quer da REN, quer da EDP, por causa destes cortes. Mas tive oportunidade de dizer aos presidentes dessas empresas, de uma forma frontal, nem por carta, nem por via travessa, que Portugal está em crise, que os consumidores portugueses não podem ter mais sacrifícios do que os impostos que lhes estão a ser pedidos, que os sacrifícios tocam a todos. Também disse: «Peço desculpa pelo facto de terem a expectativa de que, por terem comprado uma empresa num determinado momento, nunca mais haveria legislação que enfrentasse os benefícios das empresas.

Esses benefícios são, obviamente, uma expectativa que as empresas tinham, mas era necessário realizar o corte para proteger os consumidores.

A verdade é que os acionistas, embora tenham manifestado a sua contestação, inclusivamente alguns foram para tribunal, perceberam, de uma forma clara, com quem estavam a lidar.

Sabe, acho que o valor da frontalidade é muito importante, porque as pessoas sabem com o que contam — previsibilidade. O chá e a simpatia não são o combustível da ação política. É preferível saber com o que contam do que achar que há uma flexibilidade que decorre do nível de pressão.

Portanto, Sr. Deputado, acho que os resultados respondem por si.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Engenheiro, o que lhe vou dizer é genuíno: tenho-o como um homem sério, um homem inteligente e um homem transparente, mas, na sequência das audições que aqui temos feito, não podemos perder o fio condutor.

Na sua intervenção falou da clareza com que falava com as empresas, enfim, o *lobby* faz parte da vida e não andou a queixar-se, tendo optado por

dar primazia à eficácia e não aos *sound bites*, e tenho de lhe perguntar se Álvaro Santos Pereira e Henrique Gomes se queixaram demais. Não se aguentaram? Foram suscetíveis aos *sound bites*?

Tenho de lhe perguntar, porque acho que é importante para o nosso esclarecimento, se foi eficaz ou se houve alguma ineficácia?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Em relação ao Sr. Dr. Henrique Gomes — tenho de confessar que não o conheço —, não tenho nenhum tipo de avaliação, não tenho nenhum tipo de relação com ele e, portanto, tenho dificuldade em avaliar as intenções que tinha.

A verdade é que o sucessor do Dr. Henrique Gomes cortou. O Dr. Artur Trindade conseguiu concretizar esses cortes.

Agora, avaliar as intenções do Dr. Henrique Gomes e declarações que tenha feito, não tenho condições para o fazer. Porém, já tenho em relação ao Professor Álvaro Santos Pereira, que, de facto, conseguiu cortar aquilo com que se comprometeu, que foram 2080 milhões de euros, com o seu Secretário de Estado Artur Trindade, que, depois, também colaborou comigo. Portanto, é factual.

Não vou estar a avaliar pessoas com as quais não tive a oportunidade de reunir nem de perceber as razões. Direi que o Dr. Henrique Gomes teve sempre uma preocupação legítima com o tema dos custos e julgo que os cortes que foram feitos depois dele acabaram, seguramente, por ser também uma forma de assegurar a consistência de todos os membros do Governo.

Como lhe disse, pode haver tempos diferentes, medidas diferentes, comunicação diferente, mas não houve uma alteração de estratégia.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito objetivamente, a Portaria n.º 133/2015, a que já aqui aludiu, foi considerada ilegal e inconstitucional. Vê aqui apenas uma questão de formalismo jurídico e nada mais?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, considero que a medida que foi tomada é uma medida que protege os consumidores e que poupa 220 milhões de euros. Se há questões jurídicas que têm de ser sanadas, que o sejam. Agora, não se perca o foco, que é evitar que os projetos fiquem por fazer por avaliações ambientais negativas e com isso se tenha de devolver a essas empresas os valores avultados que desembolsaram.

Se é necessário encontrar um outro mecanismo, que se encontre. Mas o anterior Governo considerou, de acordo com a avaliação jurídica que fez, que poderia ter sido feito através daquele instrumento jurídico; se o atual Governo considera que é necessário um outro instrumento jurídico, que o encontre, mas não se encontrem subterfúgios jurídicos para questões que são de natureza política e de fundo. E, na questão de fundo, aquela medida protege os consumidores e corta uma renda.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Uma última questão nesta ronda de perguntas, que me parece também importante.

Vai perdoar-me o plebeísmo mas o Professor Abel Mateus, ex-Presidente da Autoridade da Concorrência, disse aqui, e gostava de o ouvir sobre isto que ainda não foi muito afluído, sobre a liberalização do mercado energético, que — perdoe-me a expressão — «é uma balela».

Gostava de lhe perguntar se concorda com a tese — não com o vocabulário — e em que medida é que, na égide do Governo de que fez parte e das decisões que tomou, que já percebi que valoriza muito, a liberalização favoreceu ou prejudicou os consumidores. Não lhe vou perguntar se havia alguma coisa que faria diferente, mas gostava de lhe perguntar como avalia esta liberalização — nas palavras do Professor, «esta balela».

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, não acho que seja «uma balela». Acho que a liberalização do setor foi importante mas não alcançou ainda todos os resultados. Não vale a pena estar com eufemismos! Foi relevante, porque aumentou a liberdade de escolha dos consumidores, mas não está concluída.

Sabe qual é o maior obstáculo a isto? É o tema do isolamento da Península Ibérica. Por isso é que, no início, falei das interligações.

Enquanto tivermos um mercado ibérico da eletricidade que não tira partido da interligação energética, temos sempre o limite da economia de escala. Portanto, os consumidores portugueses não conseguem tirar partido do acesso a outro tipo de fornecedores a um custo mais baixo e não conseguem também beneficiar da exportação de eletricidade para França e para o continente europeu.

Julgo que esta matéria — falei nisso na intervenção inicial — é uma matéria importante, muito importante. Sei que não tem sido um tema central nesta discussão mas julgo que é um dos grandes desígnios da política energética em Portugal. Precisamos de mais mercado, mais concorrência, e só há mais concorrência se tivermos mais acesso ao mercado europeu. Chega de uma ilha energética na Europa chamada Península Ibérica! É necessário ter coragem, bater o pé, não deixar que os acordos que foram aprovados resvalém depois em termos de calendário.

O Sr. Deputado sabe bem a resistência que em França existe a isto. A minha congénere Ségolène Royal e o antigo Presidente Hollande tiveram uma grande coragem, quero sublinhá-lo, ao assinar aquele acordo connosco, porque a burocracia, a tecnoestrutura e as empresas francesas estiveram sempre contra as interligações com a Península Ibérica.

A verdade é que com a nossa pressão, utilizando a bomba atómica que é o bloqueio nos Conselhos, no Europeu, da Energia e Ambiente, foi possível alcançar este acordo com o contributo muito ativo de França. Agora a

pressão não pode abrandar, porque os governos mudam, os protagonistas mudam e tem de se manter a pressão, tem de se continuar a ter reuniões ao nível político, não se pode deixar de reunir todos os anos, não se pode deixar de dizer que esta é uma prioridade, e não é só a eletricidade mas também o gás.

Sr. Deputado, isto é muito importante para a questão que referiu, que é a conclusão de um mercado da energia. Não há mercado enquanto estivermos isolados na Península Ibérica.

Portanto, não acho que seja uma balela, já muito se evoluiu, mas é necessário o acesso ao mercado europeu para exponenciar totalmente o benefício do mercado ibérico da energia.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir com o Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, quero cumprimentar o Sr. Eng.º Moreira da Silva e agradecer-lhe os esclarecimentos que até agora prestou.

O Governo de que fez parte enviou à Comissão Europeia um relatório, em novembro de 2012, em que apontava o dedo à Comissão pela decisão da aprovação do Decreto-Lei n.º 240/2004, nomeadamente por considerar que a definição das taxas para fixação da remuneração do CMEC e o modelo de cálculo da indemnização a pagar pela EDP pela extensão do domínio hídrico estavam mal feitos, que as opções tomadas na altura foram erradas e que isso orçava em 300 milhões a menos para os consumidores no caso dos CMEC e 600 milhões de euros a menos no caso do domínio hídrico.

A correção que foi introduzida na taxa de juro dos CMEC pelo seu Governo diminui estes 300 milhões para qualquer coisa em torno dos 205 milhões, admitamos — há aqui uma divergência de valores entre o Governo



e a ERSE, porque a ERSE diz que são 120 e não 205 —, que reduz nos CMEC essa perda para os consumidores em 100 milhões. Porém, ficamos com 600 milhões do lado do domínio hídrico mais 100 milhões, portanto, 700 milhões a haver em relação a este mau cálculo destas duas parcelas.

Estas são conclusões do Governo de que fez parte e que remeteu a Bruxelas.

Se a isto somarmos a central de Sines, que também, na boca do seu Governo, foi uma extensão sem a devida compensação ao sistema, e a ERSE, há pouco tempo, quantificou-a em 500 milhões de euros de vantagem para a EDP essa extensão, ficamos com um valor em torno dos 1200 milhões de euros a favor da EDP que nunca foi objeto de nenhuma correção embora o seu Governo reconhecesse como errada a forma como estes cálculos foram feitos. Por que é que deixou tudo por fazer nestes capítulos?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, uma correção: eu não estava no Governo em novembro de 2012.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sim, mas deve ter conhecido este relatório.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Este é um relatório que...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ele foi produzido pelo Diretor-Geral e pelo Secretário de Estado da Energia que permaneceram...

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — O Secretário de Estado Artur Trindade.

Do que me recordo, foi em relatório feito na mesma altura em que se tomou a medida do corte do CMEC e em que houve a negociação com a EDP em relação àqueles quatro elementos.

Não lhe consigo dizer, porque não estava no Governo na altura, por que é que na negociação então feita os valores atingidos foram de 205 milhões, ou se poderia ter sido um valor diferente.

Confesso que não acompanhei essa negociação. Obviamente, tomo por boas as informações que, entretanto, foram prestadas nesta Comissão pelo ex-Ministro Álvaro Santos Pereira e pelo ex-Secretário de Estado Artur Trindade. Sei que algumas destas medidas acabaram por ter depois consequência, nomeadamente ao nível do domínio hídrico. Houve um corte no segundo pacote, com uma revisão da remuneração dos terrenos hídricos, mas não lhe sei dizer se esta revisão está...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Isso é contra a REN, não é contra a EDP.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sim, portanto, confesso que não lhe sei responder a essa pergunta. Não tenho aqui o relatório comigo, não acompanhei essa negociação. Sei, de acordo com o que o ex-Secretário de Estado aqui disse, há uns dias, que a negociação que foi feita com a EDP no CMEC, que estava fortemente protegido juridicamente, foi uma negociação que beneficiou o Estado em todas as suas valências.

Se nessa negociação foram discutidos outros temas, não sei. Não estive em nenhuma dessas reuniões, não tenho informação sobre isso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O Dr. Álvaro Santos Pereira disse-nos aqui que tinha apresentado uma queixa por favorecimento, tinha feito uma comunicação às autoridades judiciais a respeito de eventual favorecimento da EDP nestes casos. Ele deu-lhe conhecimento dessa queixa?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — De facto, fomos — e julgo que não estou a violar nenhum dever de confidencialidade — confrontados pela Comissão Europeia com pedidos de informação relativamente a matérias sobre o CMEC e o Governo que integrei facultou a informação, incluindo o tema das barragens. Portanto, toda a informação que, entretanto, foi solicitada pela Comissão Europeia foi entregue e a Comissão Europeia — e isto é muito importante — não solicitou a Portugal que fizesse qualquer tipo de correção.

A partir daquele relatório, a Comissão pediu informações adicionais; as informações adicionais foram facultadas e, na negociação com a troica, em nenhum momento a troica pediu ao Governo português, com base nessa informação, que aplicasse outro tipo de medidas ao CMEC. Isto é, nunca mais a troica, depois do primeiro corte feito ao CMEC, pediu que houvesse algum tipo de corte adicional, tendo a Comissão toda a informação.

Mais: houve um corte adicional no CMEC, esse sim, por inspiração única do Governo português, que foi aquele que envolveu a tarifa social e que nem sequer foi proposta pela Comissão Europeia.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Está a referir-se à tarifa social como um corte no CMEC por que razão? A tarifa social é paga pela EDP, por todas as suas centrais, sejam CMEC ou não.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — É importante porque desenhámos a tarifa social de maneira a considerarmos que a tarifa social não é repercutível no CMEC, isto é, na revisibilidade no CMEC a tarifa social não é repercutível.

É importante que se perceba que, além do corte inicial no CMEC, ainda houve cortes adicionais sobre centrais CMEC, como também sobre centrais CAE, que não tinham sido identificados inicialmente.

O Sr. Deputado sabe que a EDP teve sempre a perspectiva de que o CMEC era quase sagrado, era um direito daquelas centrais que não podia ser alvo de nenhum corte. A verdade é que houve um corte, o único corte que, até ao momento, houve. Sei que agora, recentemente, houve um corte mas está ainda sob alguma litigância. Mas o único corte que houve no CMEC foi feito pelo anterior Governo, foi de 205 milhões de euros, e além disso ainda houve o impacto da tarifa social que também incide sobre as centrais CMEC.

Como o Sr. Deputado saberá, a EDP contestou sempre, julgo que, inclusivamente, chegou a levar um despacho do Secretário de Estado da Energia a tribunal, relativamente à tarifa social.

Mas o tema CMEC – e isto é muito importante – nunca mais voltou a ser tema na relação com a troica, como, aliás, o tema das renováveis, que, sei, tem sido muito escalpelizado nesta Comissão. Eu tenho de confiar, não só na informação que recebi dos meus antecessores, dos serviços do Ministério, mas também da tecnoestrutura do FMI, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu que, tendo acesso à informação, consideraram que tanto a medida das energias renováveis, tomada pelo meu antecessor, era robusta como o eram os cortes feitos no CMEC.

Portanto, acho que é importante que os Srs. Deputados tenham noção que nunca mais o tema CMEC ou renováveis entrou na discussão com a troica.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Trouxe-nos aqui um número, que até hoje não tinha aparecido, que é o de cortes na EDP, vamos dizer assim, de 1834 milhões de euros. Queria fazer um exercício consigo que é o de, percorrendo

as várias medidas dos vários pacotes ao longo do tempo, procurar identificar esses cortes na EDP.

Nós temos no primeiro pacote a medida da cogeração, que era um negócio onde a EDP praticamente não estava...

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, para não lhe criar expectativas, digo, desde já, que não consigo acompanhá-lo nesse exercício. Não tenho informação, aqui, comigo, que me permita dizer as parcelas, uma a uma, de quanto é que na garantia de potência afetou a EDP, de quanto é que das renováveis afetou a EDP... Não tenho esses números! Esta tabela foi produzida, na altura, pelos mesmos serviços do ministério que fizeram a estimativa dos cortes realizados.

Não tenho essa indicação, mas estou certo que o Secretário de Estado Artur Trindade poderá facultar-lhe essa informação. Estou certo que existe uma base metodológica para estes cortes e a Direção-Geral de Energia tem estes dados, isto é, o modelo que o Secretário de Estado Artur Trindade utilizou na negociação com a troica e na identificação de potencial de cortes é um modelo que não é secreto, é um modelo que está na Direção-Geral de Energia e, portanto, os Srs. Deputados conseguem...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eu não contesto a avaliação, ela, aliás, tem sido verificada pela ERSE ao longo dos últimos anos e até já há um balanço provisório, de 2016, que não anda muito longe daquilo que estava aqui previsto.

Portanto, não estou a contestar a tabela com os cortes em cada medida; o que estou é a procurar perceber de que maneira é que se chega a 1834 milhões de euros de cortes na EDP, porque: estando a EDP fora do negócio da cogeração; sendo atingida pela contribuição das renováveis – que, aliás, seria mais bem chamada a compra de uma extensão, porque não é bem uma

contribuição, porque tem uma contrapartida futura – em qualquer coisa como 30 milhões, porque eles têm 25% de quota de mercado; sabendo que as mini-hídricas não é o negócio da EDP; que em CMEC são os 205 milhões; que para garantia de potência, do valor total de 443 milhões, vamos dizer que metade disto é EDP, porque uma grande parte da garantia de potência, como se sabe, era paga às centrais a gás que não são da EDP, e, portanto, admitindo que é metade estamos a falar de 200 ou 250 milhões de euros; depois temos o *clawback*, que não atinge em particular a EDP; temos a harmonização com as regiões autónomas, que não tem nada a ver com o corte de rendas; temos a eliminação da remuneração dos terrenos, que é um corte na REN; temos a correção das distorções no mercado de serviços de sistema, que vamos admitir que é um corte mas, no fundo, trata-se de corrigir uma ilegalidade, não é uma opção de política é uma opção de cumprimento da lei, mas admitindo que são um corte ele representa 350 milhões de euros; temos a contribuição de central a carvão, que não existiu; na CESE estamos a falar de 70 milhões por ano ao longo de cinco anos, porque ela terminava em 2018, o que dá 350 milhões e, mesmo admitindo a tarifa social dentro deste pacote, como a CESE não era paga pela EDP era paga pelo Estado; temos a tarifa social que, na altura, seria qualquer coisa como 20 milhões por ano de despesa para a EDP, como aqui referiu, ...

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — 25 milhões.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Bom, esse número parece-me um pouco excessivo na medida em que, na altura, eram 100 000 beneficiários e, hoje, são 800 00 e a EDP gasta 50 milhões, portanto parece-me que talvez não fosse tão alto o valor naquela altura, mas, admitindo também essa conta e somando todas estas parcelas ficamos muito longe dos 1134 milhões de euros, que referiu.

Ora, é essa a minha perplexidade, mesmo, de boa vontade, admitindo tudo isto que referi são cortes... Mas, enfim, se não tem condições de me responder...

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, não tenho condições para lhe responder medida a medida, isto é, qual foi a parte em a que cada medida afetou a EDP.

É evidente que esta última tabela que apresentei e que tem impacto nas várias empresas resultou dessa soma de parcelas, isto é, o valor a que se chegou por parte de quem produziu estes dados foi com base no mesmo modelo de quem estimou o impacto de todas as medidas, usando a mesma metodologia... Não tenho aqui a metodologia, não tenho aqui nenhum *Excel* que...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas se não me pode responder a isso, responda-me ao seguinte: não me escapou aqui nenhuma medida que pudesse ter prejudicado a EDP e que eu não esteja a considerar?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Não. Julgo que não!

Mas, por exemplo, tenho, aqui, nas minhas notas, que estimámos que nas centrais de serviços de sistema, 75% da medida afeta a EDP, isto é, daqueles 350 milhões de euros, 75% é da EDP,...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Na minha conta eu até estava a considerar tudo da EDP...

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — ... mas não tenho aqui condições para detalhar... Aliás, nem sequer contabilizei – e isto é importante – a CESE além de dois anos. Estes cálculos são prudentes, porque

só contabilizámos a CESE que, efetivamente, foi aprovada pelo anterior Governo.

Se contabilizar a CESE que continuou em funcionamento nestes anos verificará...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eu estava a contabilizar até 2018 que foi o prazo que o Governo negociou com a EDP para aplicação da CESE.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Eu não contabilizei isso. Eu, nestes dados, só contabilizei 140 milhões de euros da CESE: 70 mais 70 para a EDP e dois anos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eu estava a contar 300, já com boa vontade...

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Portanto, eu acho, Sr. Deputado, que estamos a falar de um corte na EDP, se contabilizar a CESE de 2016, 2017, 2018, num valor muito superior aos 1800 milhões de euros.

Como lhe digo, não tenho aqui essa informação, mas estou certo que é o tipo de informação que pode ser requerida e eu tenho o maior gosto em ajudar a Comissão a chegar a estes dados e vou junto do ex-Secretário de Estado Artur Trindade diligenciar no sentido de perguntar quais são os serviços que têm estes dados, que, presumo, seja a DGEG.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O nosso objetivo é, essencialmente, este: perceber qual foi o impacto de cada uma destas medidas num operador em particular – a EDP.



Certamente que essas contas estão disponíveis, mas não estão disponíveis na Comissão de Inquérito e, se nos quiser ajudar a obter esses dados, é um favor.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, estes dados são dados que, obviamente, as empresas nunca viram com bons olhos que fossem comunicados desta maneira.

As empresas preferem sempre que a lista de medidas não tenha rótulo, mas eu entendi sempre – e estes dados foram partilhados na minha última audição na comissão parlamentar de economia, de ambiente ou de energia, se não estou em erro, e entendi que partilhar estes dados, porque era importante para que as pessoas tivessem noção do verdadeiro impacto nas empresas, inclusivamente, para que algumas empresas, que se queixavam tanto do impacto da CESE, perceberem que, embora tenham tido impacto, há outros que tiveram impacto muito maior no cômputo geral dos cortes que foram feitos.

Portanto, este somatório é um somatório de que, de acordo com o que me foi transmitido na altura pelo Secretário de Estado, as empresas nunca gostaram muito, mas eu entendi sempre que era importante ter estes dados e aquilo que estou a trazer aqui, Sr. Deputado, não é novidade.

Este *PowerPoint* é de outubro de 2015 e, facilmente, se consegue chegar à conclusão de qual a metodologia destes cortes...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Nós é que ainda não o tínhamos, mas se o puder deixar já cá fica.

Disse, há pouco, que o seu Governo não tomou nenhuma medida que acrescentasse sobrecustos no sistema energético nacional. No entanto, foi o seu Governo que fixou a tarifa de 60 €/MWh para o sobre-equipamento e

esse é definitivamente um sobrecusto na medida em que não existia previamente essa remuneração fixada desse modo.

Pergunto: com base em que estudo e com que critério foi fixada a tarifa de 60 €/MWh e como é que vê esse valor à luz das evoluções mais recentes?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, tive oportunidade de ouvir as últimas audições e as perguntas que o Sr. Deputado também colocou sobre esta matéria.

Este valor de 60 €/MWh foi um valor que, na altura do despacho em houve a decisão do Secretário de Estado, obedecia à informação que tínhamos sobre o desenvolvimento técnico e a maturidade tecnológica das energias renováveis, nomeadamente da eólica e, portanto, o valor não é um valor arbitrário ou subjetivo; é um valor tendo em atenção a informação que, à época, havia sobre a maturidade tecnológica das renováveis.

Se me perguntar hoje, em 2019, se eu aplicava exatamente o mesmo valor, provavelmente não, na medida em que, hoje, tenho, seguramente, mais informação sobre o desenvolvimento tecnológico deste setor do que tinha em 2014.

Por que é que era importante o sobre-equipamento? Acho que é uma questão importante. Por que é que o Governo achou que o sobre-equipamento era relevante? Porque o sobre-equipamento permitia acelerar o cumprimento da meta 2020 para as energias renováveis sem impactos ambientais, porque, em vez de estarmos a promover novos parques eólicos, em vez de estarmos a criar mais intrusão aos consumidores e à paisagem, estávamos a beneficiar de postes que já existiam para reforçar a potência e a produzir mais eletricidade no mesmo local e sem mais impactos ambientais.

Portanto, claramente, esta é uma medida com benefícios energéticos e benefícios ambientais. A única questão é esta!

A nossa motivação foi esta: precisávamos de continuar a aposta nas renováveis, mas não achávamos que o devêssemos fazer com novos parques enquanto não se tivessem maximizado os parques existentes – aliás, é a mesma opinião que tenho sobre o tema do reforço de potência nas barragens. Eu disse sempre – sou insuspeito – quando o Plano Nacional de Barragens foi lançado, e não foi pelo Governo de que fiz parte foi pelo anterior, que, primeiro, se deveria ter concluído todo o reforço de potências nas barragens existentes e, depois, dever-se-ia ver o que é que faltava. Portanto, acho que é uma questão de eficiência.

Coisa diferente é o seguinte: era importante ter o sobre-equipamento, mas porquê este valor? Eu insisto: este era o valor que, na altura, foi considerado aceitável, de acordo com a informação que tenho, e, aliás, isso sem sequer foi aproveitado pelos promotores, isto é, houve um volume residual, se não mesmo zero, de promotores que beneficiaram desse sobre-equipamento, o que significa que o atual Governo está perfeitamente em condições de olhar para essa medida e revisitá-la.

De acordo com informação que tenho, houve, primeiro, uma suspensão do decreto-lei e, agora, com o novo Secretário de Estado, já houve uma nova medida, mas por 15 anos. Isto é, nós definimos 60 € durante quatro a sete anos e o atual Governo propôs 45 € por 15 anos, isto é uma tarifa mais baixa mas garantida durante mais tempo.

Como lhe digo, não tenho informação, hoje, sobre a maturidade tecnológica, mas sei, factualmente, que a medida que tomámos foi com base na informação que dispúnhamos; com a informação de que o atual Governo dispõe decidiu ir para 45 € durante 15 anos. Acho que também vale a pena perceber o racional.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ainda dentro da mesma negociação que deu origem à definição do decreto-lei sobre o sobre-equipamento é feita a

extensão da subsídio da potência eólica instalada com o Decreto-lei n.º 35/2013.

O memorando que resume a negociação entre a APREN e o Governo faz menção não só à extensão da tarifa como à atribuição de uma tarifa *feed-in* para a potência em sobre-equipamento. Portanto, é o mesmo processo negocial.

No caso da extensão da tarifa vemos a recolha de uma contribuição de um pagamento por parte dos produtores eólicos que, quase todos, não a sua totalidade, aderiram ao sistema um pagamento que chegará a 150 milhões de euros no final do caminho, em 2020, e a mudança das garantias que tinham esses produtores, em 2020. E qual é essa mudança? É de um prazo, na ausência de certificados verdes... Vou sair do cenário de certificados verdes porque uma das coisas que resulta do trabalho da Comissão é que esse não era um cenário. Portanto abandonamos o cenário dos certificados e trabalhamos sobre o cenário alternativo que a Lei n.º 33-A/2005 previa que era a extensão da tarifa por cinco anos com a tarifa da última central licenciada em 2020.

Ora, a última central licenciada em 2020 estaria certamente muito longe daquela que pode vir a ser a tarifa em 2020. Nas contas do Dr. Artur Trindade aqui apresentadas ficaremos não nos 74 €, mas, em função da aplicação da taxa de inflação, segundo a lei, nos 66 €/MWh. Creio que foi este o valor que ele apresentou. Portanto, teremos 66 €/MWh pagos durante sete e não cinco anos aos produtores eólicos.

O Eng.º Carlos Pimenta também referiu aqui que se hoje, 2018, tivéssemos um leilão de potência eólica ele ficaria na casa dos 50 €, ou seja, 20 € abaixo do último que se realizou. Portanto, temos um diferencial de 16 €/MWh aplicados por dois anos adicionais em relação àquilo que estava previsto. Pensa que este negócio pode ser bom para os consumidores?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, tenho sempre dificuldade em falar profundamente de um tema que não acompanhei. Foi uma negociação em que não estive envolvido, que me antecedeu.

Mas, depois, tive oportunidade, obviamente, de olhar para o tema e de perceber melhor a negociação e tive, como os Srs. Deputados, a ocasião de ouvir as explicações dadas pelo meu antecessor e pelo Dr. Artur Trindade sobre a negociação que foi feita.

Este acordo sobre as eólicas, que permite ao Estado arrecadar 150 milhões de euros, deve ser analisado por comparação com o que aconteceria na sua ausência. E, na sua ausência, o risco era termos mais cinco anos de *feed-in tariff*, depois de 2021, com base na última tarifa, em 2020, que poderia estar na ordem dos 90 €.

Estamos a falar de 74 € mais inflação...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Isso era se não houvesse nenhum leilão até lá!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já falou 9 minutos e meio na primeira ronda! Já anunciou que vai fazer uma segunda. É importante que os trabalhos sigam. Tem a segunda ronda e aí levanta as questões todas, como todos os outros, mas não interrompa sistematicamente quando as pessoas estão a responder. Já não é a primeira vez que isso acontece hoje!

Faça favor, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — De acordo com a informação de que disponho e que foi partilhada com os Srs. Deputados e, inclusivamente — maior transparência não pode haver —, já que foi deixado aqui com os senhores o modelo que suportou esta negociação, tomo por boa a explicação que foi dada que é: esta medida com um *cap* e um *floor* durante

cinco a sete anos é melhor do que a medida que substituiu e que permitia às empresas prosseguir por cinco anos com uma tarifa *feed-in*, depois de 2021.

Não estamos a falar de uma extensão da tarifa *feed-in*, estamos a falar de uma substituição de um modelo por outro em que o Estado procurou acautelar o interesse dos cidadãos com um *cap* e um *floor* que, inclusivamente, com os cálculos dessa altura, foi muito prudente, em que o CO<sub>2</sub> nem sequer teria a cotação que está prevista depois da reforma do sistema europeu do comércio de emissões em 2015.

O Sr. Deputado, como sabe, com a reforma do ETS (Emission Market System) em 2015 para o período que começa em 2021, há uma redução drástica das licenças de emissão colocadas no mercado, com um fator de decréscimo anual de 2,2%. Há outra medida que é a possibilidade de a Comissão retirar as licenças que estão a mais para que nunca mais exista volatilidade no mercado e preços muito baixos.

As contas que, na altura, foram feitas, na altura da negociação, nem sequer tinham em atenção um valor do CO<sub>2</sub> que hoje se percebe, de acordo com os dados da Comissão Europeia da negociação que foi feita dessa revisão de CO<sub>2</sub>, estará seguramente acima de 25 €.

Portanto, Sr. Deputado, com base na informação de que disponho de uma negociação onde não participei e que me antecede, continuo a entender como válida a conclusão de que teremos um vale entre 100 e 250 milhões de euros com benefício para o sistema, sendo que os Srs. Deputados hoje têm mais informação do que tinham há uns dias, na medida em que muitos dos cálculos que foram feitos, pelo que percebi, estavam a ser feitos com alguns pressupostos que não eram totalmente verificáveis, nomeadamente a questão da inflação, a questão do CO<sub>2</sub> e a explicação sobre os certificados verdes *vis a vis* ou *feed-in tariff*.

Julgo que hoje há muito mais robustez na análise que os Srs. Deputados podem fazer do que há uns dias. Mas não posso, Sr. Deputado, ir mais longe do que isto porque não participei nessa negociação.

Mas, seguindo também uma lógica de avaliação política destas matérias, o Decreto-Lei n.º 35/2013 teve, na altura, o parecer favorável da ERSE, da troica, com o FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu. Não acredito que não só a ERSE como estas três instituições não tivessem verificado os pressupostos, designadamente sobre o CO<sub>2</sub>, sobre a maturidade tecnológica, sobre as questões associadas à comparação certificados verdes, *feed-in tariff*.

Não considero que tudo o que o FMI, a Comissão Europeia ou o Banco Central Europeu dizem ou pensam é sagrado!... Tenho obviamente espírito crítico, mas também...

Foi na negociação com a troica, que permitiu a aprovação do primeiro pacote, que esta matéria foi partilhada com a troica e com livros abertos, com toda a informação. A não ser que toda a gente estivesse errada... Mas, para mim, seria muito surpreendente, Sr. Deputado, que o Governo português, a ERSE, o FMI, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu estivessem todos errados nas premissas que utilizaram neste modelo.

Não quero colocar em causa o Sr. Deputado, mas, como perceberá, tendo a considerar que estas entidades tendo tido acesso a toda a informação, mais seguramente do que qualquer de nós tem neste momento, nesta Comissão, tiveram ocasião de testar, de validar, de modelizar para verificar a sua validade.

O Sr. **Presidente**: — Para finalizar a primeira ronda, dou a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral, do CDS-PP.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Eng.º Moreira da Silva, é um prazer revê-lo.

Peço desculpa por ter chegado ligeiramente mais tarde, mas estava a tratar da minha economia verde — também tenho uma economia verde!

Se agora ainda tivesse perguntas muito interessantes, significava, sendo o último, que os meus colegas não foram eficientes nas perguntas. Mas foram e as respostas foram ainda mais, daí que tenha alguma dificuldade em encontrar alguma pergunta para fazer.

Ainda assim, vale a pena fazer esta afirmação: concordamos com esta Comissão de Inquérito. Não está no objeto quanto é que ganhou a EDP com o Sistema Elétrico Nacional. Embora perceba que está subjacente, devia haver uma parcela só para a EDP, para quanto ganhou ou deixou para pagar.

O que fica claro, e tenho feito esta pergunta de forma muito efetiva — diga-me onde estão as rendas excessivas? —, e não digo que há ou que deixa de haver, é que num período tão longo, num sistema tão complexo que foi alvo de tantas alterações nacionais e comunitárias, tinha de haver um momento em que era preciso fazer uma avaliação. Devia até estar nos contratos!

Se estas comissões de inquérito têm alguma vantagem é a de percebermos que o Estado, sempre que faz negociações, concessões ou outro tipo de parcerias público-privadas em períodos tão longos, com tantas variáveis, é melhor ter períodos de avaliação em que o risco político e todos os outros riscos sejam aferidos.

Portanto, não acho que seja assim tão extraordinário ter encontrado 4000 milhões, ou até mais, de sobrecustos. Já acho extraordinária a coragem de transpor esses cortes em instrumentos legislativos que existam, que são aferíveis, que estão publicados e foram discutidos no Parlamento, na comissão respetiva, passaram pelo crivo da troica e têm um período longo,



não são pagos à cabeça. Parece que o nosso relatório pode dizer isso. E há só um Governo que fez isso: o de que V. Ex.<sup>a</sup> fez parte.

Ainda assim, esta Comissão de Inquérito tem um problema que é onde acho que há muitas zonas cinzentas, ou seja, na extensão do domínio hídrico público, isso é evidente. Há outro que é Sines.

V. Ex.<sup>a</sup> disse: «Deixem essa parte para mais tarde». Eu, por acaso, acho que podíamos ter tratado desse assunto, até porque a central de Sines é uma central com grandes índices de poluição que precisou de vários investimentos em inovação tecnológica, paga pelos contribuintes portugueses.

Esse era, no fundo, um sobrecusto muito fácil de identificar, muito fácil de tratar e eu precisava de perceber porque é que, pelo menos isso, acabou por não ficar tratado.

Mas há, ainda assim, um pormenor e eu queria falar aqui da Portaria n.º 85-A. Porquê? Porque defendia uma redução da taxa de remuneração dos CMEC de 81 para 67 milhões.

Já foi feita essa pergunta várias vezes a vários indivíduos que disseram que não havia nenhuma contrapartida EDP. Mas a minha pergunta é: teria de haver? Ou era mesmo assim, sem contrapartidas? Isto para não ficar mais um item em aberto de um possível ganho da EDP que estava aqui escondido.

De facto, não aparece e eu não sei se há. Porque é que digo isso? Porque na explicação muito técnica e útil do Dr. Artur Trindade houve um elemento, naquelas perguntas que lhe faço para identificar rendas excessivas, que deixou em aberto que é o da titularização dos CMEC. Ele não foi claro. Talvez haja qualquer coisa para explicar e não queria perder a oportunidade de lhe perguntar se consegue dar um passo mais à frente nesse item.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, de facto, em relação a essa questão da titularização do CMEC e o que é que poderia ter

sido feito diferente na negociação que me antecedeu, hoje é possível fazer esta discussão. Mas só mesmo aqueles que estavam na negociação estão em condições de dar todas as informações.

Julgo que o ex-Secretário de Estado Artur Trindade na semana passada pôde explicar em que medida é que, do ponto de vista dele, a titularização do CMEC até poderia não ser uma má ideia, porque se percebeu que ele não veria com maus olhos essa ideia, mas na prática, desde que a ERSE deu um parecer sobre o tema há alguns anos, que isso acabou por ser afastado.

Isto é, de acordo com o que foi explicado nesta Comissão, a ERSE não via com bons olhos essa solução. Portanto, percebi que a decisão política ou a decisão na negociação desse tema nem sequer foi tema, na prática, porque havia a montante uma avaliação negativa.

Não tenho, confesso que não tenho, esse parecer, não o conheci, mas na mesma altura que os Srs. Deputados ouviram, também ouvi aquilo que o Sr. Dr. Artur Trindade disse.

Quanto a Sines, de facto, em relação a Sines, percebo o seu ponto de vista, Sr. Deputado. Efetivamente, a EDP fez um investimento relevante em Sines, como várias empresas fizeram para combater a poluição do carvão. O carvão hoje não é o carvão de há alguns anos, na queima, e portanto não estamos a falar, do ponto de vista, por exemplo, da qualidade do ar, do mesmo tipo de nocividade que existia há alguns anos. As empresas fizeram investimentos relevantes tanto em Sines como no Pego para minimizar os impactos do carvão na qualidade do ar, nomeadamente.

Coisa diferente é o CO<sub>2</sub> e não há solução pior para o aquecimento global do que o carvão. O carvão é o grande inimigo das alterações climáticas.

Portanto, a minha questão é esta: devemos perpetuar ou não o carvão? Julgo que não. Devemos criar as condições para, o mais depressa possível... Mas essa é a minha opinião, estou a extravasar, eventualmente, o meu

mandato de participante nesta Comissão, na medida em que não estou a falar, sequer, do meu tempo. Espero que o carvão seja descontinuado o mais cedo possível. É possível fazer amanhã? Não! Porque é evidente que o carvão e as duas centrais são ainda muito relevantes para o sistema elétrico.

Portanto, a grande questão era saber, Sr. Deputado, se o Governo anterior de que fiz parte deveria ou não ter tomado uma medida que, em 2013 ou 2014, na prática, perpetuasse o carvão até 2031. São muitos anos! Estávamos, na prática, a dizer que iríamos ter carvão durante mais quase 20 anos, na altura em que estávamos a negociar o Acordo de Paris. Poderia vir a esta comissão e dizer: «Olhe, essa medida não foi tomada, porque não tivemos tempo» ou «Isso poderia ter ficado para o Governo seguinte, porque ainda ia a tempo». Essa parte é verdade, mas eu não queria deixar de dizer a segunda parte: houve, de facto, do ponto de vista político, uma avaliação quanto ao efeito que poderia ter uma medida que permitiria encaixar, nos cofres do Estado e no sistema, 169 milhões de euros, mas, na prática, estaria a garantir a viabilidade daquelas centrais até 2031.

Julgo que isso não seria compatível com uma agenda de crescimento sustentável e de descarbonização da economia.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Outra das questões que, porventura, vamos ter de trabalhar bem, é a questão das *feed-in tariffs* ou a PRE. Aliás, não podia deixar passar a presença de V. Ex.<sup>a</sup>. Com certeza, ouviu esta comissão e foi colocado como militante de honra do *lobby* das ventoinhas e, por isso, não posso deixar de fazer perguntas sobre essa matéria.

Não vou perguntar-lhe sobre preços do megawatt-hora, porque eu próprio, nas primeiras intervenções, perguntava sempre por que razão mudamos o limiar do desencadeamento dos pagamentos de 36 para 50 MWh,

porque pensei que havia aí um truque. Depois, fui descobrindo que, afinal, não. Os concursos partiram de 50 e já tivemos preços para todos os gostos.

Ainda assim, desde logo, numa entrevista ao *Expresso*, o Eng.º Mira Amaral diz que, quando foi a nomeação de V. Ex.ª, Carlos Pimenta, António Mexia e Carlos Zorrinho, na EDP, devem ter aberto garrafas de champanhe. Percebi que, na energia, se bebe muito champanhe; há champanhe para todos os gostos.

É importante perceber, pois há algo que, pelo menos, creio que faz algum sentido. Já ouvi que, a partir dos 1800 MW, entramos no «monstro elétrico» e há quem diga que licenciámos capacidade a mais. Porventura, falhámos na previsão do consumo e da industrialização do País. A verdade é uma: *feed-in tariffs*, mantendo as centrais a funcionar com *backup*, pode confirmar, à partida, um duplo sobrecusto. Estamos a subsidiar a produção de energia em regime especial e, ao mesmo tempo, precisamos de *backup*. Houve quem dissesse aqui, com razoabilidade, que, de facto, esse fator não foi tido em conta, que estamos a pagar duas vezes ou, se quiser, a sobrecarregar o contribuinte com dois pagamentos, devendo haver algum cuidado na produção em regime especial.

Já disse várias vezes que apostou muito nesse tipo de energia e que a defende, queria perguntar-lhe se teve esse cuidado ou se, pelo menos, tinha a consciência de que havia, também aí, um sobrecusto.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, insisto no ponto: todos os projetos de energias renováveis que tiveram *feed-in tariffs* vieram de trás e essa tarifa foi cortada, isto é, não houve nenhum projeto — à exceção do tema do sobreequipamento, que teve, aliás, um efeito residual — nem nenhuma medida nova tomada pelo anterior Governo que gerasse um sobrecusto no sistema, ou melhor, uma *feed-in tariff*, pelo contrário houve um corte. Essa questão é muito importante.

Segundo, eu nunca quis nuclear em Portugal, mas não era só por razões ambientais, porque não sou alguém tão militante do ambiente a ponto de desconsiderar as questões económicas, pelo contrário. A minha posição acerca do nuclear é negativa, por razões ambientais e económicas. O nuclear é mais caro do que as renováveis, é mais caro do que o gás natural, além de ter riscos ambientais muito significativos.

De facto, se há um grupo de pessoas neste País que abertamente me detesta — e detesta — por não dar eco às suas pretensões do nuclear, acho que o fazem de uma forma inteiramente justificada. Disse sempre ao que vinha! Sou totalmente contra a nuclearização em Portugal, por razões ambientais e por razões económicas. A verdade é que, hoje, já ninguém tem coragem para dizer que é a favor do nuclear. Muitas dessas pessoas que andaram a defender centrais nucleares em Portugal, hoje, já não conseguem, sequer, ter coragem para o fazer, porque, em primeiro lugar, chegaram à conclusão, depois de Fukushima, que os riscos são significativos e que, segundo, a tarifa do nuclear é sempre acima dos 100 €. Tenho pena de que as pessoas não tenham este tipo de cuidado e dizer, de vez em quando, que se enganaram. Portanto, se há aqui um grupo que me detesta, olhe, eu vivo bem com isso!

Se alguém dissesse que eu estava a tomar decisões na área da energia que, de tão amigas do ambiente, prejudicavam a economia, seria diferente e seria mentira. Sr. Deputado, consegui provar, com a instalação de 2700 MW de potência renovável, que é compatível cortar nas rendas e ter mais renováveis e que temos de evitar o maniqueísmo de escolher entre mais renováveis ou menos custos — isto foi o que Espanha fez e, de repente, o investimento desapareceu.

Acho que é muito importante termos noção de que ninguém pode ficar fora dos cortes, incluindo as renováveis — e não ficaram — mas, ao mesmo tempo, que não se desvalorize uma fileira energética que é o futuro. E, aqui,

confesso alguma surpresa, Sr. Deputado. Não estou a falar do Sr. Deputado, estou a falar do ambiente político em geral em Portugal. Há alguma surpresa, que é o contraciclo. Então, numa altura em que todo o mundo quer descarbonizar, em que metade da potência instalada, todos os anos, é renovável — 130 GW por ano instalados de potência renovável à escala mundial — e tendo Portugal, ao longo de vários governos, feito uma aposta nesta área, é agora que decidimos ter dúvidas existenciais em relação à aposta na descarbonização da economia?

Embora esta comissão seja sobre custos, espero que exista o cuidado de olhar além dos custos, de olhar também para as externalidades — as externalidades positivas de aposta nas renováveis —, nomeadamente para a poupança de CO<sub>2</sub>, a redução das importações de combustíveis fósseis e a criação de emprego. O setor das renováveis criou, de imposto de trabalho indireto, em Portugal, 40 000 postos de trabalho e, com as novas metas para 2030, pode chegar a 67 000 postos de trabalho e, se houver exportação de eletricidade renovável, pode chegar a 88 000 postos de trabalho, de acordo com um estudo feito pela Deloitte.

Estamos a falar de um setor que não pode estar imune a cortes nos custos, não está, não pode estar e, por isso, fizemos esse corte, mas, ao mesmo tempo, não se compara a aposta nas renováveis com a aposta no nuclear. O nuclear é passado, as renováveis são futuro! Nós já fomos futuro! Queremos ou não continuar a tirar partido dessa aposta, olhando além da produção e utilizando tecnologia dos outros?

A minha visão sobre as energias renováveis é diferente da que vigorava anteriormente. Nós começamos por ser utilizadores de tecnologia dos outros, foi assim a aposta nas renováveis que começou há muitos, muitos anos, na década de 80. A produção de renováveis em Portugal era a partir de tecnologia que vinha de outros países.

Depois, passámos a ter um *cluster* em Portugal: produção de eletricidade renovável, tendo fábricas em Portugal para esses equipamentos. A minha visão é Portugal exportador de eletricidade renovável, não é utilizador de tecnologia dos outros, é ir mais longe e transformar o nosso território que pode abastecer o continente europeu de eletricidade renovável sem custos para o consumidor. Qual é a vantagem? Protegemos os consumidores, temos emprego, temos investimento, criamos economia.

Portanto, aqui eu não sou neutral, de facto. Sr. Deputado, já o disse claramente e assumo-o. Há quem não goste de mim e o manifeste de forma muito clara e ainda bem! Acho que quem anda na vida pública e agrada a toda a gente, é porque alguma coisa está errada. Há adversários que considero que são medalhas no meu percurso político.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu também não sou favorável ao nuclear, embora reconheça que cada um é livre de ter a sua estratégia. O problema é que isto tem consequências. Quais são? Desde logo, teve-as neste Governo. Este Governo resolveu dizer «Acabaram-se as *feed-in tariffs*» em determinado momento. Houve um conjunto de licenças que, pelos vistos, são apenas duas, em tentativa de produção. Mas parece que mudou e já voltou às *feed-in tariffs*. Acho que se estas têm custos e alguém tem de os pagar ao Orçamento do Estado ou a quem beneficia, que somos todos nós.

A verdade é que esse excesso de boa vontade gera na opinião pública, e também nos decisores políticos, uma certa sensação de que havia sobrecustos, levando a esta comissão de inquérito e a uma outra coisa que está Decreto-Lei n.º 35/2013. Se é verdade que tínhamos feito cortes, que estes eram justos e estavam perfeitamente identificados, por que razão houve este Decreto-Lei n.º 35/2013, com a extensão de mais cinco a sete anos de tarifas garantidas ao setor renovável? Que razão houve para que um Secretário de Estado do mesmo Governo dissesse que se tratou de um

«negócio da China»? Isto é que faz com que, de facto, haja muito ruído. Gostava que me tentasse explicar qual foi o racional desta medida.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Penso que o Dr. Henrique Gomes está errado e o Dr. Artur Trindade está certo. É a minha opinião, na medida em que as explicações que o Dr. Artur Trindade deu sobre este tema me parecem, tal como ao Prof. Álvaro dos Santos Pereira, totalmente cabais, isto é, nós não criámos uma nova renda, não estendemos o *feed-in tariff*, nós substituímos o que seria um problema por um custo menor.

Se não fizéssemos nada estes parques eólicos continuaram a funcionar para além de 2021 com tarifas *feed-in*. A substituição do *feed-in* por um modelo de *cap and floor*, na opinião de quem desenvolveu esta medida, protege os consumidores e, por isso, não é uma nova *feed-in*. Trata-se de substituir uma *feed-in* que já estava garantida por uma solução mais compaginável com as questões de mercado.

A segunda questão, que é muito importante, Sr. Deputado, é a seguinte: eu sou contra novas *feed-in tariffs* no setor das energias renováveis para novos projetos, para tecnologias que são maduras. Dissemos sempre ao que vínhamos! Esse é, aliás, o racional da lei de bases do setor elétrico e das portarias que, entretanto, publicámos: tecnologias maduras para novos projetos — não é sobreequipamento — não precisam de *feed-in tariff*. Novos projetos, insisto.

Mas, então, deixamos de apoiar totalmente as tecnologias mais disruptivas? Não! Mas deve ser feito sem impacto no consumidor, por isso incluímos, nas verbas do PO SEUR, uma linha para financiamento de tecnologias disruptivas renováveis, nomeadamente energia das ondas, energia das marés, solar fotovoltaico mais disruptivo.

Esta linha será financiada com fundos comunitários para projetos de demonstração, não de larga escala e sem impacto nos consumidores. Porquê?



Porque, ao mesmo tempo que devemos ter continuar a ter mais renováveis, sem tarifas *feed-in*, porque esse vai ser cada vez mais o modelo, vamos ter mais renováveis em Portugal. Não falo das que são herança, mas das novas renováveis em Portugal que vão, seguramente, ganhar preponderância no mercado sem tarifas *feed-in*.

No entanto, vamos continuar a ter algum tipo de apoio para projetos de demonstração de tecnologias disruptivas, porque Portugal deve continuar a ser visto como um laboratório vivo de experimentação de algumas tecnologias — na energia das ondas, na energia das marés, no eólico *offshore*, tal como na mobilidade elétrica. Mas isto não pode ir ao consumidor! Nós não podemos voltar a cometer o erro de levar ao consumidor a experimentação em larga escala de tecnologias que ainda não estão maduras. Por alguma razão, Sr. Deputado, o primeiro parque eólico sem *feed-in tariff* foi licenciado com a legislação feita pelo meu Governo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Era exatamente essa a informação que eu também tinha, mas parece que nem sempre é assim. Por vezes, ouvimos aqui declarações que fazem abalar a nossa fé e eu até sou um homem de fé.

Quando tivemos de decidir acerca da constituição desta comissão de inquérito, tive oportunidade de ver, na comissão de economia, todos os cortes na cogeração, nas mini-hídricas, etc., etc.. Confesso que, depois de ouvir algumas intervenções, fiquei, de facto, com algumas dúvidas deste contentamento por finalmente termos conseguido equilibrar os sobrecustos, sendo certo que sou daqueles que acha que as empresas privadas que estão no setor têm de ter proveito.

Parece que, às vezes, se tratam de instituições de solidariedade social e que não têm de ter proveito e ficamos muito chocados quando têm proveitos, até porque o negócio parece ser interessante.

O problema é que, depois, temos reguladores — e terminarei aqui a primeira volta, Sr. Presidente — como a ERSE, que apresentam documentos dizendo que há sobrecustos. O parecer da ERSE, que já chamou a todo o edifício da transição dos CAE e CMEC de «modelito», identifica 125 milhões na taxa de juros, 285 no teste de disponibilidade. Já percebi que isto não verdade, que ninguém consegue explicar isto e parece que tem um valor para todos os gostos. É uma invenção, a não ser que a ERSE nos queira explicar — estou à espera — porque não consigo chegar a este valor.

Temos o coeficiente do Valorágua a 90 — e aqui a AdC também chamou a atenção para isto, e muitos especialistas disseram que aqui podia estar escondida alguma coisa — e as licenças de CO<sub>2</sub>, que nos poderão, porventura, resolver o problema de Sines, uma vez que a licença, não tem... A minha pergunta é: isto faz sentido e podíamos ter ido mais longe, até aqui? Estes valores somam-se ao que já se fez? Ou estes valores já estão incluídos nos cortes e na legislação e é apenas uma constatação da realidade?

É que muita gente toma isto como sendo ainda sobrecustos, ou rendas excessivas, que é preciso cortar.

Se puder ajudar, agradecia.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado, com a informação de que disponho, e de que dispunha quando estava no Governo, não considero que se pudesse ter ido além nos cortes que foram realizados com segurança jurídica.

A questão não é saber, em termos teóricos, que se pode cortar mais, é saber se se consegue cortar com segurança jurídica, de modo a ter impacto real nos consumidores.

Portanto, não tenho dúvidas, hoje, quanto à bondade das medidas que foram tomadas. A questão jurídica é uma questão importante. Os cortes que

contam são os cortes que são, perdoem-me o prosaísmo, «à prova de bala», porque se estamos a fazer cortes e depois há o risco ...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Num Estado de direito é assim.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Se estamos a fazer cortes e depois há o risco de a litigância ter um impacto no sistema... Nunca podemos dizer que não há litigância, mas temos de ter o mínimo de certeza jurídica quando avançamos para este tipo de cortes.

Baseado nessa informação, atendendo ao estatuto do CMEC, atendendo às informações que foram sendo partilhadas, não entendo que o anterior Governo pudesse ter ido mais longe nos cortes que foram realizados.

Coisa diversa é se, de repente, se descobre que há medidas adicionais que podem ser tomadas. Isso aí, insisto, não é o fim da história. Portanto, quem governa tem sempre condições para prosseguir nesse tipo de reformas.

Para todos os efeitos houve apenas um Governo que tocou nos CMEC, sem impacto jurídico. Houve apenas um Governo que tocou nos CMEC sem litigância. Um, apenas um! E foi com o corte de 205 milhões de euros, mais a tarifa social. Tudo o resto não entrou na avaliação.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A tarifa social foi com litigância.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sim, mas sem impacto para o consumidor.

Até ao momento — aguardo, seguramente aguardaremos todos, para ver o desenvolvimento de outras medidas — reajo sempre com alguma surpresa quando alguém pergunta: «mas então não podiam ter ido um bocadinho mais longe?» Estarem a perguntar, a quem cortou 4000 milhões de euros, se não podiam ter ido mais longe é um bocadinho surpreendente.

Então esqueceram-se de fazer essa pergunta a quem nos antecedeu? E, já agora, estão a fazer essa pergunta hoje, também, para saber se existe o mesmo tipo de ambição?

Desculpem-me, mas às vezes parece-me que há um nível de escrutínio quanto à ideia de «não podiam ter cortado mais?» e então perguntam isso a quem cortou 4000 milhões de euros?!

Quanto ao CMEC, nós cortámos, o corte está feito. Cá estaremos para ver se existe outro tipo de avaliação, mas não quero estar a antecipar nada, nem sequer, Sr. Deputado, dizer algo que prejudique o que está a acontecer atualmente, por parte do atual Governo.

Seria muito fácil para mim entrar aqui em avaliações especulativas sobre se o corte atual é legítimo, não é legítimo, é juridicamente robusto ou não. Mas ninguém me vai ouvir fazer declarações que possam, de algum modo, prejudicar o Estado em litigância que possa ter com empresas. Não me vão ouvir dizer isso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas tem acontecido, por aqui.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Não me vão ouvir dizer isso.

Eu respondo pelos cortes que fiz. E, como consumidor — como consumidor, não como ex-Ministro —, cá estou para avaliar se depois de mim continua a haver cortes no setor elétrico.

O Sr. **Presidente**: — Termina, assim, a primeira ronda.

Tenho indicações dos Srs. Deputados do PSD, do Bloco de Esquerda, do PCP e do PS, de que querem fazer segunda ronda. O CDS já anunciou que não quererá fazer segunda ronda.

Vamos, então, fazer um intervalo de 5 minutos e retomaremos depois a reunião, com o início da segunda ronda.

*Pausa.*

Vamos, agora, para a segunda ronda.

Peço ao Sr. Eng.º Jorge Moreira da Silva que tome nota das perguntas e sugiro que responda depois pela ordem em que as mesmas foram colocadas.

Cada grupo parlamentar tem o tempo máximo de 5 minutos e peço contenção aos Srs. Deputados, pelo que ao fim dos 5 minutos darei a palavra a outro Deputado.

Tem a palavra, o Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Jorge Moreira da Silva, confirmou aqui um elemento importante para esta Comissão, de que houve, e há, rendas excessivas, mesmo que, com a tal questão semântica que aqui se coloca, possamos chamá-las de outra coisa como, por exemplo, sobrecustos.

Há quem consiga dizer aqui: «não há rendas excessivas, nunca as houve, mas nós cortámos». Às vezes é um pouco esta a ideia que se tem e fica claro que houve, e continua a haver, rendas excessivas, ou o que lhes queiramos chamar.

Em relação aos cortes que efetuou no Governo, o que já foi aqui bastante referido, o ex-ministro conhece bem este *dossier* das rendas excessivas e sabe que elas correspondem a problemas estruturais do sistema elétrico nacional.

Pedia-lhe, então, que nos explicasse de que forma é que rendas estruturais permanentes foram eliminadas ou cortadas por medidas temporárias ou dilatórias.

Recordo-lhe alguns exemplos: a suspensão da garantia de potência, era só enquanto estivesse cá a troica — e foi assim; a CESE, que foi avançada apenas para o período da troica e, como sabe, se mantém — porque os Orçamentos do Estado desta Legislatura assim o têm decidido —, e as empresas de energia têm levantado uma grande celeuma em torno da tese de que tal contribuição seria temporária, levando-as aliás, pelo menos algumas, ilegitimamente a não a pagarem; os sobrecustos dos CMEC, que foram diferidos de 2014 para 2017 e 2018; e a PRE, com abaixamento das tarifas por troca com o prolongamento do período de garantia de tarifas bonificadas, que já foi aqui também referida.

Queria que nos explicasse como é que cortes temporários, ou a passagem de custos para futuro, cortaram de forma permanente rendas excessivas, que são, em si mesmas, estruturais.

Queria ainda voltar àquela entrevista do *Expresso*, que citei na minha intervenção inicial, em que o Sr. Engenheiro refere que «o maior obstáculo às políticas energéticas não são os interesses, mas uma visão preconceituosa do nosso modelo energético e o ‘marialvismo’ energético» — foi esta a expressão que utilizou.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É uma expressão criativa.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Queria que nos explicasse por que razão a EDP se apropriou, e apropria, de rendas excessivas. Ou, de outra forma, quais os preconceitos — já que não é por interesses, mas sim por preconceitos —, que a levam a apropriar-se do que não devia?

Porque é que houve dois Secretários de Estado da Energia que se opuseram aos interesses da EDP, aliás, em Governos do PSD/CDS e outro do Governo do PS, e que foram corridos? Que preconceitos é que havia

contra esses secretários de Estado da Energia, reconhecidamente gente séria e competente?

Por que razão é que houve um acordo secreto entre o seu assessor e Eduardo Catroga, com as cláusulas que a EDP impôs e que o Secretário de Estado da Energia Henrique Gomes não tinha aceitado?

E como é que se permitiu que a EDP elaborasse *drafts* daquele acordo secreto de 28 de abril de 2012 entre a EDP e o Estado português?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — De redução da taxa.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Entre o meu sucessor?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não, não, o antecessor.

E ainda a questão dos *drafts*, que levaram a portarias, decretos-leis, resoluções de conselho de ministros, que foram elaborados pela EDP e que os Secretários de Estado assinaram. Que preconceitos é que levaram a essa situação?

Ainda em relação à tarifa social, na entrevista ao *Público*, de setembro de 2015, o senhor desresponsabilizou o Governo de que fazia parte e explicou que o muito baixo número de adesão à tarifa social — na altura ainda só cerca de 50 000 aderentes — era culpa das empresas, que não davam informação aos clientes.

Aliás, sobre esta questão da tarifa social, é preciso dizer que o que foi feito não foi um pormenor: há pouco disse que o essencial já estava feito, mas o «pormenor» de passar de 50 000 para 500 000 aderentes não é propriamente um pormenor.

Disse que a responsabilidade era das empresas, que o preconceito era o que estava por trás disso. Como é que se chega a esta conclusão, de que

não há aqui interesses, mas sim preconceitos — contrariando, aliás, aquilo que o Ministro Álvaro Santos Pereira disse?

Tinha aqui ainda mais perguntas, mas uma vez que já esgotei o meu tempo...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do PSD.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, nesta segunda ronda, gostaria de falar aqui sobre três temas: o primeiro é o Plano Nacional de Barragens; o segundo é a liberalização do mercado de eletricidade; e o terceiro a desorçamentação ligada à privatização da EDP.

O Eng.º Nuno Ribeiro da Silva referiu, nesta Comissão, que a instabilidade gerada com a política seguida pelo atual Governo condicionou a concretização do projeto da barragem de Girabolhos, ao ponto de desistirem do projeto e perderem o investimento até então realizado, no valor de 60 milhões de euros.

Pergunto, Sr. Engenheiro: durante o seu mandato, enquanto Ministro do Ambiente, ficou algum projeto de investimento do Plano Nacional de Barragens por concretizar como consequência de uma perceção de instabilidade regulatória?

Um segundo tema prende-se com a liberalização do mercado de eletricidade. O Sr. Engenheiro referiu, na sua intervenção inicial, a aposta no reforço das interligações de eletricidade e de gás, de modo a superar o isolamento energético da Península Ibérica. Fez referência a várias iniciativas nesse sentido, entre elas a assinatura de um memorando de entendimento com os ministros homólogos, francês e espanhol, sobre a criação de um grupo a alto nível em matéria de interligações no sudoeste da Europa. Disse que era preciso manter a pressão e não abrandar, mas também



disse que há, neste domínio, um menor empenhamento político por parte do atual Governo, circunstância que não podemos deixar de registar.

Quanto ao terceiro tema, da desorçamentação, várias personalidades ouvidas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, dissertaram sobre políticas de desorçamentação à custa da fatura da eletricidade. Todas essas operações de desorçamentação, identificadas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, somadas totalizam qualquer coisa como 3,5 mil milhões de euros, uma quantia que, certamente, daria para acabar, de uma vez por todas, com a dívida tarifária.

Pergunto se o Sr. Engenheiro concorda que o principal fator de penalização do valor das tarifas é o dos custos com as medidas que, ou financiam, ou desoneram, o Orçamento do Estado.

Uma segunda pergunta: concorda que a inclusão de tantos fatores de financiamento do Orçamento do Estado enviesam os resultados obtidos de qualquer indicador, desqualificando, assim, a utilização dos mesmos quando os queremos comparar com outros países?

Terceira e última pergunta: concorda que os benefícios a favor da EDP prejudicam, ou prejudicaram, os consumidores, que lesaram gravemente, ou lesam gravemente, os consumidores, foram todos eles — todos eles! —, concedidos quando a EDP era uma empresa pública, 100% pública, ou uma empresa com capitais maioritariamente públicos?

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Sr. Deputado André Pinotes Batista.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Engenheiro, nesta segunda ronda, e faço minhas as palavras do Deputado Helder Amaral, só se os nossos colegas não fossem prolíferos é que haveria

ainda tudo para questionar e, de facto, já muito aqui foi questionado, mas há algumas questões sobre as quais vale a pena refletir.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não aceita, de forma nenhuma, que haja alguma quebra no empenho do atual Governo em tudo o que tenha a ver com a transição energética ou com a tomada de decisões que, neste momento ou no futuro, venham a onerar os consumidores, pelo contrário, mas, acima de tudo, queria perguntar-lhe relativamente ao processo de privatização da EDP e confrontá-lo com algumas declarações que aqui foram feitas por vários intervenientes.

Por um lado, tivemos quem nos tivesse dito — Álvaro Santos Pereira — que foi vedado pelo Ministro Vítor Gaspar um conjunto de medidas, para não perturbar a privatização. Pedia-lhe um comentário sobre esta matéria.

Pergunto-lhe, também, se recebeu algumas orientações neste sentido ou com esta cautela, para além da prudência normal de quem faz gestão pública e, caso as tenha recebido, se as acatou, porque, nestas coisas, a autonomia das pessoas também tem valor.

Quero ainda perguntar-lhe, é uma teoria muito antiga nesta Comissão e tem a ver com — as expressões não são muito bonitas mas são felizes — «engordar o porquinho», «embelezar a noiva», coisas que se têm usado aqui, se da sua parte ou do seu governo houve alguma tentativa de o fazer relativamente à EDP ou se houve medidas que deixou de tomar, pela privatização da EDP.

Por fim, quero deixar apenas uma nota. Tomamos como muito importantes os números que aqui deixou e tomamos também como muito importantes as explicações que nos deixou, como se tem impactos logo, no imediato, ou se terão impactos no futuro. O tempo também o dirá, é assim, e esperamos que esta Comissão consiga também apurar, no cruzamento de tantos números diferentes e de tantos supostos cortes, o que, de facto, foram cortes e o que, de facto, não o foram.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Sr. Deputado Jorge Costa. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, queria fazer-lhe duas perguntas.

Em primeiro lugar, e em relação à mudança de tecnologia das mini-hídricas, o Estado, em 2010, com aquelas licenças arrecadou 37 milhões de euros e o decreto-lei do concurso determinava que as licenças caducariam em caso de declaração de impacte ambiental negativo e, nesse caso, haveria lugar à devolução do que tinha sido pago inicialmente pelos produtores, sem juros.

Durante a vigência já deste Governo, estavam, na DGEG, pendentes seis pedidos, correspondentes a 17 milhões de euros que tinham sido pagos à cabeça pelos produtores. O que estava em causa era uma mudança de fonte hídrica a 25 anos para solar a 15 anos, sendo a tarifa da solar, se não estou enganado, de 25 €/MWh, daqui para diante.

Portanto, o que se coloca é que o sobrecusto gerado pela permissão desta mudança de tecnologia, a partir da tarifa de 95 € para solar, corresponde a uma grande diferença em relação ao que o Estado tinha de devolver, que não eram centenas de milhões de euros, eram 17 milhões de euros.

Portanto, há aqui a criação de um sobrecusto. Sobre estes números, pedia-lhe que confirmasse a ideia de que não estamos perante a criação de um sobrecusto. O facto de a tarifa ser mais baixa do que a que vigoraria na mini-hídrica e de o prazo ser mais curto não elimina que o sobrecusto assim criado, bem acima do valor a que agora se instalam as centrais solares, viesse a ser francamente desfavorável para os consumidores, comparando com a devolução dos 17 milhões de euros.

Em segundo lugar, a questão de Sines.

O acordo de 28 de abril de 2012, entre a EDP e o Governo, fixava o seguinte: «Caso o Governo considere adequado, a EDP terá disponibilidade para estudar uma solução que permita baixar o custo anual do CMEC fixo através da extensão do período de cobertura de risco da Central de Sines a partir do final do CAE. A solução terá de ser vista em conjunto com a Central do Pego».

Portanto, há aqui uma questão que, há bocado, na explicação que deu não surgiu, que é a de que a compensação a pagar pela central tinha uma contrapartida, a redução do CMEC até 2017. A EDP, no fundo, diz que era um esquema parecido com o Decreto-Lei n.º 35/2013: a EDP pagava, ou, digamos, não recebia, agora o CMEC todo para depois poder ter CMEC onde ele já não existisse, na fase subsequente.

Pergunto-lhe se foi em torno disto que a negociação ocorreu, em torno desta proposta e quais eram exatamente os valores. Falou de 169 milhões de euros previstos para a receita das centrais a carvão, portanto, isto seria a receita no caso de a medida se aplicar a Sines e ao Pego, se bem percebo, seria para as duas centrais. E pergunto-lhe qual seria o equilíbrio deste negócio, uma vez que a receita sendo de 169 milhões de euros, qual seria a contrapartida em termos de extensão do CMEC, tal como a EDP aqui colocava.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se o Sr. Deputado Hélder Amaral também quer colocar alguma questão.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é muito rápido, as perguntas que tinha para fazer, sobre as distorções no mercado, na sua argumentação já foram respondidas, mas nas interligações, que é uma matéria que tem a ver com a Portaria n.º 133/2015, nós falámos pouco, o Governo tratou pouco, da harmonização regulatória, da harmonização do

MIBEL, ou seja, falou da necessidade de evitar uma ilha ibérica, falou também, julgo que no início, das interligações, mas no Governo havia, na altura, pelo menos, alguma atenção à harmonização regulatória, no fundo, uma harmonização com Espanha.

A verdade é que o que ficou da explicação do Dr. Artur Trindade é que esta portaria, que levanta agora dúvidas — veremos a que conclusão se chega —, teve, na origem, muito de descompensações ou alterações feitas em Espanha e que criaram algum desequilíbrio no movimento e no clima de concorrência, que é fundamental neste setor.

Portanto, gostaria que me explicasse melhor o que é que falhou, à data, porque havia, de facto, essa aposta numa harmonização regulatória.

Por fim, uma pergunta mais teórica. Acho que continuamos a ter um problema de intensidade energética no País. Sou adepto do *mix* energético e queria perguntar-lhe o que nos falta ainda fazer — isto sem dar conselhos ao Governo —, o que nós, inexoravelmente, temos de fazer e não estamos a fazê-lo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, muito obrigado pela economia de tempo.

Vamos ouvir as respostas. Teoricamente, será a soma do tempo utilizado por todos, não chegaram aos 25 minutos hoje. O Sr. Engenheiro usará o tempo de que necessitar para responder a todas as questões e eu auxiliá-lo-ei no caso de alguma lhe passar.

Podemos começar pelas questões apresentadas pelo Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Siva**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Duarte Alves, o Secretário de Estado Artur Trindade, em relação às medidas temporárias, já teve a oportunidade de explicar o alcance da garantia de

potência, a razão pela qual não houve um regresso ao modelo anterior e houve um período de vigência de uma determinada medida que fez parte da negociação. Isto é, houve uma negociação, em 2012, para o CMEC, incluindo a garantia de potência, e no âmbito da negociação foi definido que após o programa de ajustamento voltaria a vigorar um determinado modelo de garantia de potência.

Acho importante que tenhamos a noção... Às vezes, com o afã de tanto falar de cortes nas rendas... Sou engenheiro eletrotécnico e sei, como sabem os Srs. Deputados que acompanham esta Comissão, que a energia depende de três fatores: segurança de abastecimento, descarbonização e competitividade.

Se eliminarmos por completo todos os mecanismos do tipo garantia de potência, e há várias soluções alternativas à garantia de potência, nomeadamente mecanismos de mercado, mas se não houver nenhum tipo de incentivo à segurança de abastecimento, na prática estamos a funcionar com um sistema que está totalmente dependente da importação de energia de outros ou com o risco de cortes. Portanto, há sempre um nível de ociosidade no sistema que tem a ver com a segurança, com a resiliência do sistema, com as redundâncias. Há sempre um nível de redundância para qualquer sistema, em termos de segurança de abastecimento.

Uma coisa diferente é saber se esse nível de redundância ou de segurança de abastecimento é remunerado excessivamente. Houve uma avaliação da nossa parte em como, de facto, havia uma remuneração excessiva dessas redundâncias e houve um corte. O serviço sistema é precisamente um elemento de segurança de abastecimento e achamos que havia necessidade de um corte nesta matéria.

Quanto à CESE, por que é que ela foi temporária? Dissemos sempre ao que vínhamos, Sr. Deputado, a CESE não é uma medida de corte nas rendas, ela era uma medida de arrecadação de receita para o Orçamento do

Estado. Os cortes nas rendas são tratados de outra forma. Naquele caso, do que precisávamos era de um rendimento, uma receita, para o Orçamento do Estado e foi considerado, pelo Governo em que estive, que depois de 2015, com a evolução da economia, com o fim do período de emergência, já não se justificava aquela receita, aquela medida excepcional.

Por que é que tivemos sempre muito cuidado com a medida da CESE?  
Por causa da segurança de abastecimento.

Disse há pouco que nada me move contra as empresas, tudo me move a favor do interesse comum e dos cidadãos. Mas a verdade é que temos também de preservar a capacidade de atração de investimento e a segurança do investimento. Por isso, entendemos dizer aos acionistas daquelas empresas que aquela medida, sendo muito exigente, era, apesar de tudo, uma medida temporária que se inseria no contexto de emergência em que o País vivia. O Governo atual entendeu prolongar esta medida e terá tido, com as empresas, seguramente, um diálogo também sobre esta matéria.

Sobre a entrevista que dei, quando disse que o maior obstáculo não são os interesses, é o marialvismo: de facto, os interesses nunca me incomodaram, sei bem lidar com o assunto, cortei nas rendas, ponto! Interesses existem, as pessoas defendem os interesses dos seus acionistas e isso nunca me prejudicou, nem a mim nem ao Governo em que estive, na ação política.

Coisa diferente é uma discussão que procurava mascarar a realidade, dando a entender que não estava a ser feito o que estava a ser feito. Isto é, ao mesmo tempo que estávamos a cortar, havia um grupo, na sociedade portuguesa, que dizia: «Ah, mas é preciso cortar isto, cortar aquilo...» e nunca vi nenhuma dessas pessoas a cortar uma renda que fosse em Portugal, alguns deles até criaram rendas e, à época, disse que havia um certo marialvismo energético da parte de pessoas que nunca cortaram uma renda

que fosse em Portugal e para quem todos os cortes que estavam a ser feitos eram insuficientes.

Na altura eu disse que isso, de facto, prejudicava o debate público porque estávamos a criar uma ideia errada ao consumidor e a desequilibrar a balança numa discussão que era muito intensa com as empresas. Lá o tema dos interesses e das pressões, isso cada um consegue reagir de uma forma determinada usando os seus mecanismos. Coisa diferente é uma mistificação da discussão política em Portugal e, na altura, havia um grupo muito ativo em Portugal que queria nuclear, que não se conformava com o facto de comigo não haver nuclear em Portugal e que, à viva força, queria desviar as atenções do setor energético apenas para o setor elétrico. Eu disse sempre: energia não é eletricidade. Vinte e cinco por cento do consumo de energia é eletricidade. E os outros 75%? Esse grupo, essas pessoas, não achavam que pagávamos a mais por gás, que pagávamos a mais quando abastecíamos o nosso automóvel?

Eu sempre achei que havia um interesse deliberado em concentrar o problema na eletricidade, quando a eletricidade, sendo um problema, não era todo o problema. Não vi ninguém muito incomodado com o tema do gás, com os contratos *take or pay*. Então foi preciso passar quase dez anos e vir um governo que chegou à conclusão que tínhamos contratos *take or pay* leoninos para o incumbente e que os benefícios não eram partilhados com o consumidor? E tanta gente entendida na área da energia, sempre a criticar o governo vigente porque não cortava nas eólicas, não cortava na EDP nem cortava mais na eletricidade, e estavam completamente alienados e alheados do facto de nós, no gás, pagarmos muito mais do que a média europeia?

Isto é, tínhamos um impacto no gás muito maior do que na eletricidade.

Nessa entrevista, eu quis dizer que me parecia que havia uma futebolização da política energética que não era boa para o aumento da



literacia neste tema e que havia um grupo que se movimentava há muitos anos, frenético pelo regresso às chaminés fumegantes, que nunca se tinha adequado ao Protocolo de Quioto e à descarbonização. Para eles as alterações climáticas não existiam. Sei o que digo, porque vários mo disseram na cara, que não havia alterações climáticas, que as alterações climáticas eram uma mentira, que o nuclear era importante mas o carvão também e que esta coisa das renováveis era um *gadget* tecnológico sem nenhum tipo de relevância.

Ora, é muito difícil discutir energia com pessoas que só olham para o tema da competitividade e que não olham para o tema da sustentabilidade e para o tema da segurança de abastecimento. Portanto, devo dizer que a única coisa que me incomodou — foi mesmo a única coisa: não me queixo das críticas que recebi das empresas e até de algumas campanhas mediáticas, pois faz parte do ser-se governante —, aquilo de que me queixo, enquanto governei, é que tenha havido um conjunto de pessoas que sabe de energia e que, por ter uma visão enviesada da política energética, assente no carvão, no carbono e não na descarbonização, quis criar uma ideia errada quanto àquilo que estava em causa.

Infelizmente, esse grupo teve algum impacto junto da troica. Porque quando iniciámos o memorando de entendimento, a troica tinha um preconceito em relação ao tema das rendas e depois percebeu, ao fim de algumas avaliações, que, afinal, os problemas eram outros, eram mais graves, se encontravam também no gás e também nos combustíveis e, que por outro lado, tínhamos no setor das energias renováveis um fator de desenvolvimento económico e não apenas de utilização de energia.

Essa é a razão pela qual, Sr. Deputado, na altura, disse o que disse em relação a esse grupo, que, de facto, nunca se conformou com o facto de eu ter, num determinado momento, organizado uma reunião. Na altura, eu era Vice-Presidente do PSD e havia duas visões sobre estes temas da energia no espaço público, nem sequer apenas no PSD: os nuclearistas e aqueles que

eram pelas renováveis. Na altura, propus ao Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, que não era Primeiro-Ministro — estávamos na oposição —, que se organizasse uma reunião com os dois grupos numa sala em que pudessem, durante um dia ou uma tarde inteira, esgrimir argumentos. A verdade é que ficou claro, depois da discussão ali realizada, e que promovi, na altura, enquanto primeiro Vice-Presidente do PSD, que o futuro de Portugal é energia mais verde, mas a custo mais baixo, e não o nuclear ou uma política energética que acentue as alterações climáticas. Nunca me perdoaram isso.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Má criação energética.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Nunca me perdoaram o tira-teimas, nunca me perdoaram colocar em confronto diferentes pontos de vista, que depois permitiram chegarmos a uma conclusão. Mas é a vida, como diz o outro.

Em relação à EDP, Sr. Deputado, como viu, o que conta não é o que se diz que se quer fazer. Sei que há quem diga que esteve no Governo e que queria cortar e não conseguiu cortar. A prova de que era possível cortar é que, a seguir, se cortou, com o mesmo Governo. Cortaram-se 4000 milhões de euros nas rendas excessivas e, de acordo com os meus cálculos, mais de 1800 milhões na EDP. Então havia alguma dificuldade em cortar nas rendas? A questão não era conseguir cortar, ou melhor, a questão não era poder cortar. A questão era saber cortar e definir o melhor momento para cortar. E os dados falam por si: foi cortado, foi possível cortar e com resultados muito efetivos.

As empresas fazem o seu papel. Insisto: as empresas fazem o seu papel. E ter empresas como a EDP, a Galp e a REN em Portugal é muito importante. Quero dizê-lo, como cidadão português: nós precisamos de empresas fortes que criem emprego, que criem riqueza, que distribuam

riqueza, que se internacionalizem. Coisa diferente é saber como podemos compagnar isso com a proteção dos consumidores.

Se me permite, embora faça aqui um salto para a pergunta do Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, jugo que é mais fácil ligar esta questão do Sr. Deputado Duarte Alves com a última questão colocada pelo Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, que têm a ver com a privatização e com relação com as empresas privatizadas, e também com a questão colocada pelo Sr. Deputado André Pinotes, sobre a privatização da EDP.

Julgo que os três temas estão ligados e, se os Srs. Deputados concordarem, eu responderia de uma assentada a estas questões.

O «porco», usando a sua expressão, Sr. Deputado André Pinotes, não foi engordado antes da privatização. Isso já tinha acontecido antes, isto é, o Governo de que fiz parte não criou medidas de proteção da EDP antes da privatização. Se tiverem existido certas medidas, elas já estavam lá e foram geradas ao longo de vários anos. Uma questão diferente é saber se, com as medidas de cortes nas rendas, prejudicamos ou não a privatização. E não!

Nós conseguimos ter um duplo ganho: foi privatizar e privatizar bem — O Eng.º Carlos Moedas, hoje, teve oportunidade de explicar porque é que era importante essa privatização, numa altura em que não havia orçamento para pagar salários, mas ao mesmo tempo era importante fazer essa privatização bem feita, sem pôr em causa a possibilidade de cortar nas rendas excessivas.

E, por isso, Sr. Deputado, houve dois momentos: um momento em que se fez a privatização e um momento em que se avançou para o corte nas rendas excessivas. E a prova é que conseguiu maximizar os dois objetivos: uma boa privatização e um bom corte nas rendas excessivas. Portanto, é falsa, é totalmente falsa — eu não estava no Governo na altura, mas depois tive a oportunidade de estar no Governo com as mesmas pessoas — a ideia

de que tenha havido algum tipo de orientação para não fazer cortes à EDP para proteger a privatização.

Pelo contrário, esses cortes foram realizados, a contribuição extraordinária para ao setor energético foi integralmente desenhada por mim e pelo Dr. Artur Trindade — não herdei nenhuma contribuição que tenha sido desenhada antes —, o que prova que havia total viabilidade para avançar com uma medida tão impactante como esta, depois da privatização.

As orientações que recebi, Sr. Deputado André Pinotes, foram as mesmas do meu antecessor: uma empresa foi privatizada e não se pode vender gato por lebre. Isto é, depois de privatizar, não se pode pôr em causa todos os pressupostos da privatização. É evidente que me foi sempre dito que, nos cortes que íamos realizar, era importante ir informando as empresas do setor, a EDP, a Galp, a REN e as outras empresas, do que estava a acontecer. Alguma vez me foi pedido para não realizar cortes por termos privatizado? Não. Pelo contrário. Foi-me sempre pedido pelo Primeiro-Ministro para que prosseguisse de forma corajosa com as medidas de sustentabilidade do setor energético.

Ligando esta questão à pergunta do Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, julgo que a relação com empresas privatizadas é, ou foi, com o anterior Governo, um momento, até do ponto de vista do processo político em Portugal e da política pública, de uma aprendizagem e de muita utilidade para os anos que aí vêm.

Existiu sempre um certo maniqueísmo que considera que, quando o Estado é dono, o cidadão está protegido, mas que, quando são os privados os donos, o cidadão está vulnerável. Ora, nós conseguimos provar que se o Estado fizer aquilo que é a sua obrigação, se não andar a dormir na forma, como se costuma dizer, se fizer a sua obrigação, consegue proteger os cidadãos sem por em causa, por outro lado, a segurança do investimento.

Quanto à privatização da REN: o Estado continua a ser o concedente. A rede é do Estado. A empresa que gere a rede não é do Estado, mas a rede é do Estado. Depois do processo de privatização, ou em paralelo com o processo de privatização, houve uma alteração das bases da concessão, reforçando fortemente o poder da Direção-geral de Energia e colocando mesmo uma sanção de 10% das receitas da empresa, no caso de violação dos deveres na gestão da rede. Isto é, a REN, uma empresa que tem uma receita na ordem dos 600 milhões de euros, paga uma multa de 60 milhões de euros se violar a concessão. Isto não estava definido antes da privatização, passou a estar com a privatização. Isto para dizer, Sr. Deputado, que, não só o Estado conseguiu cortar nas rendas, depois das empresas privatizadas — na EDP e REN —, como o Estado ficou com poder reforçado na relação com essas empresas que geriam a rede, no caso da REN. O mesmo aconteceu na EDP em relação aos cortes que foram realizados.

Voltando agora às perguntas.

O Sr. **Presidente**: — À fita do tempo, como dizemos aqui.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Voltando à fita do tempo.

Em relação ao Plano Nacional de Barragens, o Sr. Jorge Paulo Oliveira sabe...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, peço desculpa, mas relativamente às perguntas do Deputado Duarte Alves — considerando que a questão sobre o acordo secreto está respondida e considerando também, embora, se calhar, o Sr. Deputado não concordará comigo, que a questão sobre a afirmação de que a EDP também fazia leis no tempo do seu Governo também está respondida —, julgo que houve uma outra questão que não teve

resposta, que tem a ver com a tarifa social e com a responsabilidade das empresas, e não do Governo, pelo diminuto número de aderentes à mesma.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Tem razão, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Estou cá para isso.

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Sr. Deputado Duarte Alves, esqueci-me dessas questões, mas gostava de responder-lhe.

A EDP não legisla. A REN não legisla. A Galp não legisla. E mesmo nas conversações com essas empresas — em que não participei, porque se deram no período que me antecedeu —, o que houve foi uma negociação com muitos bons resultados para o Estado, de acordo com o Dr. Artur Trindade e o Prof. Álvaro Santos Pereira, e houve negociações porque essas empresas tinham direitos consignados. Isto é, estas empresas tinham contratos na mão e não era possível rasgá-los, porque rasgar os contratos significava deixar o investimento fugir de Portugal. Portanto, foi necessário negociar. É o que se faz quando alguém tem um determinado direito que lhe foi conferido por um Governo anterior. Foi necessário negociar com essas empresas. Coisa diferente é essas empresas legislarem.

Quero garantir-lhe que, mesmo não tendo feito parte desse Governo, nunca essas empresas legislaram em Portugal e a prova é a de que, obviamente, não reagiram de uma forma positiva em relação aos cortes que foram realizados.

O facto de termos tido a troica e de haver uma situação de emergência em Portugal, naquele período, teve, não direi vantagens — os Portugueses sofreram muito naquele período —, mas fez com que toda a gente fosse para fora da sua zona de conforto, até as empresas. Até as empresas sentiram necessidade de ter um nível de abertura à negociação, sob pena de não

poderem andar na rua. Porque estas empresas operavam num País que estava sob resgate, com os Portugueses a sofrerem cortes e sacrifícios muito significativos.

Portanto, as empresas tinham noção da sua responsabilidade social e do serviço que também prestavam aos cidadãos, mesmo sendo privadas. Essas empresas perceberam que a negociação, sendo muito difícil, não poderia ser outra senão uma que correspondesse a uma diminuição dos seus benefícios. E foi isso que aconteceu, sob pena, repito, de nem sequer conseguirem andar na rua, num altura em que os portugueses estavam a passar por tantas dificuldades.

Confirmo que disse, de facto, que a tarifa social não estava a ser executada de forma tão eficiente e ambiciosa quanto tinha sido desenhada, porque as empresas não estavam a fazer a sua parte. A avaliação que fiz, de acordo com a informação que me foi dada pelos serviços, foi a de que as empresas estavam a criar dificuldades e isso foi, inclusivamente, comprovado por alguns órgãos de comunicação social que simularam idas de clientes a balcões de atendimento para tentarem obter a tarifa social.

Foram identificados obstáculos à concessão da tarifa social, em muitos casos, por parte das empresas. Por isso, quisemos alterar o regime, não só para mais gente, e com uma maior redução da tarifa, mas também com um mecanismo que não tornasse a concessão dependente da avaliação da empresa que recebia o pedido.

Passou a ser possível, com um termo de responsabilidade, que o próprio cidadão dissesse «eu preencho as condições para a tarifa social» e que ela fosse aplicada de imediato. Depois, a empresa iria verificar, junto das autoridades competentes, se aqueles requisitos estavam preenchidos, mas a tarifa era aplicada de imediato. Se o Sr. Deputado ou eu fossemos ao balcão da EDP, ou da Endesa, ou da Iberdrola ou de qualquer outra empresa e

disséssemos «eu preencho esta lista de requisitos para elegibilidade», no dia seguinte teríamos a tarifa social.

Aquilo que foi feito, posteriormente, e gostava de vos dar os números certos... Quando alterei a legislação, passámos de 60 000 pessoas com tarifa social para 120 000. Saí do Governo com 120 000 pessoas ou, melhor, 120 000 consumidores — são muito mais pessoas, porque em cada casa vive mais do que uma pessoa — com tarifa social.

A ambição eram 500 000 consumidores e, como disse, agora foi implementada uma medida de maior automatização. Eu não quis desvalorizar a medida; quis dizer que o difícil foi encontrar a fonte de financiamento, que foram os 25 milhões de euros de corte adicional, por ano, às empresas do setor.

Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, quanto ao Plano Nacional de Barragens, também ouvi essa declaração do Dr. Nuno Ribeiro da Silva quanto à instabilidade do sistema regulatório mais recente e a justificação para a decisão que tomou. Não vou comentar a decisão que foi tomada pela Endesa ou pelo atual Governo.

Portanto, não vou estar a opinar sobre o que aconteceu depois de mim quanto a instabilidade regulatória. Vou é dizer-lhe que, em relação ao período em que estive, não houve qualquer desistência de projetos, com exceção de um tema que continua a preocupar-me como contribuinte e como cidadão assistir à sua evolução, que foi o tema da barragem do Fridão.

A EDP, num determinado momento, pediu o adiamento da barragem do Fridão e da barragem do Alvito, e o Governo nunca concedeu esse adiamento. Nunca concedi esse adiamento, por três razões: primeiro, pelos riscos jurídicos em que incorreríamos pela possibilidade de, através de um adiamento, mais tarde, a empresa poder vir a invocar, através de uma desistência do projeto, a devolução dos mais de 200 milhões de euros que pagaram pela barragem e, portanto, não quis dar qualquer tipo de pretexto à



empresa para que pudesse interpretar uma flexibilidade do Estado como ganho de causa numa altura em que quisesse desistir do projeto; em segundo lugar, porque foram feitos compromissos de contrapartidas com os municípios, havendo vasto território de muitos municípios reservado com planos diretores municipais suspensos à espera de uma barragem, o que também era incomportável para os interesses dos municípios; e, em terceiro lugar, a EDP perdeu a garantia de potência. A EDP perdeu a garantia de potência, eu informei a EDP, várias cartas foram trocadas, a EDP sabia, a EDP foi informada, a EDP recebeu uma comunicação escrita da nossa parte, dizendo que, se não submetessem até 31 de dezembro de 2013, o pedido de licenciamento na DGEG (Direcção-Geral de Energia e Geologia), sabendo que já tinha declaração de impacte ambiental favorável condicionada para obter garantia de potência, perderiam a garantia de potência. A empresa não submeteu esse pedido, perdeu a garantia de potência e, apesar disso, continuou a pedir o adiamento.

Continuei a recusar esse adiamento e a pedir a assinatura do contrato de concessão. Verifiquei, mais tarde, que, entretanto, esse adiamento foi aceite, mas não sei em que condições foi aceite da parte do Estado. A verdade é que nunca permiti o adiamento daquela barragem. Portanto, essa barragem não se fez não por instabilidade regulatória, mas porque a EDP insistiu em não fazê-la, apesar de o Estado ter dito que não aceitava o adiamento, nem abrir qualquer tipo de exceção quanto à garantia de potência.

Portanto, a questão agora é esta: o que é que vai acontecer relativamente a uma central em relação à qual foi concedida a possibilidade de adiar e que já não tem garantia de potência? Mas isso já não é o meu papel, eu limito-me a dizer o que aconteceu: no meu tempo, a única barragem que não se fez através disto... E digo-o de uma forma muito frontal. A EDP foi informada por nós em relação às nossas razões, houve, uma troca de correspondência, uma troca de opiniões. Só espero, como contribuinte deste

País, que, com esse adiamento, não tenha havido qualquer tipo de risco e que o Estado tenha salvaguardado a sua posição relativamente a esse adiamento que foi aceite, quando eu não o aceitei.

E o Sr. Deputado sabe bem as reservas que tenho em relação ao Plano Nacional de Barragens. Se fosse membro do Governo na altura em que ele foi aprovado e desenhado, nunca teria feito aquele Plano Nacional de Barragens. Coisa diferente é depois de estar no Governo, porque o Estado é o mesmo: aí, é para cumprir. Não gosto muito das barragens. Nunca teria permitido que se tivesse começado pela de Foz-Tua, que é a barragem com maior impacte ambiental, mas a verdade é que o Plano Nacional de Barragens foi aprovado, foi contratualizado e a mim competia-me, também como Ministro do Ambiente e não só da Energia, verificar que a avaliação de impacte ambiental fosse escrupulosa, que os municípios fossem apoiados naquilo que estava já contratualizado e que as empresas não fugissem ao seu compromisso de realizar aqueles investimentos, porque não se pode ter estados de alma, não se pode ir a um concurso e ganhar o concurso e, depois, num determinado momento, achar que já não se faz a barragem, pondo em causa as metas de 2020 para as energias renováveis.

Quanto às interligações, Sr. Deputado, acho que há um consenso político, em Portugal — e não quero que exista aqui qualquer tipo de dúvida —, quanto ao tema das interligações. E sei que continuaram a ser feitas diligências, depois do meu período de governação, relativamente às interligações. Portanto, não acho que tenha havido qualquer tipo de reversão no processo. O que notei foi um menor empenhamento na pressão política sobre França, menos reuniões ao nível político — não houve reuniões ao nível de ministro, houve ao nível de Primeiro-ministro, mas não ao nível de ministro, naquele grupo de alto nível, durante três anos. É lamento dizer, mas acho que, quanto mais se fala de Marrocos, menos os nossos congéneres europeus percebem que a prioridade são as interligações energéticas.

Se o Sr. Deputado se colocar em Paris, ou em Viena, ou em Berlim, e vir que um País, que andou a fazer *lobby*, uma pressão gigantesca, a condicionar decisões às interligações energéticas com a Europa, porque estava isolado, tem, de repente, como prioridade Marrocos, uma interligação com Marrocos, aí, sente que, no fundo, a pressão diminuiu. Portanto, o que queria dizer — e tive oportunidade de dizer isto ao Sr. Primeiro-Ministro — é que me parece importante que não se esmoreça, que não se abrande na pressão política sobre as interligações europeias. E já perdemos tempo, já não vamos atingir em 2020, já se adiou para 2025 e 2026. A Cimeira realizada, aqui, em Lisboa, há alguns dias, teve um resultado positivo e importante. O primeiro projeto de financiamento do Golfo da Biscaia já foi integrado no financiamento comunitário do *Connecting Europe Facility*, mas não chega. Faltam os dois projetos transpirenaicos e, sem isso, não vamos atingir os 10%.

Portanto, Sr. Deputado, acho que há um consenso político nesta matéria, em Portugal. Mas se há consenso, é importante que, lá fora, se continue a sentir esta grande pressão, porque isto vai baixar os custos aos consumidores. Nós já não temos muito mais margem de manobra, Srs. Deputados, para baixar o preço da energia aos consumidores. Acho que ainda se consegue melhorar a sustentabilidade do setor — como disse, não acho que se tenha atingido o fim da história e que já não existam mais cortes a realizar, mas estamos a falar de incrementos e não de saltos quânticos na redução de custos. O salto quântico na redução de custos aos consumidores portugueses vem das interligações. Sem interligações, não conseguimos baixar a sério os preços da energia, em Portugal, tanto da eletricidade como do gás. Acho que esse é o maior desígnio. Se fosse membro do Governo hoje, continuaria a abraçar esta causa como uma das maiores causas, tal como a da transição energética.

Isto permite-me ligar à questão colocada pelo Sr. Deputado André Pinotes Batista sobre a transição energética. Obviamente, considero a transição energética relevante e, por isso, juntar o Ambiente, o Ordenamento do Território e a Energia no mesmo Ministério foi importante. Tenho pena que se tenha acabado por regressar ao modelo que existia apenas na última remodelação governamental e que, de alguma maneira, tenha havido uma descontinuidade em relação à integração do Ambiente e da Energia. Mas «mais vale tarde do que nunca» e espero que agora se possa ter políticas de energia que sejam não apenas de redução de custos mas também de descarbonização.

Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, quanto à desorçamentação, estou totalmente de acordo — e é algo que tenho ouvido vários dos Srs. Deputados e vários dos participantes referir nesta Comissão — em que há muitas matérias que vão à fatura elétrica que não são verdadeiramente de política energética. E acho que é cada vez mais importante conseguir destrinçar umas e outras. Uma é a contribuição audiovisual. Os portugueses estão a pagar a uma empresa pública, que é importante e relevante, através da fatura elétrica. Mas, quando pagam a eletricidade, pensam que aquilo é tudo eletricidade, quando há ali uma parte que, de facto, é um financiamento do Estado, através do consumidor, à RTP. O mesmo acontece com as rendas dos municípios. Há vários CIEG que não são exatamente de política energética.

Portanto, de facto, a fatura energética integra não só custos da política energética, mas também custos da política pública que vão além da energia.

O Sr. **Presidente**: — E isso enviesa as contas, ou não?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — E isso é evidente que torna a leitura das contas muito mais difícil, nomeadamente o tema do IVA. Acho que não podemos fazer uma avaliação do preço da eletricidade em Portugal

sem eliminar o IVA. É que, na comparação com a União Europeia, pelo menos enquanto eu estava no Governo, nós estávamos com preços da eletricidade pouco acima da média europeia, sem IVA. Onde estávamos muito mal era no gás. Estávamos no *top* 3 de países com maior preço de gás natural. Na eletricidade, sem IVA, estávamos pouco acima da média europeia.

Portanto, a meu ver, importa que a leitura destes preços seja feita com a discriminação dos custos. E espero que comece a haver mais literacia energética. Esta Comissão tem tido também esse benefício, de os cidadãos, através da Comissão, começarem a perceber, cada vez melhor, que, uma coisa, são custos e, outra coisa, rendas excessivas. E não se conseguem eliminar todos os custos, sob pena de não se poder realizar objetivos de política pública, nomeadamente, de descarbonização.

Sr. Deputado Jorge Costa, não tinha a informação que me referiu quanto ao número de pedidos pendentes na Direcção-Geral de Energia e Geologia quanto à reconversão tecnológica de hídrica para solar, mas também convém integrar aqui de eólica para solar. A conta que faz do sobrecusto é um cálculo que faz comparando o sobrecusto desta medida face à sua inexistência e não por comparação com a medida vigente. Explicando, de outra maneira, o meu ponto de vista: aquelas empresas tinham uma garantia, um direito, que era produzir hídrica, eólica ou solar, com uma determinada tarifa, durante um determinado tempo. Esta medida que nós fizemos, que foi reconverter a tecnologia, baixando a tarifa e encurtando o prazo, tem de comparar com a medida que vigorava, que era tarifa mais alta durante mais tempo, e não com o cancelamento dos projetos.

O que o Sr. Deputado está a sugerir é que era preferível cancelar os projetos e devolver às empresas o valor que pagaram e não reconverter a tecnologia. A avaliação que fizemos não é essa e, por outro lado, acho que continuamos a necessitar da promoção das energias renováveis.

Portanto, espero que o Sr. Deputado concorde comigo em que todos queremos renováveis a preço mais baixo, mas continuamos a precisar de renováveis. O cancelamento tinha custos muito superiores àqueles que o Sr. Deputado referiu. Recordo-me de que só um processo que foi parar ao Ministério das Finanças, determinado por um tribunal, em relação a uma mini-hídrica, tinha um valor na ordem, julgo, de 4 ou 5 milhões de euros — isto só em relação a um projeto. Se somar todas as mini-hídricas e todas as eólicas, o cálculo que fizemos — e o cálculo que fizemos não foi feito no meu gabinete, nem no gabinete do Secretário de Estado Artur Trindade, está na DGEG... O Sr. Deputado pode pedir à DGEG os dados que permitem concluir que esta medida poupa 220 milhões de euros e não gera um sobrecusto de 350 milhões de euros. Isto não foi feito por mim, nem pelo Secretário de Estado Artur Trindade. Foram os serviços que disseram: «Se não aplicarmos esta medida, vamos ter de devolver este volume muito significativo; se aplicarmos a medida, vamos poupar 220 milhões de euros». Portanto, isto não é «achismo», isto está validado.

Quanto a Sines, naquilo que diz, falha-lhe apenas uma questão que é esta: a EDP disse sempre que não aceitava esta medida se a central do Pego, que tinha o CAE, não aderisse também a esta medida. E de acordo com o que me foi transmitido, e foi transmitido aos Srs. Deputados, a central do Pego não aceitou esta medida. Portanto, a EDP condicionou sempre, no acordo que foi feito com o Governo, em 2012, esta remuneração de 169 milhões de euros à circunstância de também a central do Pego aceitar uma medida semelhante.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Essa era só da EDP?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Julgo que esta medida era só da EDP. Não lhe posso garantir, mas julgo que era só da EDP.

A partir do momento em que — julgo que muito em função da CESE, que também incidiu sobre o CAE — a central do Pego não aceitou uma medida idêntica à de Sines para o carvão, a medida deixou de poder ser realizada a tempo de 2017.

A isto soma-se a minha própria avaliação, a de que mesmo que a central do Pego tivesse concordado com a medida, considero que esta medida, sendo tomada numa fase em que já tínhamos cortado tanto nos custos, quase perpetuaria o carvão em Portugal até 2031, o que seria inconsistente com outros objetivos de política pública.

Mas não foi apenas uma razão, foi também a segunda. O período de extensão, a contrapartida de extensão, é de oito anos. O que estava previsto na negociação com a EDP, pelo que me foi transmitido, nesta medida, era uma extensão por oito anos, o que significa que o CMEC terminava em 2017 e iria até 2025; o CAE termina em 2023 e iria até 2031.

Daí dizer que...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Nos mesmos patamares de remuneração?

O Sr. Eng.º **Jorge Moreira da Silva**: — Isso não lhe posso dizer. Sei que a extensão era a possibilidade dentro de um *cap* e de um *floor* e que era até 2031, mas a medida não se fez. Penso que está justificado.

Sr. Deputado Hélder Amaral, de facto, uma das grandes dificuldades que sentimos, quer eu, quer os meus antecessores, foi a instabilidade tarifária e a litigância em Espanha. Acho que isso não tem sido suficientemente valorizado nesta Comissão.

É muito difícil lidar com reformas estruturais em Portugal, num mercado que já é ibérico no gás e na eletricidade, quando ao lado, em Espanha, com empresas que operavam em Espanha e que também eram portuguesas, se enfrentava uma alteração fiscal significativa — daí o tema

do diferencial fiscal ter tido de ser resolvido — e, também, alterações significativas quanto retroativas em relação às medidas de *feed-in tariff*.

É evidente que sempre que legislamos, incluindo no tema das energias renováveis, se teve em atenção a circunstância em Espanha, e direi que até com vantagem para Portugal. Repare o sinal que foi dado aos investidores do contexto internacional: numa altura em que Portugal estava sob o programa de ajustamento, não aplicou cortes retroativos ao setor das energias renováveis, aplicou cortes, cortou rendas, mas, ao mesmo tempo, não travou investimentos e permitiu fazer 2700 MW em quatro anos numa altura em que em Espanha se travou completamente, não tendo havido praticamente 1 MW feito em energia eólica e solar em Espanha.

Portanto, sempre que ia ao Conselho Ambiente ou ao Conselho Energia, ou sempre que tínhamos reuniões com o setor financeiro, em relação à atração de investimento, Portugal estava claramente no mapa como um País que, mesmo sob ajustamento, não deixou de cortar nas rendas mas assegurou previsibilidade do investimento e atração de investimento.

A medida das eólicas de 2013 enquadra-se também nisto. Mas insisto no seguinte: não houve uma extensão do *feed-in tariff*, houve uma substituição de uma garantia por outra com uma remuneração muito mais baixa.

Respondendo à sua última questão, Sr. Deputado, sobre intensidade e eficiência energética, acho que esse continua a ser o mais importante de todos os temas. Acho que a mais verde das energias e a reorientação de comportamentos das empresas e dos cidadãos são determinantes. No compromisso para o crescimento verde, que foi aprovado em 2015, tínhamos metas quantificadas até 2020 e 2030 para intensidade energética, eficiência energética, renováveis, valor económico, PIB verde, etc.

Queria agradecer, obviamente, todas as questões que foram colocadas.



O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro, agradecemos também todas as repostas e a forma como decorreu esta longa audição de sexta-feira à tarde.

Damos por terminada a audição, com os agradecimentos a todos, à equipa de apoio, aos Srs. Deputados e ao Sr. Engenheiro, pela forma como decorreram os trabalhos.

Gostaria de anunciar a próxima audição, mas não consigo.

*Risos.*

Talvez para a semana tenhamos novidades.

Bom fim-de-semana a todos e obrigado.

*Eram 19 horas e 17 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.